

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO

CAMILA DE AGUIAR DOS SANTOS

**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA FINANCEIRA CONTRA IDOSOS:
DESAFIOS, EVIDÊNCIAS E ORIENTAÇÕES**

Sant'Ana do Livramento - RS
2026

CAMILA DE AGUIAR DOS SANTOS

**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA FINANCEIRA CONTRA IDOSOS:
DESAFIOS, EVIDÊNCIAS E ORIENTAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silvia Amélia Mendonça Flores

**Sant'Ana do Livramento - RS
2026**

CAMILA DE AGUIAR DOS SANTOS

**ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA FINANCEIRA CONTRA
IDOSOS: DESAFIOS, EVIDÊNCIAS E ORIENTAÇÕES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Administração.

Dissertação defendida e aprovada em: 27, fevereiro de 2026.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Silvia Amélia Mendonça Flores
Orientadora
(Unipampa)

Profa. Dra. Andressa Hennig Silva
(Unipampa)

Prof. Dr. Deivid Ilecki Forgiarini
(UFAC)

Profa. Dra. Vanessa Rabelo Dutra
(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **SILVIA AMELIA MENDONCA FLORES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/03/2026, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1968268** e o código CRC **2824D9BE**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

237e dos Santos, Camila de Aguiar
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA FINANCEIRA / Camila de Aguiar dos Santos.
115 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, ADMINISTRAÇÃO, 2026.

"Orientação: Silvia Amélia Mendonça Flores".

1. Violência financeira. 2. Idosos. 3. Design Science Research. 4. Vulnerabilidade financeira. 5. Proteção da pessoa idosa. I. Título.

Dedico ao meu esposo, Robson Benitez Forgiarini, porque amar também é sustentar o sonho do outro, e ele sustentou o meu todos os dias.

“Um sonho custa caro, mas desistir custa um sonho.”
(Autor desconhecido)

AGRADECIMENTOS

Este mestrado foi muito mais do que uma etapa acadêmica. Foi a maior realização de um sonho que me acompanha desde cedo. Ultrapassou as barreiras profissionais e tornou-se uma conquista de vida, construída com resistência, fé e uma força de vontade que, em muitos momentos, foi a única coisa que me sustentou.

Houve madrugadas inteiras diante do computador. Dias que começaram cedo e terminaram tarde. Houve choro silencioso, angústia, cansaço extremo, renúncias e sacrifícios que exigiram mais de mim do que eu imaginava ser possível. Mas nunca houve desistência. Todos os dias eu repetia para mim mesma: “Um sonho custa caro, mas desistir custa um sonho.” Essa frase, escolhida como epígrafe, foi mais do que palavras — foi pacto, foi disciplina, foi compromisso. Porque também é justo que muito custe o que muito vale.

Hoje tenho a certeza de que todas as dificuldades enfrentadas, todas as renúncias feitas e todos os sacrifícios vividos valeram a pena. E, se fosse preciso, eu faria tudo novamente. Cada lágrima, cada madrugada e cada desafio me conduziram até aqui.

Durante essa jornada, vivi experiências que provaram que o estudo transforma destinos. Viajei ao Nordeste e vivi momentos que jamais esquecerei, compreendendo com emoção até onde o conhecimento pode me levar. Apresentei meu projeto de dissertação em inglês em um congresso internacional no México, ainda que em formato online, e ali enxerguei concretamente o alcance da minha dedicação. Foram conquistas que superaram dificuldades externas e reafirmaram aquilo que sempre soube: o estudo muda vidas — mudou a minha e continuará mudando.

Agradeço, acima de tudo, a Deus, que me sustentou nos dias mais difíceis, que fortaleceu minha fé quando o cansaço parecia maior que a esperança e que me concedeu serenidade para continuar.

Ao meu pai, Ovidio, minha referência de apoio incondicional. Nunca me desamparou. Sempre acreditou nos meus sonhos, mesmo quando pareciam grandes demais. Foi presença constante, incentivo e segurança. Em muitos momentos, foi também suporte concreto para que eu pudesse seguir estudando, investir na minha formação e viver experiências que ampliaram meus horizontes, inclusive aquelas que marcaram profundamente essa jornada. Seu apoio não foi apenas emocional; foi compromisso real com o meu futuro. Se hoje estou aqui, é porque sempre soube que não caminhava sozinha.

Ao meu esposo, Robson, meu companheiro de vida e de sonhos. Ele não apenas me apoiou, ele caminhou comigo. Sacrificou planos, renunciou às prioridades pessoais e

reorganizou a própria rotina para que eu pudesse me dedicar integralmente a este mestrado. Este título também é dele. Sua paciência nas madrugadas, seu silêncio respeitoso nos dias de concentração, seu abraço nos momentos de exaustão e sua fé constante em mim foram fundamentais para que eu não desistisse. Amar também é sustentar o sonho do outro, e ele fez isso todos os dias.

À minha família, que talvez não compreendesse totalmente a dimensão e a complexidade de um mestrado, mas que sempre esteve ao meu lado. Carrego comigo a esperança de ser aquela que pode contribuir para transformar nossa história. Este título não é apenas meu; ele representa sonhos coletivos e possibilidades de mudança.

À minha orientadora, Professora Dr^a Silvia Amélia Mendonça Flores, que foi muito mais do que uma guia acadêmica. Sua orientação ultrapassou o método, o cronograma e as correções técnicas. Foi presença constante, incentivo firme e confiança inabalável no meu potencial. Mesmo nos momentos em que eu duvidei de mim, ela nunca duvidou. Esteve ao meu lado em cada etapa da caminhada. Soube ser firme quando eu precisava de direção e sensível quando eu precisava de acolhimento. Exigiu o melhor de mim, mas também me ensinou a confiar na minha própria capacidade. Acreditou no meu crescimento, abriu caminhos e me mostrou, na prática, que formar um pesquisador é também formar coragem. Foi ela quem me incentivou a olhar além do mestrado e a compreender que o doutorado não era um sonho distante, mas uma continuidade possível. Quando eu ainda hesitava, ela já enxergava potencial. Sua confiança ampliou meus horizontes e fortaleceu minha identidade acadêmica. Mais do que orientar esta dissertação, marcou profundamente minha trajetória. Levo comigo seus ensinamentos, seu exemplo e a certeza de que ter sido sua orientanda foi um privilégio que transformou minha vida acadêmica.

À Professora Andressa Hennig Silva, minha sincera gratidão. Em um dos momentos mais desafiadores da caminhada, sua acolhida e confiança foram decisivas. A oportunidade de integrar seu projeto e contar com uma bolsa representou mais do que apoio financeiro, foi reconhecimento, foi incentivo e foi respiro em meio à pressão. Sei que cada conquista é fruto de mérito, mas também sei o quanto sua abertura e generosidade intelectual foram importantes. Nossas conversas, sempre enriquecedoras, contribuíram não apenas para minha formação acadêmica, mas para minha segurança enquanto pesquisadora. Mesmo que ela talvez não tenha dimensão disso, sou profundamente grata.

À Universidade Federal do Pampa (Unipampa), espaço onde cresci academicamente e me transformei como pesquisadora e profissional. Sou profundamente grata aos professores do programa, pela excelência, pelo rigor científico e pelo compromisso genuíno com a formação

de seus alunos. Cada disciplina, cada debate e cada orientação ampliaram minha capacidade crítica e fortaleceram minha base acadêmica.

De modo especial, à Professora Vanessa Rabelo Dutra, cuja acolhida e incentivo, durante minha experiência no Nordeste, foram marcantes. Sua escuta atenta, suas palavras de encorajamento e sua confiança no meu potencial foram decisivas para que eu enxergasse o doutorado como um caminho possível e natural.

Ao Professor Rafael Ferraz, pelas conversas leves nos corredores, pela amizade e pela maneira generosa de sempre reforçar o quanto eu era capaz. Em meio às exigências acadêmicas, sua presença trouxe leveza e humanidade à caminhada.

À CAPES, pela bolsa concedida na etapa final do mestrado. Sem esse apoio financeiro, a conclusão desta pesquisa teria sido muito mais difícil. Esse recurso foi essencial para que eu pudesse finalizar essa etapa com dedicação integral.

Aos meus colegas e amigos da universidade, que dividiram comigo não apenas debates acadêmicos, mas também inseguranças, descobertas, aprendizados e crescimento. Compartilhamos textos, ideias, angústias e conquistas. Em cada conversa de corredor, em cada troca de mensagens sobre prazos e artigos, havia também apoio silencioso e incentivo mútuo. A caminhada foi mais leve porque foi coletiva.

Aos meus amigos de fora do ambiente acadêmico, que talvez não compreendessem completamente os prazos, as exigências e a complexidade dessa jornada, mas que sempre compreenderam minhas ausências, respeitaram meus silêncios e celebraram cada pequena vitória como se fosse deles também. Nunca deixaram de acreditar em mim, mesmo quando eu estava exausta demais para acreditar sozinha.

E aos meus filhos de quatro patas, companheiros fiéis das madrugadas e testemunhas silenciosas dessa construção. Estiveram ao meu lado enquanto eu escrevia, revisava, estudava e persistia. Foram presença constante nos dias longos, conforto nos momentos de choro e afeto nos instantes de exaustão. No silêncio da casa, eram eles que me lembravam que eu não estava sozinha.

Este trabalho também reflete aquilo que sempre norteou minha trajetória acadêmica: o compromisso com uma pesquisa que ultrapasse os muros da universidade e dialogue com a realidade social. Sempre acreditei que o conhecimento só encontra seu sentido pleno quando é capaz de transformar contextos concretos. Talvez por isso, entre tantos aprendizados, o que mais me marcou nesta dissertação foi a possibilidade de materializar uma proposta e vê-la sair do papel, contribuindo efetivamente para a sociedade. Produzir ciência com responsabilidade

social não é apenas uma escolha metodológica, é parte de quem eu sou e do caminho que escolhi trilhar.

Este mestrado não foi apenas um título acadêmico. Foi prova de resistência, resiliência, paciência e fé. Foi confirmação de que escolhi, desde cedo, a profissão que também me escolheu. Foi a materialização de um sonho que custou caro, e justamente por isso vale tanto.

E esta não é uma linha de chegada. É continuação, porque, quando um sonho se realiza, outros ainda maiores começam a nascer.

OBRIGADA.

RESUMO

O envelhecimento populacional tem intensificado desafios sociais e econômicos, entre eles a crescente vulnerabilidade das pessoas idosas à violência financeira. Esse tipo de violência caracteriza-se pela exploração, apropriação indevida ou uso irregular de recursos financeiros e patrimoniais, comprometendo a autonomia, a segurança econômica e a dignidade da pessoa idosa. Apesar da relevância do tema, persistem lacunas teóricas e limitações na formulação de estratégias integradas de enfrentamento, especialmente no contexto brasileiro. Diante desse cenário, este estudo teve como objetivo desenvolver e validar uma proposta de enfrentamento da violência financeira contra idosos, fundamentado na abordagem metodológica da Design Science Research (DSR). Para tanto, a pesquisa foi estruturada em três etapas principais. Inicialmente, realizou-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) nas bases Web of Science e Scopus, com o propósito de mapear a evolução temática, identificar lacunas conceituais e compreender os principais enfoques teóricos e empíricos sobre o fenômeno. O corpo textual foi formado por 93 documentos publicados. Em seguida, procedeu-se à análise de dados governamentais referentes às denúncias de violência financeira contra idosos no estado do Rio Grande do Sul, durante o período 2020-2024, permitindo caracterizar o panorama empírico, os cenários de ocorrência e os perfis envolvidos. Com base na integração entre evidências científicas e dados empíricos, desenvolveu-se, por meio da DSR, um artefato prescritivo materializado em uma cartilha educativa voltada à prevenção, identificação e encaminhamento de casos de violência financeira. O artefato foi submetido a processo de avaliação qualitativa e validação institucional junto à Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant'Ana do Livramento, obtendo concordância total quanto à sua clareza, aplicabilidade prática e aderência ao contexto analisado. Os resultados evidenciam não apenas o crescimento e a reconfiguração das denúncias de violência financeira no período analisado, mas também a centralidade do ambiente doméstico e a crescente mediação tecnológica nas práticas de exploração. Entre 2020 e 2023, observou-se elevação progressiva das denúncias, atingindo seu pico em 2023 e mantendo, em 2024, patamar substancialmente superior ao início da série histórica. Como contribuição, o estudo oferece uma proposta metodologicamente estruturada e empiricamente fundamentada, capaz de subsidiar políticas públicas, fortalecer redes institucionais de proteção e ampliar estratégias de prevenção voltadas à população idosa.

Palavras-chave: Violência financeira; Idosos; Design Science Research; Vulnerabilidade financeira; Envelhecimento; Proteção da pessoa idosa.

ABSTRACT

Population aging has intensified social and economic challenges, including the growing vulnerability of older adults to financial abuse. This type of violence is characterized by the exploitation, misappropriation, or improper use of financial and patrimonial resources, compromising the autonomy, economic security, and dignity of older adults. Despite the relevance of this issue, theoretical gaps and limitations remain in the formulation of integrated response strategies, particularly within the Brazilian context. In light of this scenario, this study aimed to develop and validate a proposal to address financial abuse against older adults, grounded in the methodological approach of Design Science Research (DSR). The research was structured into three main stages. First, a Systematic Literature Review (SLR) was conducted in the Web of Science and Scopus databases in order to map thematic developments, identify conceptual gaps, and understand the main theoretical and empirical approaches to the phenomenon. The final corpus consisted of 93 published documents. Subsequently, governmental data on reports of financial abuse against older adults in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, were analyzed for the period between 2020 and 2024, allowing the characterization of the empirical context, occurrence settings, and involved profiles. The findings reveal not only the growth and reconfiguration of financial abuse reports during the analyzed period, but also the centrality of the domestic environment and the increasing role of technological mediation in exploitation practices. Between 2020 and 2023, reports showed a progressive increase, reaching a peak in 2023 and remaining, in 2024, at a level substantially higher than that observed at the beginning of the time series. As a contribution, the study offers a methodologically structured and empirically grounded proposal capable of supporting public policies, strengthening institutional protection networks, and expanding preventive strategies aimed at older adults.

Keywords: Financial abuse against older adults; Design Science Research; Financial vulnerability; Aging; Protection of older adults.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Categorias de violência financeira.....	32
Figura 2 - Etapas do processo metodológico.....	39
Figura 3- Etapas do processo de Revisão Sistemática da Literatura.....	44
Figura 4- Processo de Avaliação e Validação do Artefato.....	50
Figura 5- Distribuição temporal das publicações sobre violência financeira contra idosos (2005–2025).....	53
Figura 6- Autores mais produtivos ao longo do tempo.....	54
Figura 7- Produtividade dos autores segundo a Lei de Lotka.....	55
Figura 8- Distribuição dos periódicos segundo a Lei de Bradford.....	56
Figura 9- Nuvem de palavras a partir das palavras-chave dos artigos.....	58
Figura 10- Nuvem de palavras a partir dos resumos dos artigos.....	58
Figura 11- Tree Map dos termos mais frequentes na literatura sobre violência financeira contra idosos.....	59
Figura 12- Produção científica por país ao longo do tempo.....	60
Figura 13- Mapa de colaboração internacional na produção científica sobre violência financeira contra idosos.....	62
Figura 14- Mapa temático da evolução da literatura sobre violência financeira contra idosos.....	64
Figura 15- Rede de coocorrência de termos (Co-occurrence Network) na literatura sobre violência financeira contra idosos.....	66
Figura 16- Evolução temporal dos principais tópicos da literatura sobre violência financeira contra idosos.....	67
Figura 17- Documentos mais citados globalmente na literatura sobre violência financeira contra idosos.....	69
Figura 18- Evolução anual dos protocolos e denúncias de violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul (2020–2024).....	71
Figura 19- Ocorrências mensais e evolução anual dos cenários 4 e 5 (2020–2024).....	74
Figura 20- Distribuição anual das motivações de violência financeira contra idosos (2020–2024).....	75
Figura 21- Denúncias por gênero da vítima e do suspeito no Rio Grande do Sul (2020–2024).....	78
Figura 22- Síntese dos principais achados empíricos sobre a violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul (2020–2024).....	83
Figura 23- Etapas da Design Science Research aplicadas ao desenvolvimento da cartilha educativa.....	89
Figura 24- Síntese do processo de avaliação e validação do artefato.....	94
Figura 25- Dimensões analíticas da validação do artefato segundo a Design Science Research.....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Definições de violência financeira contra idosos na literatura internacional.....	30
Quadro 2- Elementos que caracterizam a exploração financeira de pessoas idosas, conforme Wilber e Reynolds (1997).....	31
Quadro 3 - Articulação entre fundamentação teórica e decisões metodológicas da pesquisa..	37
Quadro 4- Estágios de uma revisão sistemática da literatura (RSL)	43
Quadro 5- Strings utilizadas na pesquisa.....	43
Quadro 6- Categorias e variáveis analisadas nos dados de denúncias	48
Quadro 7- Distribuição da produtividade dos autores segundo a Lei de Lotka	54
Quadro 8 - Classificação dos cenários de ocorrência das denúncias de violência financeira contra idosos	73
Quadro 9 - Framework teórico-empírico da violência financeira contra idosos	84
Quadro 10 - Síntese da avaliação do artefato e ajustes incorporados.....	93
Quadro 11- Síntese da validação do artefato à luz da Design Science Research	96

LISTA DE SIGLAS

COMDECON – Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor

DICOI – Divisão de Proteção ao Idoso e Combate à Intolerância

DSR – Design Science Research

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEC – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor

OMS – Organização Mundial da Saúde

PROCON – Programa de Proteção e Defesa do Consumidor

RSL – Revisão Sistemática da Literatura

SCOPUS – Base de dados científica internacional

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Problemática	19
1.1.1 Objetivos	21
1.1.2 Objetivo Geral	21
1.1.3 Objetivos Específicos	21
1.2 Justificativa	21
1.3 Pressupostos Conceituais	23
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	25
2.1 Envelhecimento e Vulnerabilidade Financeira	25
2.2 Definição e Caracterização da Violência Financeira contra idosos	29
2.3 Medidas de Proteção e Mitigação da Violência Financeira contra idosos	34
2.4 Articulação teórica e implicações metodológicas	36
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
3.1 Abordagem Metodológica	38
3.2 Etapas do Processo Metodológico	39
3.3 Método de Pesquisa	41
3.4 Levantamento de Dados e Técnicas de Análise dos Resultados	42
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	51
4.1 Revisão Sistemática da Literatura	51
4.1.1 Caracterização do corpus textual	52
4.1.2 Evolução temática sobre Violência Financeira	63
4.2 Panorama das denúncias de violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul	71
4.2.1 Distribuição das motivações de violência financeira	75
4.2.2 Perfil sociodemográfico das denúncias: vítimas, suspeitos e denunciantes	78
4.2.3 Relação suspeito × vítima	81
4.2.4 Síntese teórico-empírica da violência financeira contra idosos	83
4.3.1 Identificação do problema e definição dos requisitos do artefato	86
4.3.2 Concepção e desenvolvimento do artefato: cartilha educativa	89
4.3.3 Avaliação do artefato e perspectivas de validação	91
4.3.3.1 Avaliação do artefato	92
4.3.3.2 Validação do artefato	95
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	99

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	102
APÊNDICE A -Legenda de categorização e codificação da base de dados	107
APÊNDICE B - Formulário de Avaliação do ARTEFATO I.....	109
APÊNDICE C - Formulário de Validação do ARTEFATO II.....	110
APÊNDICE D - Cartilha educativa – versão submetida à avaliação institucional	111
APÊNDICE E – Cartilha educativa – versão final do artefato	112

1 INTRODUÇÃO

O envelhecimento populacional impõe desafios estruturais às políticas públicas e aos sistemas de proteção social. Considera-se idosa a pessoa com sessenta anos ou mais, conforme definição adotada pela Organização Mundial da Saúde (2015), parâmetro amplamente incorporado às pesquisas sobre violência contra idosos e vulnerabilidade no envelhecimento (Yon *et al.*, 2017). Nesse processo de avanço etário, as pessoas idosas podem se tornar vulneráveis e dependentes de terceiros para exercer atividades cotidianas (Costa *et al.*, 2018). Com o declínio cognitivo ocasionado pela idade, os idosos podem entrar em um contexto de violência, acarretando adversidades tanto na esfera social e psicológica, quanto econômica.

Além disso, o aumento da expectativa de vida no Brasil reforça a urgência de compreender e enfrentar as formas de violência que atingem a população idosa, a violência física, psicológica, negligência, abandono e exploração financeira (Alarcon *et al.*, 2021). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a expectativa de vida ao nascer alcançou 75,5 anos em 2022, ampliando de forma significativa a proporção de pessoas com 60 anos ou mais no país (IBGE, 2023). Esse avanço demográfico, embora represente uma conquista social, também intensifica desafios relacionados à autonomia financeira, ao risco de dependência e à maior exposição a abusos, incluindo a violência financeira (Costa *et al.*, 2023). Assim, compreender o envelhecimento populacional sob a ótica da longevidade permite contextualizar a crescente vulnerabilidade das pessoas idosas e reforça a necessidade de desenvolver mecanismos eficazes de prevenção e proteção. Nesse contexto, torna-se relevante ampliar a produção de conhecimento científico sobre a violência financeira contra idosos e desenvolver estratégias capazes de subsidiar ações institucionais de enfrentamento desse fenômeno (Freitas, 2020).

Portanto, emerge a violência financeira, a qual é entendida como o uso ilegal ou impróprio dos fundos, propriedades ou ativos de uma pessoa idosa (Organização Mundial da Saúde, 2015). No contexto brasileiro, a Cartilha de Apoio à Pessoa Idosa: Enfrentamento à Violência Patrimonial e Financeira, amplia essa definição, indicando que a violência financeira ocorre quando há apropriação indevida do dinheiro ou dos bens da pessoa idosa, seja por familiares, instituições financeiras ou mesmo por meio de golpes digitais (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024).

No contexto da violência contra idosos, a violência financeira e a violência patrimonial são conceitos frequentemente utilizados em conjunto, mas possuem distinções importantes (Minayo, 2003; Santos *et al.*, 2019). A violência financeira refere-se à exploração econômica,

incluindo fraudes, empréstimos não autorizados e apropriação indevida de recursos monetários (Costa *et al.*, 2018; Barbosa, 2017). Já a violência patrimonial está relacionada à privação, destruição ou retenção de bens materiais e propriedades pertencentes ao idoso, muitas vezes sem o seu consentimento (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024; Alarcon *et al.*, 2022). Ambas as formas de violência costumam acontecer conjuntamente e afetam a autonomia e a dignidade da pessoa idosa, sendo frequentemente associadas a outras formas de abuso, como negligência e exploração emocional (De Farias *et al.*, 2020; Santos *et al.*, 2020).

Dados globais demonstram que a violência financeira é um fenômeno crescente. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2015), aproximadamente 6,8% dos idosos no mundo sofreram algum tipo de abuso financeiro em 2015 (Organização Mundial da Saúde, 2015). No Brasil, no mesmo ano, foram registradas 33.133 denúncias e 68.870 violações contra pessoas idosas, conforme dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos e operacionalizada por meio do canal Disque 100, sendo que 42,82% desses casos estavam relacionados a abuso financeiro e econômico, com maior incidência no ambiente doméstico (Ribeiro *et al.*, 2021; Schneider; Irigaray, 2008). No entanto, a violência financeira não é limitada ao ambiente familiar, pois as instituições financeiras também se envolvem em práticas abusivas de crédito, fraudes e vendas compulsórias (Alencar *et al.*, 2024; Costa *et al.*, 2023). Um exemplo disso são os empréstimos consignados realizados sem o consentimento dos idosos, um problema amplamente reportado no Brasil (Alencar *et al.*, 2024).

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), em 2021, apontou que cerca de 40% das reclamações relacionadas aos empréstimos consignados envolviam práticas abusivas contra idosos, incluindo cobranças indevidas e renegociações sem autorização (Ribeiro *et al.*, 2021). No ano de 2022, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou mais de 44 mil denúncias de violações contra pessoas idosas entre janeiro e a primeira semana de julho, das quais cerca de 12 mil (aproximadamente 27%) estavam relacionadas à violência patrimonial e/ou financeira (BRASIL, 2023). Esse cenário dialoga com evidências internacionais que apontam o abuso financeiro como uma das formas mais recorrentes de violência contra idosos, frequentemente praticada por pessoas do círculo de confiança da vítima (Yon *et al.*, 2017; Burnes *et al.*, 2017; Weissberger *et al.*, 2020).

No âmbito teórico, a temática de violência financeira ainda é pouco explorada na literatura (De Farias *et al.*, 2020). De acordo com Yon *et al.* (2017), a produção científica sobre o tema ainda é fragmentada, carecendo de um arcabouço teórico consolidado que permita uma abordagem sistemática e comparativa. Além disso, a falta de uma definição padronizada da

violência financeira pode dificultar o desenvolvimento de estratégias claras para a prevenção e mitigação do problema (Santos *et al.*, 2022). Portanto, necessita-se de uma base conceitual bem definida, justificando a necessidade de estudos que busquem mapear e categorizar as principais abordagens acadêmicas sobre violência financeira, identificando padrões e lacunas na literatura (Gil *et al.*, 2015; Knight *et al.*, 2016).

Sendo assim, entende-se que a violência financeira é um fenômeno amplo e desafiador para países com níveis elevados de envelhecimento (Miranda; Mendes; Silva, 2016; Schneider; Irigaray, 2008). Trata-se de um problema que exige atenção, elaboração de políticas públicas e mecanismos que possam mitigar seus efeitos (Santos *et al.*, 2019). Esse esforço é essencial não apenas para o avanço do conhecimento acadêmico, mas também para subsidiar a formulação de estratégias eficazes de prevenção e enfrentamento da violência financeira contra idosos. Em especial, a temática é relevante diante do crescimento da população idosa e do aumento da vulnerabilidade econômica dessa parcela da sociedade (Organização Mundial da Saúde, 2015).

No Brasil, algumas ações foram desenvolvidas para o enfrentamento da violência financeira contra idosos (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024). Destaca-se o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), que prevê a proteção dos direitos da pessoa idosa, incluindo a prevenção e combate a abusos econômicos e patrimoniais (BRASIL, 2003). Além disso, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania tem atuado com iniciativas voltadas à conscientização e ao suporte às vítimas, como a criação da Cartilha de Apoio à Pessoa Idosa, que visa ampliar o conhecimento da população sobre o tema (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024). Mais recentemente, em 2023, foi criado o Grupo de Trabalho para o Enfrentamento à Violência Financeira e Patrimonial contra a Pessoa Idosa, que tem como objetivo promover ações de letramento digital, prevenção de golpes e fortalecimento de canais de denúncia, como o Disque 100, as delegacias especializadas e os Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024).

Portanto, ressalta-se que a violência financeira contra idosos constitui uma questão social e econômica de grande relevância, exigindo atenção contínua por parte do poder público, da sociedade e das instituições financeiras (Irigaray *et al.*, 2016; Schneider; Irigaray, 2008). Apesar das ações já implementadas no Brasil, o fenômeno permanece amplo e desafiador, demonstrando a necessidade de um aprofundamento teórico e empírico sobre suas causas, impactos e mecanismos de prevenção (Batista, 2021).

Além da necessidade de avanços teóricos na compreensão do fenômeno, é essencial mapear os fatores de risco e os padrões de ocorrência dessa forma de violência com base em dados históricos (Crippa; Alen Porto Alegre, 2024). O aumento das denúncias de violência

financeira amplia a complexidade do fenômeno e demanda uma investigação mais abrangente (Ribeiro *et al.*, 2021). Para o enfrentamento dessas violações, é essencial que as políticas públicas e os instrumentos de proteção sejam aprimorados, garantindo segurança e maior conscientização da população sobre essas práticas abusivas (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024). Com isso, o estudo desse tema torna-se essencial para mapear o contexto dos acontecimentos, subsidiar políticas públicas mais eficazes e desenvolver estratégias que promovam tanto a conscientização quanto a mitigação de seus efeitos (Schneider; Irigaray, 2008; Organização Mundial da Saúde, 2015).

Além disso, a literatura tem destacado que pessoas idosas podem ser consideradas um grupo em situação de hipervulnerabilidade, em razão de fatores como declínio cognitivo, dependência financeira, assimetria de informação e fragilidades institucionais, o que amplia sua exposição a práticas abusivas e exploração econômica (Irigaray *et al.*, 2016; Yon *et al.*, 2017).

1.1 Problemática

A violência financeira contra idosos é uma temática cada vez mais preocupante em sociedades com populações envelhecidas. Idosos enfrentam fraudes, empréstimos forçados e má administração de recursos, tanto por familiares quanto por instituições financeiras (Minayo, 2003; Santos *et al.*, 2019). Essas práticas afetam a autonomia financeira e ampliam o risco de dependência e isolamento (Ribeiro *et al.*, 2021).

Apesar da relevância do tema, observa-se uma lacuna na atualização de dados globais sobre a violência financeira contra idosos, uma vez que a Organização Mundial da Saúde (OMS) não divulgou estatísticas mais recentes sobre o problema. Os últimos dados acessados nessa pesquisa correspondem ao ano de 2015. Essa ausência de informações atualizadas dificulta a compreensão da real dimensão global do fenômeno e pode indicar uma subnotificação da violência financeira, especialmente devido a fatores como dependência econômica, vergonha e medo de represálias por parte das vítimas (Yon *et al.*, 2017). Dessa forma, medidas preventivas e de proteção tornam-se ainda mais necessárias, destacando a necessidade de pesquisas abrangentes e atualizadas para compreender e mitigar essa forma de violência (Organização Mundial da Saúde, 2015; BRASIL, 2023; Yon *et al.*, 2017).

Dados do Brasil reforçam a gravidade desta problemática. No primeiro trimestre de 2023, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou 17.372 novas denúncias de violência financeira e patrimonial contra idosos, representando um crescimento significativo em relação ao ano anterior (BRASIL, 2023). Esses dados são relevantes para a compreensão do

cenário nacional, tendo em vista o aumento da população idosa no Brasil. De acordo com Censo Demográfico de 2023 (IBGE, 2023), a população idosa, definida como pessoas com 60 anos ou mais, atingiu 22.169.101, representando 10,9% da população total, um crescimento de 57,4% em relação a 2010, quando esse grupo correspondia a 7,4% da população.

No cenário dos estados brasileiros, destaca-se que o Rio Grande do Sul, o Rio de Janeiro e Minas Gerais apresentam as maiores proporções de pessoas com 60 anos ou mais. No Rio Grande do Sul, 22,5% da população está nessa faixa etária, seguido pelo Rio de Janeiro (21,8%) e Minas Gerais (19,3%), indicando que esses estados concentram uma parcela expressiva da população idosa do país (IBGE, 2023).

No caso específico do Rio Grande do Sul, os dados revelam que a violência financeira é uma preocupação crescente. Santos *et al.* (2019) analisaram registros de uma delegacia especializada no estado entre 2009 e 2013, constatando que 58,9% dos boletins de ocorrência estavam relacionados a esse tipo de violência, sendo os idosos mais velhos (67,9%) e do sexo masculino (70,4%) os mais afetados. Além disso, verificou-se que o principal agressor em muitos casos é um membro da própria família, o que reforça a complexidade desse tipo de abuso e a dificuldade de enfrentamento (Santos *et al.*, 2019).

O contexto pode se agravar devido a dificuldades no atendimento e enfrentamento da violência financeira. Por exemplo, no Rio Grande do Sul, existem poucas delegacias especializadas no atendimento à pessoa idosa, o que pode comprometer a eficácia das ações de proteção e fiscalização desses casos (Alarcon *et al.*, 2022; De Farias *et al.*, 2020). Registros até o ano de 2025 reportam especialmente a Delegacia de Proteção ao Idoso de Porto Alegre e a Delegacia do Idoso de Gravataí, além da atuação da Divisão de Proteção ao Idoso e Combate à Intolerância (DICOI), vinculada à Polícia Civil do estado. No entanto, informações públicas disponíveis indicam que o número de delegacias especializadas no atendimento à pessoa idosa no estado do Rio Grande do Sul é restrito, concentrando-se em poucos municípios. A ausência de dados oficiais sistematizados e amplamente divulgados sobre a quantidade e a distribuição dessas unidades dificulta a avaliação da cobertura institucional existente e evidencia a necessidade de fortalecimento da infraestrutura voltada ao enfrentamento da violência financeira contra idosos.

Mesmo com as ações desenvolvidas para mitigar a violência financeira, tais estratégias não são unificadas e não seguem um protocolo padronizado, o que pode comprometer sua efetividade e dificultar a implementação de medidas sistemáticas de proteção (BRASIL, 2023; Banco Central do Brasil, 2023). Diante desse contexto, considerando o aumento da violência financeira contra idosos a nível global, a limitação da produção científica sobre o tema e a

necessidade de uma abordagem para mitigar os fatores de risco para a violência financeira, elaborou-se a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais os fatores relevantes para o enfrentamento da violência financeira contra idosos?**

Para responder ao problema de pesquisa, foram elaborados os objetivos da dissertação, apresentados no próximo tópico.

1.1.1 Objetivos

A partir da problemática delineada foram definidos os objetivos que norteiam esta pesquisa. O objetivo geral e os objetivos específicos estruturam o percurso investigativo, orientando a análise dos resultados.

1.1.2 Objetivo Geral

O objetivo geral é identificar os fatores relevantes para o enfrentamento da violência financeira contra idosos.

1.1.3 Objetivos Específicos

- a) Descrever o panorama das denúncias de violência financeira contra idosos no estado do Rio Grande do Sul;
- b) Identificar padrões e dinâmicas associadas à ocorrência da violência financeira contra idosos a partir da análise das características das denúncias, das vítimas e dos suspeitos;
- c) Desenvolver uma proposta de enfrentamento da violência financeira contra idosos, materializada em uma cartilha educativa;
- d) Avaliar e validar o artefato desenvolvido junto à Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant'Ana do Livramento - RS.

1.2 Justificativa

Apesar da crescente atenção internacional ao tema, a violência financeira ainda apresenta lacunas conceituais e metodológicas na literatura acadêmica, especialmente no que se refere à padronização de definições, categorias analíticas e instrumentos de mensuração (Irigaray *et al.*, 2016; Yon *et al.*, 2017). A ausência de consensos dificulta comparações entre

estudos e compromete a formulação de intervenções estruturadas. Além disso, a intensificação do uso de tecnologias digitais no sistema financeiro tem reconfigurado as formas de exploração econômica, ampliando riscos relacionados a golpes virtuais, fraudes eletrônicas e manipulações realizadas à distância (Greene, 2022; Weissberger *et al.*, 2020).

Do ponto de vista acadêmico, a consolidação de uma proposta estruturada de enfrentamento demanda a articulação entre diagnóstico teórico e evidências empíricas. A literatura aponta que fatores como dependência financeira, vínculos familiares assimétricos e isolamento social podem aumentar a exposição ao abuso econômico (Santos *et al.*, 2022; Alencar *et al.*, 2024; Burnes *et al.*, 2025). Ademais, a violência financeira frequentemente se manifesta de forma combinada com outras formas de violência, como negligência e abuso psicológico, reforçando seu caráter sistêmico e inter-relacional (Minayo, 2003). Nesse sentido, torna-se fundamental não apenas mapear a produção científica internacional sobre o tema, mas também compreender sua materialização concreta no contexto regional.

Dados provenientes da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, por meio do canal Disque 100, apontam padrões de ocorrência, cenários predominantes e perfis envolvidos nas denúncias de violência financeira contra idosos no estado do Rio Grande do Sul entre 2020 e 2024, evidenciando a centralidade do ambiente doméstico e o crescimento de práticas mediadas por tecnologias. A literatura aponta a necessidade de estratégias estruturadas de enfrentamento da violência financeira contra idosos, especialmente aquelas que articulem dimensões preventivas, orientativas e institucionais.

Estudos anteriores têm se concentrado predominantemente na descrição do fenômeno e na caracterização de perfis de vítimas e agressores (De Farias *et al.*, 2020; Alarcon *et al.*, 2019). No entanto, ainda são escassas abordagens que proponham soluções aplicadas voltadas ao enfrentamento da violência financeira contra idosos. Nesse contexto, a utilização da Design Science Research (DSR) permite avançar para além da análise descritiva, possibilitando a construção e validação de artefatos orientados à resolução de problemas sociais complexos. No campo da violência financeira contra idosos, ainda são raros estudos que utilizam abordagens orientadas à construção de soluções aplicadas, o que reforça a pertinência da adoção da DSR neste estudo.

Diante dessa lacuna entre conhecimento científico e aplicação prática, essa abordagem mostra-se metodologicamente pertinente, uma vez que privilegia a criação e a avaliação de artefatos voltados à resolução de problemas reais por meio de ciclos iterativos de desenvolvimento e refinamento (Hevner *et al.*, 2004; Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015). Diferentemente de investigações meramente descritivas, a DSR possibilita transformar

evidências científicas e empíricas em soluções aplicáveis, socialmente relevantes e teoricamente fundamentadas.

Neste contexto, a presente dissertação propõe o desenvolvimento de uma solução aplicada para o enfrentamento da violência financeira contra idosos, materializada em uma cartilha educativa construída a partir da integração entre revisão teórica (RSL), análise empírica regional e avaliação institucional. A proposta busca organizar diretrizes voltadas à prevenção, identificação e encaminhamento adequado dos casos, contribuindo para o fortalecimento da articulação entre órgãos de defesa do consumidor, sistema de justiça e redes de assistência social.

Sob a perspectiva prática, o estudo busca contribuir para o fortalecimento da rede de proteção à pessoa idosa, reconhecendo que a efetividade das estratégias de enfrentamento depende não apenas da conscientização das vítimas, mas também da qualificação dos agentes públicos responsáveis pelo acolhimento e encaminhamento das denúncias (BRASIL, 2023; Organização Mundial da Saúde, 2015). Nesse sentido, a avaliação e validação do artefato junto a esses profissionais constitui estratégia para assegurar sua aderência institucional e potencial aplicabilidade no contexto real.

Dessa forma, a dissertação pretende contribuir para o avanço teórico e aplicado da temática, ao propor uma abordagem estruturada de enfrentamento da violência financeira contra idosos, capaz de dialogar simultaneamente com a academia, com a gestão pública e com as instituições responsáveis pela proteção da pessoa idosa.

1.3 Pressupostos Conceituais

Para compreender o panorama da violência financeira contra idosos, foram estabelecidos os seguintes pressupostos conceituais:

- 1) **Vulnerabilidade Financeira:** A vulnerabilidade financeira dos idosos refere-se à suscetibilidade dessa população a dificuldades econômicas e exploração patrimonial, resultante de fatores como declínio cognitivo, baixa educação financeira, dependência econômica e acesso limitado a informações sobre seus direitos (Batista, 2021). Além disso, fatores estruturais como o endividamento crescente e a digitalização dos serviços bancários ampliam essa vulnerabilidade, uma vez que muitos idosos enfrentam dificuldades para compreender contratos

financeiros ou realizar transações online com segurança (Costa *et al.*, 2023; Banco Central do Brasil, 2023). Dessa forma, a vulnerabilidade financeira dos idosos não é apenas uma questão individual, mas um fenômeno multidimensional, que demanda estratégias de proteção financeira, educação e regulamentação para reduzir sua exposição a abusos e fortalecer sua autonomia econômica (Rodrigues, 2024). Assim sendo, para melhor entendimento da violência financeira contra idosos, a dissertação utilizou o contexto de vulnerabilidade financeira a que estão expostos os idosos.

- 2) Definição de violência financeira contra os idosos: A violência financeira contra idosos é conceituada como qualquer ação ou omissão intencional que acarrete prejuízo financeiro a um idoso, incluindo práticas de fraudes, manipulação de recursos e exploração indevida de sua autonomia financeira. Esse é o conceito base utilizado na dissertação. Com a construção do artefato foram categorizados os tipos de violência financeira e suas características. Portanto, este estudo fundamenta-se em pesquisas que abordam a violência financeira de forma multifacetada, destacando a necessidade de uma abordagem diferenciada para entender o impacto dessa violência na vida financeira e pessoal dos idosos (Minayo, 2003; Santos *et al.*, 2019).
- 3) Definição de violência patrimonial contra idosos: No Brasil, os órgãos governamentais classificam a violência patrimonial e financeira como sinônimos, considerando ambas como atos que envolvem apropriação, retenção, destruição ou uso indevido de bens, recursos financeiros e benefícios previdenciários da pessoa idosa, sem seu consentimento (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024). A Organização Mundial da Saúde (2015) descreve esse tipo de violência como o uso ilegal ou impróprio dos fundos, propriedades ou ativos de uma pessoa idosa, conceito que abrange exploração econômica, fraudes e práticas abusivas que comprometem a autonomia do idoso. No Brasil, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos adota o termo violência patrimonial para englobar casos de abusos financeiros, como golpes, empréstimos não autorizados e coerção para transferência de bens (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024). Dessa forma, este estudo utilizou o termo violência patrimonial, conforme as classificações oficiais brasileiras, compreendendo-o como equivalente ao conceito de violência financeira na literatura internacional (De Farias *et al.*, 2020).
- 4) Artefato: Nesta pesquisa, o artefato refere-se à proposta estruturada de enfrentamento da violência financeira contra idosos, concebida a partir da integração

entre evidências teóricas e dados empíricos. No âmbito da Design Science Research (DSR), corresponde ao artefato desenvolvido, cuja aplicação prática se materializa em uma cartilha educativa destinada aos profissionais diretamente vinculados à Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON). Para fins de aplicação, avaliação e validação do artefato desenvolvido nesta pesquisa, selecionou-se como contexto empírico o município de Sant'Ana do Livramento (RS).

Os pressupostos conceituais foram apresentados para elucidar os conceitos usados como embasamento teórico neste trabalho, tendo em vista a amplitude de conceitos e interpretações existentes sobre o tema. Na próxima seção tem-se o capítulo de fundamentação teórica.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo apresenta a revisão da literatura utilizada para embasar o estudo sobre a violência financeira contra idosos. Discute-se o envelhecimento e a vulnerabilidade financeira. A partir disso, apresenta-se a conceituação da violência financeira, destacando suas principais formas de manifestação e os desafios na delimitação teórica do fenômeno. Em seguida, são exploradas as ações desenvolvidas no contexto nacional para a mitigação do fenômeno e os seus desafios.

2.1 Envelhecimento e Vulnerabilidade Financeira

O envelhecimento é um processo natural que traz consigo diversas transformações biológicas e sociais, impactando a autonomia financeira dos idosos e aumentando sua vulnerabilidade a diferentes formas de abuso, incluindo a violência financeira (Costa *et al.*, 2018). Essas mudanças afetam diretamente a capacidade de gerenciar recursos, expondo essa população a fraudes, exploração e coerção patrimonial (Barbosa, 2017; Santos *et al.*, 2020). Além disso, o envelhecimento está inserido em um contexto socioeconômico mais amplo, no qual desigualdades estruturais comprometem sua segurança financeira (Pires, 2023).

O crescimento da população idosa no Brasil ocorre de forma acelerada e desproporcional, criando desafios tanto para o sistema previdenciário quanto para a segurança financeira dessa população (Lameira Vieira Borges *et al.*, 2024). A participação dos idosos na população brasileira irá dobrar em um período muito menor do que o observado em países

desenvolvidos. Esse fenômeno não apenas altera a estrutura socioeconômica do país, mas também aumenta a demanda por políticas públicas e estratégias de proteção social para evitar a exclusão econômica dessa parcela da população (Costa *et al.*, 2023).

Um aspecto importante do envelhecimento é a redução da capacidade produtiva e a consequente dependência econômica de benefícios previdenciários ou da ajuda de familiares (Pires, 2023). A insuficiência dos benefícios previdenciários muitas vezes obriga os idosos a permanecerem no mercado de trabalho ou a recorrerem ao crédito para suprir necessidades básicas (Sousa; Perrelli; Botelho, 2018). Entretanto, essa permanência nem sempre ocorre em condições dignas, podendo resultar em exploração econômica e sobrecarga física e mental (Miranda; Mendes; Silva, 2016). Além disso, a ausência de políticas eficazes que promovam um planejamento financeiro adequado ao longo da vida agrava ainda mais essa situação (Costa *et al.*, 2023).

Do ponto de vista biológico, o declínio cognitivo pode comprometer a tomada de decisão, tornando os idosos mais suscetíveis a erros de julgamento e manipulações financeiras (Pires, 2023). A redução da velocidade de processamento de informações e a menor familiaridade com tecnologias bancárias dificultam o gerenciamento financeiro, o que pode levar à dependência de terceiros (Yon *et al.*, 2017). Essa vulnerabilidade cognitiva os torna alvos fáceis para fraudes ou para aquisição de produtos bancários inadequados, muitas vezes sem a devida compreensão sobre seus direitos e opções (Alarcon *et al.*, 2022).

A condição de saúde dos idosos também tem impacto direto em sua gestão financeira (Santos *et al.*, 2020). Idosos com doenças crônicas ou limitações funcionais enfrentam gastos mais elevados com medicamentos e cuidados da saúde, o que pode comprometer sua estabilidade financeira e aumentar sua dependência de familiares (Burnes *et al.*, 2021). Além disso, a falta de acesso a informações claras sobre seus direitos previdenciários e assistenciais faz com que muitos idosos não utilizem todos os benefícios disponíveis para sua proteção econômica (Buaes, 2015).

A falta de inclusão financeira também contribui para essa vulnerabilidade (Sousa; Perrelli; Botelho, 2018; Alencar *et al.*, 2024). Muitos idosos cresceram em um contexto em que os serviços bancários eram menos digitalizados, tornando a adaptação às novas tecnologias um desafio (Barbosa, 2017; Costa *et al.*, 2023). Isso limita sua autonomia na gestão de recursos e os coloca em desvantagem no acesso a produtos e serviços financeiros adequados às suas necessidades (Batista, 2021; Lameira Vieira Borges *et al.*, 2024). Dessa forma, a exclusão financeira dos idosos pode levá-los a depender de terceiros para realizar transações bancárias, aumentando sua exposição a fraudes e abusos (De Farias *et al.*, 2020). Além disso, mesmo

quando possuem acesso à tecnologia, muitos idosos realizam operações financeiras com a intermediação de familiares ou cuidadores, o que pode aumentar o risco de exploração econômica (Batista, 2021; Lameira Vieira Borges *et al.*, 2024).

A fragilidade funcional e a limitada familiaridade com processos bancários digitais frequentemente levam pessoas idosas a depender da intermediação de familiares ou cuidadores para a realização de operações financeiras. Em muitos casos, essa dependência implica o compartilhamento de senhas e informações bancárias com terceiros, ampliando os riscos de exploração patrimonial e perdas financeiras (Costa *et al.*, 2023). Nesse contexto, a literatura aponta que a população idosa pode ser compreendida como um grupo em condição de hipervulnerabilidade, caracterizada pela sobreposição de fatores como limitações funcionais, assimetria informacional, dependência financeira e isolamento social, que ampliam sua exposição a práticas abusivas e exploração econômica (Irigaray *et al.*, 2016; Minayo, 2003).

Com isso, a crescente digitalização dos serviços bancários impõe desafios significativos aos idosos, especialmente aqueles que possuem baixa familiaridade com tecnologia (Batista, 2021; Pires, 2023). Com o fechamento de agências físicas, muitos encontraram dificuldades para acessar serviços essenciais, tornando-se alvos fáceis para golpes financeiros (Lameira Vieira Borges *et al.*, 2024). Dados do Banco Central do Brasil (2023) indicam que os crimes financeiros contra idosos aumentaram consideravelmente com a expansão dos serviços bancários digitais. Entre as fraudes mais comuns, destacam-se o acesso indevido a contas bancárias, phishing¹ e golpes por telefone, que exploram a vulnerabilidade desse grupo populacional (Burnes *et al.*, 2021).

Nesse contexto, a vulnerabilidade financeira dos idosos poderá ocasionar problemas na gestão de suas finanças. Por exemplo, a contratação de empréstimos consignados representa um dos principais fatores de endividamento entre idosos no Brasil (Crippa; Alen Porto Alegre, 2024), sendo a modalidade de crédito mais utilizada por essa população (Rodrigues *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2024). A facilidade de acesso ao crédito, aliada à falta de transparência nas cláusulas contratuais, leva muitos aposentados a comprometerem sua renda a longo prazo, perpetuando sua vulnerabilidade financeira (Minayo, 2003). Além disso, as sucessivas renovações dos contratos prolongam as dívidas, muitas vezes sem que o idoso tenha plena compreensão do impacto financeiro dessas operações (Alarcon *et al.*, 2019).

¹ Phishing é uma técnica de engenharia social em que criminosos se passam por entidades confiáveis, como bancos ou empresas, para enganar indivíduos e obter informações confidenciais, como senhas e dados bancários, geralmente por meio de e-mails ou sites fraudulentos. Essa prática tem sido amplamente discutida em estudos sobre segurança digital devido ao aumento significativo de ataques cibernéticos voltados para idosos e outros grupos vulneráveis (Jakobsson, 2012).

O estudo de Silva et al. (2024) destaca que idosos de baixa renda são particularmente mais vulneráveis ao endividamento, sendo frequentemente induzidos a contrair empréstimos em condições desfavoráveis, agravando sua exposição a práticas abusivas no mercado financeiro. Segundo Rodrigues et al. (2024), há uma forte correlação entre a falta de conhecimento financeiro, a baixa escolaridade e o endividamento desmedido na terceira idade, o que corrobora estudos anteriores que indicam que idosos de baixa renda são particularmente vulneráveis à contratação de crédito em condições desfavoráveis (Burnes *et al.*, 2021; Gil *et al.*, 2015).

Cabe destacar que a vulnerabilidade financeira dos idosos não se restringe apenas às instituições financeiras, mas também pode estar presente no núcleo familiar (Minayo, 2003). Rodrigues et al. (2024) destacam que, em muitos casos, a apropriação indevida dos rendimentos dos idosos ocorre de forma sutil, tornando a violência financeira difícil de ser detectada. Além disso, o medo de retaliação ou de rompimento dos laços familiares pode levar os idosos a não denunciarem esses abusos, perpetuando sua condição de vulnerabilidade (Miranda; Mendes; Silva, 2016).

No aspecto social, mudanças na dinâmica familiar e na participação econômica impactam diretamente a segurança financeira dos idosos (Gil *et al.*, 2015). Aposentadorias, redução de renda e modificações no núcleo de apoio social podem aumentar a dependência financeira de familiares ou cuidadores, elevando o risco de exploração patrimonial (Santos *et al.*, 2022).

Nessa perspectiva, evidencia-se que o envelhecimento, juntamente com elementos familiares, financeiros e sociais, pode acarretar a vulnerabilidade financeira dos idosos. Ainda, a solidão e o isolamento social, comuns nessa fase da vida, podem agravar essa situação (Freitas, 2020; Santos *et al.*, 2020), tornando os idosos mais propensos a confiar em terceiros sem a devida cautela e aumentando sua vulnerabilidade a golpes e coerção patrimonial (Irigaray *et al.*, 2016). Idosos que vivem sozinhos ou possuem pouca interação social estão mais expostos a abusos financeiros sem que isso seja identificado por redes de apoio (Alarcon *et al.*, 2019). Além disso, em muitos casos, os próprios familiares são os principais responsáveis por esse tipo de violência, seja por coerção ou apropriação indevida de bens e recursos (Rodrigues, 2024).

Por tudo isso, o envelhecimento da população brasileira tem sido acompanhado pelo aumento das desigualdades sociais, o que compromete ainda mais a segurança financeira dos idosos (Gil *et al.*, 2015). Assim, a vulnerabilidade financeira dos idosos cria um ambiente propício para a ocorrência da violência financeira (Alarcon *et al.*, 2019; Barbosa, 2017; Burnes

et al., 2021). Esse conjunto de vulnerabilidades cria condições propícias para a manifestação da violência financeira, discutida na seção seguinte.

2.2 Definição e Caracterização da Violência Financeira contra idosos

Inserida nesse contexto de vulnerabilidade financeira e social, a violência financeira contra idosos é compreendida na literatura como um fenômeno complexo, multidimensional e ainda marcado por ausência de consenso conceitual (Ribeiro *et al.*, 2021). Estudos internacionais indicam que a diversidade de definições e abordagens teóricas dificulta a consolidação de um arcabouço conceitual unificado, bem como a comparação entre resultados empíricos e o desenvolvimento de estratégias sistemáticas de enfrentamento (Boldy *et al.*, 2005). Apesar dessa heterogeneidade, observa-se convergência quanto à compreensão da violência financeira como uma forma específica de exploração econômica, caracterizada pelo uso indevido, não autorizado ou coercitivo de recursos financeiros e patrimoniais da pessoa idosa, comprometendo sua autonomia, segurança econômica e bem-estar (Sobral; Marinho; Rocha, 2023; Burnes *et al.*, 2025; Silva *et al.*, 2024).

Uma vertente relevante da literatura internacional compreende a violência financeira a partir da capacidade de tomada de decisão do idoso (Burnes *et al.*, 2021; Yon *et al.*, 2017). Nessa perspectiva, o cerne do abuso financeiro não se limita ao prejuízo material, mas reside no comprometimento do processo decisório, especialmente quando a autonomia do idoso é afetada por limitações cognitivas ou informacionais (Lichtenberg *et al.*, 2021). A exploração ocorre quando a pessoa idosa, em razão de declínio cognitivo, dificuldades de compreensão ou assimetrias informacionais, não consegue avaliar adequadamente riscos, contratos ou transações financeiras, tornando-se suscetível à manipulação e à coerção econômica (Sobral; Marinho; Rocha, 2023). Essa abordagem desloca o foco do ato isolado para o contexto decisório, incorporando elementos cognitivos e psicológicos à análise da violência financeira (Lichtenberg *et al.*, 2021; Greene, 2022).

Outros autores ampliam essa compreensão ao enfatizar o caráter relacional e contextual do fenômeno (Weissberger *et al.*, 2020; Phelan; O'Donnell; McCarthy, 2023). Weissberger *et al.* (2020) argumentam que a violência financeira ocorre, com frequência, em contextos de vulnerabilidade social, emocional ou funcional, nos quais relações de confiança são instrumentalizadas para obtenção de ganhos indevidos (Weissberger *et al.*, 2020). Nesse sentido, a exploração econômica é compreendida como resultado de relações assimétricas de poder, geralmente estabelecidas entre idosos e familiares, cuidadores ou agentes institucionais,

o que reforça a centralidade das relações de dependência na dinâmica do abuso financeiro (Weissberger *et al.*, 2022). A violação de confiança aparece, portanto, como elemento estruturante na caracterização da violência financeira contra idosos (Phelan; O'Donnell; McCarthy, 2023).

Essa dimensão relacional é aprofundada por Phelan, O'Donnell e McCarthy (2023), que destacam que a proximidade entre vítima e agressor contribui para a invisibilidade do abuso e para a elevada subnotificação dos casos. Sentimentos de dependência, lealdade e medo de rompimento dos vínculos familiares atuam como barreiras à denúncia, dificultando a identificação e o enfrentamento da violência financeira, mesmo quando seus impactos econômicos e emocionais são expressivos (Yon *et al.*, 2017).

Mais recentemente, a literatura internacional tem incorporado análises que relacionam a violência financeira às transformações estruturais do sistema financeiro (Greene, 2022; Mohideen; Khokhlova, 2022). Greene (2022) ressalta que a intensificação da digitalização dos serviços bancários e a crescente complexidade dos produtos financeiros ampliaram a exposição dos idosos a fraudes, golpes eletrônicos e práticas abusivas de crédito. Dessa forma, a violência financeira deixa de se restringir ao ambiente doméstico ou interpessoal, passando a envolver também instituições financeiras e plataformas digitais, o que evidencia sua dimensão estrutural e institucional (Greene, 2022; Mohideen; Khokhlova, 2022).

Apesar das diferentes ênfases analíticas, os estudos internacionais convergem ao reconhecer que a violência financeira produz efeitos que extrapolam a dimensão econômica, afetando a dignidade, a autoestima e a capacidade de autodeterminação da pessoa idosa (Yon *et al.*, 2017; Greene, 2022). Ademais, a subnotificação desse tipo de violência é amplamente documentada, sendo associada a fatores como vergonha, medo de retaliação, dependência econômica e dificuldade de identificação do abuso pela própria vítima (Yon *et al.*, 2017).

A literatura científica sobre violência financeira contra idosos evidencia que os estudos mais recentes têm se concentrado na caracterização das formas de abuso econômico, nos perfis de vítimas e agressores e nos contextos institucionais em que essas práticas ocorrem. A síntese desses estudos é apresentada no Quadro 1:

Quadro 1- Definições de violência financeira contra idosos na literatura internacional

Autores	Enfoque conceitual
Lichtenberg et al. (2015; 2016)	Violência financeira associada ao comprometimento da capacidade de tomada de decisão do idoso, especialmente em contextos de declínio cognitivo e assimetria informacional.

Weissberger et al. (2020; 2022)	Exploração econômica em contextos de vulnerabilidade social, emocional ou funcional, com centralidade nas relações de confiança.
Phelan, O'Donnell e McCarthy (2023)	Violência financeira como abuso relacional marcado pela violação de confiança, especialmente em vínculos familiares próximos.
Yon et al. (2017)	Violência financeira como forma específica de maus-tratos contra idosos, caracterizada por exploração econômica e elevada subnotificação.
Greene (2022)	Ampliação da violência financeira a partir da digitalização dos serviços financeiros e da complexidade dos produtos bancários.

Fonte: Elaboração própria, com base na Revisão Sistemática da Literatura (2026).

Observa-se que, embora não haja consenso conceitual, os estudos convergem quanto à centralidade da exploração econômica, da violação de confiança e da vulnerabilidade da pessoa idosa como elementos estruturantes da violência financeira. Esses elementos fornecem base para a compreensão e a sistematização do fenômeno.

Um dos referenciais clássicos para a sistematização conceitual da violência financeira contra idosos é o modelo proposto por Wilber e Reynolds (1997), que integra a exploração financeira ao conjunto mais amplo dos maus-tratos contra pessoas idosas. Os autores identificam elementos fundamentais para a caracterização da exploração financeira, como a violação de confiança, a obtenção de benefício injusto, a intencionalidade exploratória, o uso não autorizado de recursos e a presença de situações de vulnerabilidade. Esses elementos permitem diferenciar práticas de apoio financeiro legítimo de situações efetivas de abuso e exploração econômica, contribuindo para o refinamento conceitual do fenômeno, conforme sintetizado no Quadro 2:

Quadro 2- Elementos que caracterizam a exploração financeira de pessoas idosas, conforme Wilber e Reynolds (1997)

Elemento	Descrição
Violação de confiança	O abuso ocorre em relações nas quais o idoso depende ou confia no agente, como familiares, cuidadores ou pessoas próximas.
Benefício injusto ou ganho indevido	Acontece quando alguém obtém vantagem financeira às custas do idoso sem autorização legítima ou de maneira fraudulenta.
Intencionalidade ou vantagem exploratória	Envolve ações com propósito de explorar vulnerabilidades do idoso para obter benefícios pessoais.

Uso inadequado ou não autorizado de recursos	Compreende apropriação, transferência, mau uso de bens, renda, contas bancárias, cartões ou documentos financeiros.
Situações de vulnerabilidade	O abuso é facilitado por fragilidades cognitivas, emocionais, dependência ou isolamento social da pessoa idosa.

Fonte: elaborada pela autora com base em Wilber e Reynolds (1997).

A partir dos elementos sistematizados, observa-se que a exploração financeira não se limita ao uso indevido de recursos, mas envolve dimensões relacionais, cognitivas e estruturais que ampliam a vulnerabilidade da pessoa idosa. O framework proposto por Wilber e Reynolds (1997) é fundamental para diferenciar situações de apoio financeiro ou tomada de decisão compartilhada daquelas em que há intencionalidade exploratória, contribuindo para o refinamento conceitual necessário ao desenvolvimento deste estudo.

No Brasil, Alarcon et al. (2019) mapearam ocorrências de violência financeira contra idosos a partir de 209 boletins de ocorrência registrados entre outubro de 2016 e março de 2017, em uma Delegacia de Polícia de uma cidade de médio porte no interior de São Paulo. Os resultados indicaram que a maior parte dos casos registrados envolvia agressores desconhecidos 85,6%, enquanto familiares foram identificados como responsáveis em 6,7% dos episódios. Os próprios autores observam que episódios ocorridos no contexto familiar tendem a ser subnotificados, tanto por vínculos afetivos quanto por dependência econômica, o que pode contribuir para a baixa representação desses casos nas estatísticas oficiais. A partir dos dados analisados, os autores classificaram a violência financeira em três categorias principais:

Figura 1- Categorias de violência financeira



Fonte: Elaborada pela autora com base em Alarcon *et al.* (2019).

A literatura brasileira dialoga com essas contribuições ao definir a violência financeira como ações ou omissões que resultam na exploração indevida dos bens, rendimentos ou direitos econômicos da pessoa idosa, incluindo fraudes bancárias, empréstimos consignados não autorizados, coerção para transferência de recursos e apropriação indevida de benefícios previdenciários (Silva *et al.*, 2024; Burnes *et al.*, 2025). Alarcon *et al.* (2022) ressaltam que, embora muitos registros oficiais indiquem agressores desconhecidos, a violência financeira no âmbito familiar tende a ser subnotificada, sobretudo em contextos de dependência econômica e vínculos afetivos.

A produção nacional também evidencia a intersecção entre violência financeira e outras formas de violência contra idosos, como negligência e violência psicológica, configurando um cenário de vulnerabilidade multidimensional (De Farias *et al.*, 2020; Costa *et al.*, 2023). Fatores como baixa educação financeira, endividamento associado ao crédito consignado e dificuldades de adaptação às tecnologias bancárias ampliam o risco de exploração econômica, especialmente entre idosos de baixa renda (Alencar *et al.*, 2024; Burnes *et al.*, 2025).

Do ponto de vista institucional, observa-se que os órgãos governamentais brasileiros utilizam predominantemente o termo violência patrimonial para designar práticas que, na literatura internacional, são classificadas como violência financeira (De Farias *et al.*, 2020; Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024). O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (2024) define esse tipo de violência como a apropriação, retenção, destruição ou uso indevido de bens, recursos financeiros ou benefícios previdenciários da pessoa idosa, sem seu consentimento. Essa definição aproxima-se daquela adotada pela Organização Mundial da Saúde, que caracteriza o abuso financeiro como o uso ilegal ou impróprio dos fundos, propriedades ou ativos de uma pessoa idosa (Organização Mundial da Saúde, 2015).

Diante das abordagens apresentadas, compreende-se que a violência financeira contra idosos constitui um fenômeno relacional, estrutural e multidimensional, que envolve a exploração econômica associada à violação de confiança, à assimetria de poder e às vulnerabilidades cognitivas, sociais e institucionais da vítima (Boldy *et al.*, 2005; Greene, 2022). Assim, para fins desta pesquisa, adota-se o conceito de violência financeira contra idosos como qualquer ação ou omissão intencional que resulte em prejuízo econômico ou patrimonial à pessoa idosa, comprometendo sua autonomia financeira, sua segurança econômica e seu bem-estar, independentemente de ocorrer no âmbito familiar, institucional ou digital (Santos *et al.*, 2019; Silva *et al.*, 2024; Burnes *et al.*, 2025). Essa definição fornece base conceitual consistente para a análise empírica e para a construção do artefato proposto neste estudo.

Na sequência são expostas as medidas e ações já implementadas para enfrentar os casos de violência financeira.

2.3 Medidas de Proteção e Mitigação da Violência Financeira contra idosos

O enfrentamento à violência financeira contra idosos tem avançado em algumas frentes, especialmente no que diz respeito à relação entre envelhecimento, vulnerabilidade e exploração econômica (Greene, 2022). A crescente digitalização dos serviços financeiros tem sido apontada como um fator de risco adicional para essa população, ampliando sua exposição a fraudes e golpes eletrônicos (Mohideen; Khokhlova, 2022). Assim, a inclusão financeira dessa população vulnerável deve ser um objetivo central de políticas públicas e regulatórias.

Yon et al. (2017) destacam ainda que a subnotificação desse tipo de violência dificulta a mensuração da sua real magnitude e impede a implementação de políticas públicas mais eficazes. O medo, a vergonha e a falta de acesso a mecanismos de denúncia contribuem para que muitos casos permaneçam invisibilizados, tornando a prevenção e o combate ainda mais desafiadores (Knight *et al.*, 2016). Ou seja, a dificuldade em denunciar esses crimes, seja por medo de represálias ou vergonha, contribui para a subnotificação dos casos e a continuidade do problema (Peterson *et al.*, 2014; Knight *et al.*, 2016). Muitos idosos não reportam abusos devido à dependência emocional e econômica dos agressores, que frequentemente são familiares próximos (Mohideen *et al.*, 2022).

Além dos desafios relacionados à digitalização, um fator crucial para a mitigação da violência financeira contra idosos é o fortalecimento das redes de suporte (Rodrigues *et al.*, 2019). Estudos indicam que idosos que possuem uma rede social ativa e apoio comunitário tendem a ser menos vulneráveis a golpes financeiros e exploração econômica (Fraga Dominguez *et al.*, 2022; Crippa; Alen Porto Alegre, 2024). No entanto, a fragmentação dos laços sociais e a solidão aumentam a exposição desse grupo a fraudes, principalmente quando dependem de terceiros para gerenciar suas finanças (Mohideen *et al.*, 2022; Boldy *et al.*, 2005). Dessa forma, iniciativas que promovam maior interação social e suporte familiar podem desempenhar um papel fundamental na prevenção da violência financeira (Pires, 2023).

Outro ponto relevante no debate sobre finanças e violência financeira em idosos envolve o impacto da falta de proteção jurídica para esse público (Costa *et al.*, 2023). Estudos como os de Rodrigues et al. (2019), destacam que a maioria dos casos de violência financeira não chega ao conhecimento das autoridades, seja por medo de retaliação ou por falta de apoio legal adequado para denunciar os crimes.

O baixo índice de punição dos responsáveis por abusos financeiros também desestimula as denúncias, perpetuando o ciclo de exploração econômica (Pires, 2023). Além disso, a ausência de mecanismos efetivos de monitoramento das transações financeiras de idosos aumenta a dificuldade de identificar práticas abusivas antes que causem danos significativos (Crippa; Alen Porto Alegre, 2024). Além disso, a falta de dados concretos sobre a real dimensão do problema dificulta a formulação de estratégias de prevenção. O incentivo à denúncia e a criação de mecanismos de anonimato para vítimas podem ser estratégias importantes para combater essa questão (Fraga Dominguez *et al.*, 2022).

Algumas medidas propostas para mitigar a violência financeira contra idosos incluem maior rigor regulatório, mecanismos de monitoramento de transações e fiscalização sobre operações de crédito e empréstimos consignados, além da criação de canais específicos de denúncia para fraudes direcionadas a esse público (Fraga Dominguez *et al.*, 2022; Costa *et al.*, 2023). Também têm sido recomendadas ações educativas voltadas à população idosa, como materiais acessíveis, campanhas de conscientização e treinamento para o uso seguro de tecnologias bancárias (Buaes, 2015). Embora essas iniciativas representem avanços importantes, elas tendem a concentrar a responsabilidade de prevenção no próprio idoso, o que pode ser problemático diante das desigualdades socioeconômicas, das limitações cognitivas e da própria assimetria de informação que caracteriza as relações financeiras. Esse cenário evidencia a necessidade de ampliar o foco das estratégias de proteção.

Nesse sentido, a efetividade das iniciativas de prevenção depende não apenas de sua adaptação às necessidades e limitações dos idosos, mas também da formação adequada dos agentes que compõem o sistema financeiro. É fundamental que políticas educativas incluam a capacitação de profissionais de bancos, cooperativas e instituições de pagamento, ampliando sua habilidade de identificar situações suspeitas e atuar preventivamente (De Farias *et al.*, 2020). A cooperação entre instituições financeiras, órgãos reguladores e sociedade civil também se mostra decisiva para mitigar os impactos da violência financeira contra idosos (Santos *et al.*, 2020; Greene, 2022). Em alguns países, bancos já adotam protocolos de proteção que permitem aos funcionários reconhecerem sinais de exploração financeira e comunicar autoridades competentes (Rodrigues *et al.*, 2019). Tais iniciativas evidenciam que estratégias institucionais de prevenção e identificação precoce desempenham papel central no enfrentamento da violência financeira contra idosos, contribuindo para ampliar a proteção dessa população e fortalecer mecanismos de resposta diante de práticas abusivas (Crippa; Alen Porto Alegre, 2024).

2.4 Articulação teórica e implicações metodológicas

A fundamentação teórica desenvolvida neste capítulo permitiu identificar os principais conceitos, categorias analíticas e lacunas existentes na literatura sobre violência financeira contra pessoas idosas (Irigaray *et al.*, 2016; Yon *et al.*, 2017; Alencar *et al.*, 2024). A análise dos estudos nacionais e internacionais evidenciou que o fenômeno apresenta natureza multifacetada, envolvendo dimensões econômicas, relacionais, institucionais e tecnológicas, bem como diferentes contextos de ocorrência e perfis de vulnerabilidade (Burnes *et al.*, 2021; Weissberger *et al.*, 2020; Greene, 2022).

Além de contribuir para a compreensão conceitual do fenômeno, esse levantamento teórico também orientou diretamente as decisões metodológicas adotadas nesta pesquisa (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015). Em estudos fundamentados na abordagem da Design Science Research (DSR), o conhecimento acumulado na literatura desempenha papel central na definição dos requisitos do artefato e na estruturação do processo de investigação. Isso ocorre porque o design da solução proposta deve estar ancorado em evidências científicas e na compreensão aprofundada do problema investigado (Hevner *et al.*, 2004; Peffers *et al.*, 2007; Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015).

Nesse sentido, os conceitos de vulnerabilidade financeira, as categorias de violência financeira contra idosos e as estratégias de prevenção e proteção identificadas na literatura forneceram subsídios para a definição do desenho metodológico da pesquisa (Yon *et al.*, 2017; Burnes *et al.*, 2021; Alencar *et al.*, 2024). Esses elementos orientaram, por exemplo, a formulação das estratégias de busca utilizadas na Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a definição das categorias analíticas empregadas na interpretação dos dados empíricos e os critérios considerados na concepção e avaliação do artefato desenvolvido (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015; Peffers *et al.*, 2007). As etapas descritas acima serão apresentadas na sequência do trabalho.

Assim, a articulação entre fundamentação teórica e desenho metodológico constitui elemento central desta investigação, assegurando que as escolhas metodológicas estejam diretamente alinhadas às lacunas identificadas na literatura e às necessidades observadas no contexto empírico analisado (Hevner *et al.*, 2004; Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015). O Quadro 3 apresenta uma síntese dessa relação, evidenciando como os principais elementos teóricos identificados na literatura orientaram as decisões metodológicas adotadas ao longo da pesquisa.

Quadro 3 - Articulação entre fundamentação teórica e decisões metodológicas da pesquisa

Elementos teóricos identificados na literatura	Implicações para a pesquisa	Operacionalização metodológica
Vulnerabilidade financeira de pessoas idosas	Evidencia fatores de risco e contextos de exposição à exploração econômica	Orientou a análise das denúncias registradas no Rio Grande do Sul
Tipologias e manifestações da violência financeira	Estruturam categorias analíticas do fenômeno	Base para a classificação e interpretação dos registros de denúncias
Lacuna de soluções aplicadas na literatura	Indica necessidade de instrumentos de enfrentamento	Justificou a adoção da Design Science Research
Estratégias de prevenção e educação financeira	Apontam caminhos para mitigação da violência financeira	Fundamentaram a concepção da cartilha educativa
Atuação institucional na proteção da pessoa idosa	Destaca o papel de órgãos públicos e redes de proteção	Definiu o contexto de avaliação e validação do artefato junto ao COMDECON/PROCON

Fonte: Elaboração própria (2026).

A síntese apresentada no Quadro 3 evidencia que o desenho metodológico desta pesquisa não foi definido de forma isolada, mas estruturado a partir das evidências e lacunas identificadas na literatura sobre violência financeira contra pessoas idosas. Os conceitos de vulnerabilidade financeira, as tipologias de violência financeira e as estratégias de prevenção e proteção identificadas nos estudos analisados forneceram subsídios para a definição das categorias analíticas utilizadas na investigação empírica, bem como para a formulação dos requisitos do artefato desenvolvido.

Além disso, a identificação de lacunas na literatura, especialmente no que se refere à proposição de soluções aplicadas para o enfrentamento da violência financeira contra idosos, reforçou a pertinência da adoção da abordagem metodológica da *Design Science Research* (DSR). Essa abordagem possibilita a integração entre conhecimento científico e intervenção prática, permitindo o desenvolvimento e a avaliação de artefatos voltados à resolução de problemas sociais complexos (Hevner et al., 2004; Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015).

A partir dessa articulação entre fundamentação teórica e desenho metodológico, o capítulo seguinte apresenta os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa, detalhando as etapas de desenvolvimento da investigação, a estratégia de Revisão Sistemática da Literatura (RSL), a análise dos dados empíricos e o processo de construção e validação do artefato proposto.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia adotada para responder à questão de pesquisa e atingir os objetivos. O estudo foi estruturado em três partes principais: i) delineamento da pesquisa, especificando sua abordagem e natureza; ii) etapas do processo metodológico, definindo as etapas da pesquisa e coleta de dados e iii) apresentação do método de trabalho, fundamentado nos princípios da *Design Science Research (DSR)*, que orientou a construção e validação do artefato proposto para o enfrentamento da violência financeira contra idosos.

3.1 Abordagem Metodológica

Esta pesquisa teve como objetivo identificar os fatores relevantes para o enfrentamento da violência financeira contra idosos, a partir da construção de um artefato para o enfrentamento da violência financeira contra idosos no Brasil, integrando conhecimento teórico e evidências empíricas. Para isso, combinou-se abordagens quantitativa e qualitativa, resultando em uma metodologia mista que envolveu a revisão sistemática da literatura (RSL), o levantamento de dados secundários e a construção e validação de um artefato baseado na *Design Science Research (DSR)*.

A abordagem qualitativa foi utilizada para analisar o conteúdo das publicações em periódicos internacionais e propor o artefato, enquanto a abordagem quantitativa permitiu examinar os dados de denúncias de violência financeira, apresentando um panorama histórico das ocorrências entre 2020 e 2024 (Creswell, 2010). Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa exploratória, dedicada à construção do artefato a partir de uma abordagem inovadora, e descritiva, uma vez que analisou dados empíricos e avaliou a aplicabilidade da solução proposta com base na percepção da gestora responsável pela temática (Gil, 2008). No item seguinte, são apresentadas as etapas de planejamento da pesquisa.

O método utilizado foi a *Design Science Research*, que parte do pressuposto de que o conhecimento científico pode ser produzido por meio da concepção, desenvolvimento e avaliação de artefatos, como modelos, frameworks, métodos ou materiais educativos, concebidos para responder a problemas reais.

Segundo Dresch, Lacerda e Antunes Júnior (2015), a *Design Science Research* estrutura-se em um conjunto de etapas interdependentes que visam à construção e à avaliação de artefatos úteis para a solução de problemas organizacionais e sociais. Diferentemente de abordagens voltadas apenas à explicação de fenômenos, a *DSR* combina rigor científico e

relevância prática, permitindo que o conhecimento acadêmico seja traduzido em soluções concretas, socialmente aplicáveis e teoricamente fundamentadas.

No contexto desta pesquisa, a DSR mostrou-se particularmente adequada por possibilitar a articulação entre três dimensões centrais: (i) o conhecimento acumulado na literatura científica, sistematizado por meio da Revisão Sistemática da Literatura; (ii) as evidências empíricas oriundas de dados governamentais sobre denúncias de violência financeira contra idosos; e (iii) a necessidade social de um instrumento aplicado que auxilie na prevenção, identificação e encaminhamento de casos. Essa integração entre teoria, evidência empírica e intervenção prática orientou todo o percurso metodológico do estudo.

3.2 Etapas do Processo Metodológico

A pesquisa foi conduzida em quatro etapas principais, conforme representado na Figura 2. Nesta seção, essas etapas são descritas de forma geral, evidenciando sua relação com os objetivos específicos da pesquisa. As etapas apresentadas na Figura 2 compõem o desenho metodológico adotado. O detalhamento de cada uma delas, incluindo os procedimentos de coleta de dados e as respectivas técnicas de análise, é apresentado posteriormente no item 3.4.

Figura 2 - Etapas do processo metodológico

Fonte:



Elaboração própria (2026).

A primeira etapa consistiu na realização de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), conduzida nas bases Web of Science e Scopus e orientada pelas diretrizes do protocolo PRISMA. A RSL permitiu aprofundar a relevância do problema investigado, mapeando os principais conceitos, modelos analíticos e lacunas existentes na literatura sobre violência financeira contra idosos. Esse levantamento teórico possibilitou conhecer o panorama internacional da pesquisa, identificar os estudos mais citados e reconhecer os autores que vêm contribuindo de forma mais significativa para a temática. Essa etapa respondeu ao primeiro objetivo específico do estudo.

A segunda etapa envolveu o levantamento de dados quantitativos referentes às denúncias registradas na Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), por meio do canal Disque 100, no estado do Rio Grande do Sul entre 2020 e 2024. A análise histórica permitiu descrever o contexto empírico da violência patrimonial e financeira, quantificando sua incidência e caracterizando seus principais padrões. Os dados forneceram subsídios para identificar elementos e características relevantes à compreensão do fenômeno e às ações de enfrentamento. Essa etapa respondeu ao segundo objetivo específico da pesquisa.

A terceira etapa consistiu no desenvolvimento do artefato para o enfrentamento da violência financeira contra idosos. Com base nos resultados obtidos nas duas etapas anteriores, estruturou-se uma proposta destinada a caracterizar a violência financeira e suas tipologias, além de propor estratégias de prevenção, detecção e mitigação dos casos. Essa construção foi orientada pelos princípios da Design Science Research (DSR), que visa solucionar problemas reais por meio da criação e validação de artefatos. No presente estudo, o artefato corresponde a cartilha educativa desenvolvida. A execução dessa etapa atendeu ao terceiro objetivo específico.

Por fim, a quarta etapa compreendeu a avaliação e validação do artefato, realizada por meio da aplicação de um formulário junto à gestora responsável pelo atendimento e encaminhamento de denúncias de violência financeira contra idosos na Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant'Ana do Livramento. A validação, etapa central na DSR, consistiu em avaliar a aplicabilidade e a utilidade prática do artefato proposto. Nesse processo, o artefato foi examinado pela gestora responsável pelo atendimento e encaminhamento de denúncias de violência financeira contra idosos na instituição. Essa etapa respondeu ao quarto objetivo específico.

Na seção seguinte, apresenta-se a descrição detalhada do método de pesquisa adotado.

3.3 Método de Pesquisa

Nesta pesquisa, adotou-se a Design Science Research (DSR) como estratégia metodológica principal, seguindo as diretrizes propostas por Peffers et al. (2007) e por Dresch, Lacerda e Antunes Júnior (2015). O método foi aplicado para desenvolver um artefato voltado ao enfrentamento da violência financeira contra idosos, assegurando a construção de uma solução fundamentada em evidências empíricas e teóricas. O processo foi estruturado em 6 etapas, descritas a seguir:

1. Identificação do problema e contextualização da pesquisa: A etapa inicial consistiu na delimitação e fundamentação do problema de pesquisa. A partir da Revisão Sistemática da Literatura (RSL), realizada nas bases Web of Science e Scopus, identificaram-se lacunas conceituais, ausência de padronização terminológica e escassez de modelos aplicados de enfrentamento da violência financeira contra idosos. Paralelamente, a análise dos dados governamentais referentes às denúncias registradas no Rio Grande do Sul evidenciou crescimento das ocorrências, centralidade do ambiente doméstico e intensificação de práticas mediadas por tecnologias digitais. A convergência entre esses achados teóricos e empíricos consolidou a relevância social e científica do problema, orientando a definição dos requisitos do artefato.
2. Definição dos objetivos da solução: Com base no diagnóstico realizado, definiu-se como objetivo o desenvolvimento de uma proposta estruturada de enfrentamento da violência financeira contra idosos, capaz de articular dimensões conceituais, preventivas e institucionais. A solução deveria apresentar clareza comunicacional, aplicabilidade prática e aderência ao contexto institucional analisado, funcionando como instrumento de apoio à tomada de decisão por agentes públicos responsáveis pelo atendimento às denúncias.
3. Desenvolvimento do Artefato: O desenvolvimento do artefato materializou-se na construção de uma cartilha educativa, concebida como instrumento prescritivo de prevenção, identificação e encaminhamento de casos de violência financeira. Sua estrutura foi fundamentada na integração entre os achados da RSL e os padrões identificados nos dados empíricos. O conteúdo contemplou a conceituação do fenômeno, sinais de alerta, exemplos de práticas abusivas, incluindo fraudes digitais e exploração no ambiente doméstico, e orientações institucionais para busca de apoio. Além do conteúdo textual, decisões relativas à linguagem, organização estrutural e

design visual foram orientadas por princípios de acessibilidade, clareza e adequação ao público idoso, reforçando o caráter aplicado da cartilha educativa.

4. **Demonstração:** A demonstração ocorreu por meio da confrontação entre as categorias estruturadas na cartilha e os dados governamentais analisados. Essa etapa permitiu verificar a aderência do artefato à realidade empírica, assegurando que suas tipologias e orientações correspondessem aos padrões efetivamente observados nas denúncias registradas entre 2020 e 2024. Assim, a demonstração configurou-se como um momento de verificação preliminar da coerência teórico-prática do proposta.
5. **Avaliação do Artefato:** A etapa de avaliação compreendeu dois momentos complementares, caracterizando o ciclo iterativo da Design Science Research. Inicialmente, realizou-se uma avaliação qualitativa presencial junto à Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant'Ana do Livramento/RS. Na sequência, procedeu-se à validação formal do artefato, por meio da aplicação de instrumento estruturado em escala Likert junto à coordenadora do órgão. Essa etapa teve como objetivo examinar, de forma sistemática, a clareza, utilidade prática, aderência institucional e potencial de aplicabilidade do artefato no contexto real de atendimento às denúncias. As referidas etapas foram realizadas nos meses de dezembro de 2025 e janeiro de 2026.
6. **Comunicação dos resultados:** Em consonância com os pressupostos da Design Science Research (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015), a comunicação dos resultados constituiu parte integrante do processo de consolidação do conhecimento produzido. A apresentação da proposta aos profissionais envolvidos no enfrentamento da violência financeira reforçou o caráter aplicado da pesquisa, favorecendo sua apropriação institucional e ampliando seu potencial de impacto social.

3.4 Levantamento de Dados e Técnicas de Análise dos Resultados

O levantamento de dados desta pesquisa baseia-se em duas fontes principais: (i) a Revisão Sistemática da Literatura (RSL), conduzida para identificar o estado da arte sobre violência financeira contra idosos, e (ii) a análise de dados secundários, baseada no repositório governamental das denúncias registradas no Brasil.

A revisão sistemática da literatura foi conduzida a partir de um protocolo que organiza e documenta cada fase do processo, assegurando rastreabilidade, reprodutibilidade e consistência metodológica. Utilizou-se o protocolo de Tranfield, Denyer e Smart (2003), no

qual uma revisão sistemática estrutura-se em três estágios: (i) planejamento da revisão; (ii) condução da revisão; e (iii) reporte e disseminação do conhecimento. Cada estágio é composto por fases específicas, como apresentado no Quadro 4:

Quadro 4- Estágios de uma revisão sistemática da literatura (RSL)

Estágio 1: Planejamento da revisão
Fase 0: Identificação da necessidade de uma revisão Fase 1: Preparação de uma pergunta de pesquisa para a revisão Fase 2: Desenvolvimento de um protocolo de revisão
Estágio 2: Condução da revisão
Fase 3: Identificação da pesquisa Fase 4: Seleção dos estudos Fase 5: Avaliação da qualidade dos estudos selecionados Fase 6: Extração dos dados e monitoramento do progresso Fase 7: Síntese dos dados
Estágio 3: Reporte e disseminação do conhecimento
Fase 8: Reporte e recomendações Fase 9: Transformar as evidências em prática

Fonte: Adaptado de Tranfield, Denyer e Smart (2003).

Após a formulação da pergunta de pesquisa relacionada à violência financeira contra idosos, definiram-se as strings de busca de modo a captar estudos que tratassem simultaneamente do envelhecimento e das diferentes formas de abuso financeiro. Para garantir amplitude na recuperação dos documentos, consideraram-se variações terminológicas recorrentes na literatura internacional, englobando termos associados à idade, exploração patrimonial e coerção econômica.

A RSL foi conduzida nas bases Web of Science e Scopus, selecionadas por sua relevância e abrangência na produção científica internacional. As strings foram elaboradas com operadores booleanos e aplicadas nos campos de título, resumo e palavras-chave. Conforme descrito a seguir:

Quadro 5- Strings utilizadas na pesquisa

Base	String Utilizada	Quantidade obtida de documentos
<i>Scopus</i>	(TITLE-ABS-KEY ("elderly" OR "older") AND TITLE-ABS-KEY ("financial violence*" OR "financial* abuse*"))	128
<i>Web of Science</i>	TS=(("Elder" OR "Older") AND ("financial violence*" OR ("financial* abuse*")))	81

Nota: Tradução dos termos utilizados nas strings: *elderly* / *elder* / *older* (pessoa idosa); *financial violence* (violência financeira); *financial abuse* (abuso financeiro).

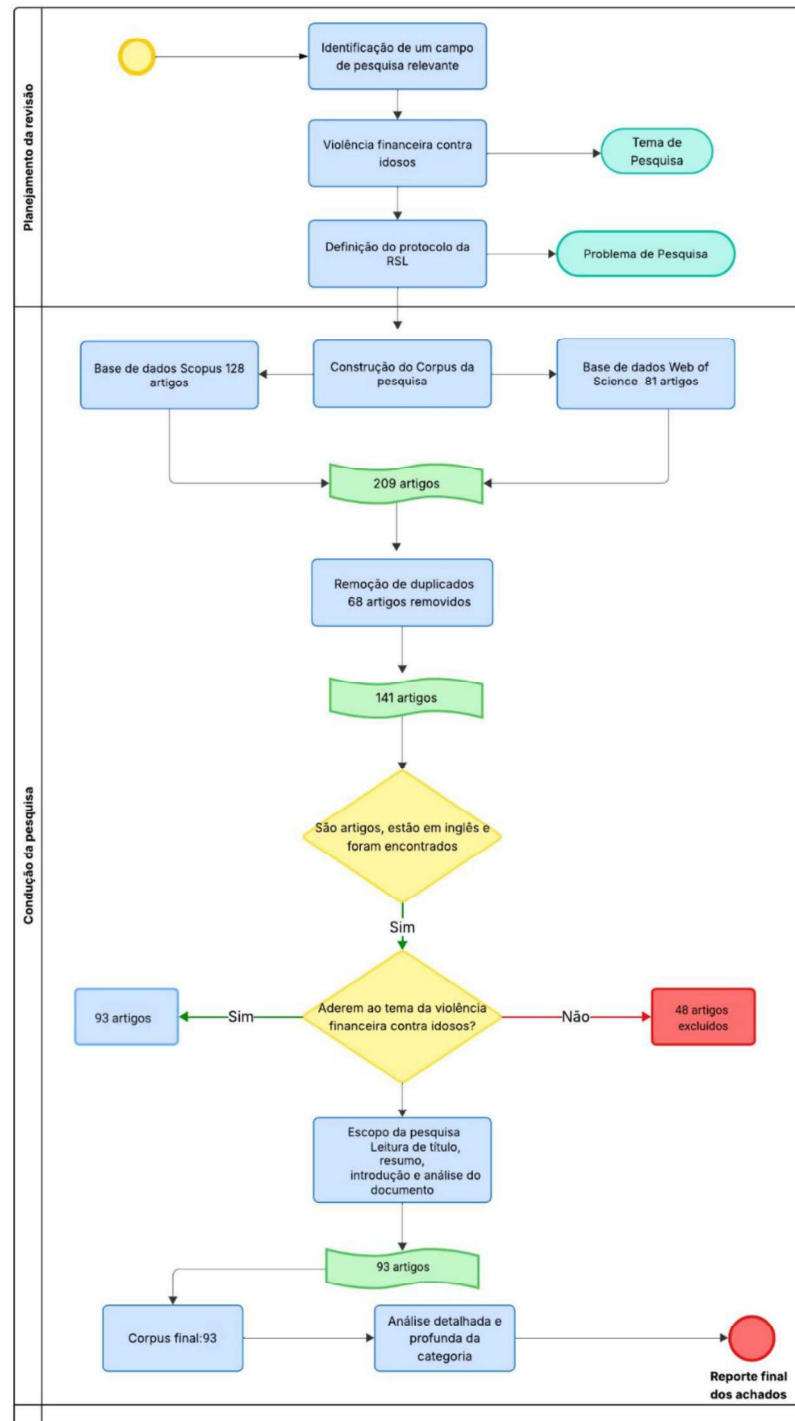
Fonte: Elaboração própria (2026).

Como resultado das estratégias de busca aplicadas, a base Scopus retornou 128 documentos, enquanto a Web of Science identificou 81 estudos, totalizando 209 registros iniciais no corpus da pesquisa. As buscas não impuseram restrição temporal, permitindo a recuperação integral das publicações relacionadas ao tema disponíveis em ambas as bases. No entanto, os documentos efetivamente recuperados e analisados concentram-se no período de 2005 a 2025, intervalo que corresponde à produção científica disponível e pertinente ao tema nas bases consultadas.

Na condução da RSL, foram aplicados critérios de inclusão e exclusão com o objetivo de selecionar estudos alinhados ao escopo da pesquisa. Os critérios de inclusão contemplaram exclusivamente artigos científicos, publicados em acesso aberto, nos idiomas inglês e português. Após esse refinamento preliminar, procedeu-se à identificação e remoção de duplicidades entre as bases, resultando na eliminação de 68 registros repetidos e na redução do corpus para 141 documentos únicos.

Na etapa seguinte, realizou-se a leitura dos títulos, resumos e, quando necessário, do texto completo, a fim de verificar o enquadramento temático dos estudos. Foram selecionados 93 artigos para compor o corpus final da revisão. Os trabalhos excluídos abordavam a violência contra idosos de forma ampla, com ênfase predominante em abusos físicos e psicológicos, ou apenas mencionavam a violência financeira de maneira periférica, sem tratá-la como objeto central de análise, não atendendo, portanto, ao foco específico desta pesquisa. A Figura 3 ilustra as fases do protocolo de pesquisa da RSL.

Figura 3- Etapas do processo de Revisão Sistemática da Literatura



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A consolidação do corpus final, conforme ilustrado na Figura 3, estabeleceu a base empírica sobre a qual se desenvolveu a análise bibliométrica subsequente. A definição desse conjunto de 93 artigos permitiu a aplicação de procedimentos quantitativos voltados à identificação de padrões de produção científica, autores, periódicos e temáticas recorrentes no campo investigado.

Para a análise dos dados do corpus textual, adotou-se a bibliometria como abordagem quantitativa. Essa técnica consiste em um conjunto de métodos estatísticos aplicados à produção científica, com o objetivo de mensurar padrões de publicação, disseminação do conhecimento e comportamento informacional em determinados campos de pesquisa. Trata-se de um procedimento amplamente empregado em revisões sistemáticas da literatura, pois permite mapear autores, periódicos e temas recorrentes, contribuindo para a compreensão da estrutura e da evolução de um domínio científico específico (Guedes; Borschiver, 2005).

No âmbito da análise bibliométrica, foram aplicadas as três leis clássicas da bibliometria. A Lei de Lotka permite analisar a produtividade dos autores, evidenciando a concentração da produção científica em um número reduzido de pesquisadores. A Lei de Bradford refere-se à dispersão dos artigos entre periódicos, identificando um núcleo de revistas mais relevantes em determinada área do conhecimento. Já a Lei de Zipf (1949) analisa a frequência de ocorrência de palavras nos textos científicos, possibilitando a identificação de termos mais recorrentes e, conseqüentemente, dos principais temas abordados no corpus analisado. A aplicação dessas leis fornece subsídios quantitativos para compreender a organização, a concentração e a dinâmica da produção científica investigada (Guedes; Borschiver, 2005).

Adicionalmente, o delineamento da revisão sistemática seguiu as diretrizes do PRISMA² 2020, garantindo transparência, rastreabilidade e rigor metodológico nas etapas de identificação, seleção e inclusão dos estudos que compõem o corpus analisado (Galvão; Tiguman; Sarkis-Onofre, 2022)

Os dados foram analisados por meio do pacote Bibliometrix, utilizado para análises bibliométricas na linguagem R. O Bibliometrix consiste em um conjunto de ferramentas desenvolvidas especificamente para a análise quantitativa da produção científica, permitindo a importação, o processamento e a visualização de dados bibliográficos provenientes de bases como Scopus e Web of Science. O pacote possibilita a aplicação de indicadores bibliométricos clássicos, a análise da produtividade de autores e periódicos, a identificação de redes de colaboração, bem como a exploração de padrões temáticos e da evolução temporal da literatura científica (Aria; Cuccurullo, 2017).

² O PRISMA (*Principais Itens para Relatar Revisões Sistemáticas e Meta-análises*) consiste em um conjunto de diretrizes internacionais que orientam o relato transparente e sistemático de revisões da literatura. O protocolo estabelece recomendações para a descrição das etapas de identificação, seleção, elegibilidade e inclusão dos estudos, contribuindo para a reprodutibilidade, a consistência metodológica e a confiabilidade dos resultados apresentados (Galvão; Tiguman; Sarkis-Onofre, 2022).

A análise foi realizada por meio da interface web Biblioshiny, que integra as funcionalidades do Bibliometrix em um ambiente gráfico interativo, facilitando a execução das análises e a interpretação dos resultados. O uso do Biblioshiny permite a geração de tabelas, gráficos e mapas bibliométricos de forma sistematizada e reprodutível, ampliando a transparência metodológica e a consistência analítica dos procedimentos adotados neste estudo (Aria *et al.*, 2020).

Além da RSL, o estudo incorporou a análise de dados governamentais referentes às denúncias de violência financeira contra idosos no Brasil, com enfoque no estado do Rio Grande do Sul. Para essa etapa, foram consultados os registros da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, especificamente os dados do Disque 100, principal canal de denúncia de violações de direitos da pessoa idosa no país. A Ouvidoria é responsável por receber, processar e encaminhar as denúncias aos órgãos competentes, contribuindo para a proteção das vítimas e para a formulação de políticas públicas voltadas ao enfrentamento dessas violações. Os dados encontram-se disponíveis eletronicamente a partir de 2020 no Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos³.

As variáveis analisadas incluíram o número anual de denúncias, os tipos de violência financeira registrados, o perfil das vítimas e a distribuição geográfica das ocorrências. Os dados foram obtidos diretamente do portal da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, e sua sistematização permitiu mapear a evolução das denúncias e caracterizar o cenário da violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul, oferecendo subsídios para a construção do artefato proposto.

Para organização das informações, foi elaborada uma planilha eletrônica contendo o total de registros por mês e ano no período de 2020 a 2024, o que possibilitou identificar padrões temporais e territoriais das denúncias. A coleta de dados foi realizada manualmente, acessando o painel mensal com os filtros referentes a denúncias de violência financeira e patrimonial. A análise quantitativa foi conduzida por meio de estatística descritiva, utilizando o software Stata, o que permitiu organizar, sintetizar e apresentar os dados por meio de tabelas de frequência, percentuais e representações gráficas. A estatística descritiva tem como finalidade resumir conjuntos de dados e possibilitar a identificação de padrões, distribuições e variações ao longo do tempo, sem a realização de inferências estatísticas. Nesse sentido, foram empregadas frequências absolutas e relativas, bem como gráficos combinados, com o objetivo de viabilizar

³Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>.

a análise comparativa entre categorias e períodos analisados. O quadro 6 apresenta a categorização adotada na pesquisa, com base nas variáveis disponibilizadas.

Quadro 6- Categorias e variáveis analisadas nos dados de denúncias

Categoria	Descrição
Motivações da denúncia	Classificação atribuída às denúncias de violência financeira contra idosos, conforme categorias disponíveis na base de dados: Financeira, Idade, Conflito de ideias, outros e não declarado (N/D).
Características da vítima	Informações sociodemográficas referentes ao gênero (masculino ou feminino) e à faixa etária da pessoa idosa, conforme registros disponíveis na base de dados.
Características do suspeito	Informações sociodemográficas do suposto agressor, incluindo gênero (masculino ou feminino) e faixa etária, quando informadas no registro da denúncia.
Relação com o suspeito	Vínculo entre a vítima e o suposto agressor: filho(a), cônjuge, cuidador(a), vizinho(a), desconhecido(a), entre outros.
Cenário da ocorrência	Contexto em que a violência financeira ocorreu, como ambiente domiciliar, institucional, bancário ou digital, conforme classificação adotada na base de dados.
Região geográfica	Denúncias registradas no estado do Rio Grande do Sul, sem desagregação por município ou região intraestadual.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados disponíveis (2026).

Para quantificar as informações associadas a cada categoria analítica, foi elaborada uma legenda padronizada, atribuindo códigos específicos a cada alternativa de resposta registrada na base de dados. Esse procedimento permitiu organizar, classificar e sistematizar os dados de forma consistente, viabilizando sua posterior análise estatística. A legenda utilizada no processo de codificação encontra-se detalhada no (Apêndice A), que apresenta a correspondência entre categorias, códigos e variáveis analisadas.

No tópico a seguir, descrevem-se as etapas de coleta e análise dos dados segundo a abordagem da Design Science Research (DSR), que fundamentou o desenvolvimento do artefato proposto.

3. 5 Construção e Validação do Artefato (DSR)

A construção do artefato desta pesquisa foi fundamentada na abordagem *Design Science Research (DSR)*, utilizada para o desenvolvimento e validação de artefatos aplicáveis a

problemas do mundo real. A base teórica adotada considerou os pressupostos de Peffers et al. (2007), Hevner et al. (2004) e Dresch, Lacerda e Antunes Júnior (2015), possibilitando a formulação de uma proposta aplicada ao enfrentamento da violência financeira contra idosos, com rigor científico e relevância prática.

O desenvolvimento do artefato ocorreu a partir da consolidação das informações obtidas na Revisão Sistemática da Literatura (RSL) e na análise de dados governamentais sobre denúncias de violência financeira. Essa integração permitiu estruturar uma abordagem que articula dimensões conceituais, preventivas e institucionais, superando abordagens meramente descritivas. O artefato concebido não se limitou à categorização das formas de violência financeira, mas organizou diretrizes orientativas e operacionais voltadas aos órgãos de defesa do consumidor e às instâncias responsáveis pelo atendimento às denúncias, configurando-se como instrumento de apoio à tomada de decisão e à qualificação institucional.

Concluída a construção da proposta, iniciou-se a etapa de avaliação, conduzida junto à Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant'Ana do Livramento/RS. A primeira rodada de análise teve caráter qualitativo e exploratório, sendo realizada por meio de formulário com questões abertas (Apêndice B). Essa etapa permitiu examinar aspectos como clareza conceitual, adequação da linguagem, coerência estrutural e aderência aos fluxos institucionais locais. O instrumento foi elaborado com base nos pressupostos de avaliação iterativa defendidos por Hevner et al. (2004) e Gregor e Hevner (2013), que destacam a importância do refinamento progressivo do artefato em pesquisas orientadas ao design. As contribuições recebidas resultaram em ajustes operacionais e institucionais, incorporados à versão subsequente do artefato.

Na sequência, procedeu-se à validação formal do artefato por meio de uma segunda rodada de interação com a coordenadora do órgão. Nessa etapa, foi aplicado um instrumento estruturado em escala Likert (Apêndice C), destinado a mensurar dimensões como clareza, aplicabilidade prática, utilidade institucional e potencial de implementação do artefato. A estrutura do instrumento foi inspirada em estudos aplicados que utilizaram a DSR para validação de artefatos em contextos institucionais, como Winkler (2022) e Molling (2019).

A dinâmica iterativa adotada nesta pesquisa dialoga com estudos que aplicaram a Design Science Research em contextos organizacionais, como Garcia (2019), em que o artefato foi progressivamente refinado a partir de aplicações empíricas sucessivas. Assim como no referido estudo, o presente trabalho compreende a avaliação e validação não como etapas meramente confirmatórias, mas como momentos de aprendizado metodológico e

aprimoramento estrutural da solução proposta, reforçando o caráter evolutivo e construtivo da DSR.

A Figura 4 ilustra o processo de construção, avaliação e validação do artefato, evidenciando o ciclo iterativo característico da Design Science Research.

Figura 4- Processo de Avaliação e Validação do Artefato



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Nessa fase, realizou-se entrevista semiestruturada com a Coordenadora da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant'Ana do Livramento, profissional com atuação direta no atendimento e encaminhamento de denúncias de violência financeira contra idosos. A entrevista foi conduzida com base no instrumento apresentado no (Apêndice B), utilizado como roteiro orientador da discussão. Embora estruturado previamente, o instrumento permitiu aprofundamentos, esclarecimentos e reflexões adicionais ao longo da interação, possibilitando a exploração de aspectos práticos relacionados à aplicabilidade, clareza e adequação institucional do artefato.

A entrevista foi realizada mediante autorização prévia da participante, registrada por meio de gravação de áudio e complementada por anotações realizadas durante o encontro. Posteriormente, o conteúdo foi sistematizado com foco na identificação de sugestões, ajustes e pontos críticos, os quais subsidiaram o refinamento da solução desenvolvida antes da etapa formal de validação, em consonância com o caráter iterativo da Design Science Research.

Na etapa de validação, aplicou-se o instrumento estruturado apresentado no (Apêndice C), composto por afirmações organizadas em escala Likert, com o objetivo de avaliar a clareza,

coerência, aplicabilidade prática e aderência institucional do artefato. A versão revisada da cartilha, já ajustada a partir das contribuições da etapa anterior, foi apresentada presencialmente à Coordenadora da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant’Ana do Livramento. A aplicação ocorreu de forma individual, sendo o instrumento respondido pela própria coordenadora, com possibilidade de esclarecimentos e diálogo complementar acerca das modificações realizadas. Considerando tratar-se de validação conduzida com especialista-chave, as respostas foram examinadas com base no nível de concordância atribuído às dimensões avaliadas, permitindo verificar a adequação do artefato ao contexto institucional de atuação.

Essa dinâmica iterativa aproxima o presente estudo de pesquisas nacionais que aplicaram a DSR em contextos organizacionais e institucionais, como Garcia (2019) e Forgiarini et al. (2022), nas quais o artefato é compreendido como resultado de ciclos sucessivos de refinamento e aprendizagem metodológica. Nessa perspectiva, a avaliação e a validação deixam de assumir caráter meramente confirmatório e passam a constituir momentos estruturantes de consolidação teórica e aprimoramento prático da solução proposta.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A seguir, são apresentados os resultados obtidos a partir da RSL, da análise de dados secundários sobre denúncias de violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul e do desenvolvimento do artefato proposto por meio da abordagem de Design Science Research (DSR).

4.1 Revisão Sistemática da Literatura

Esta seção apresenta os resultados da Revisão Sistemática da Literatura, organizada em subseções que detalham as principais características do corpus analisado. Inicialmente, são discutidos os aspectos descritivos da produção científica, incluindo a evolução temporal das publicações, os periódicos e autores mais relevantes, bem como os países e áreas de concentração dos estudos. Em seguida, são apresentados os resultados da análise bibliométrica, contemplando a aplicação das leis clássicas da bibliometria e a identificação de padrões de produção e disseminação do conhecimento. Por fim, a seção aborda a análise temática da literatura, destacando os principais conceitos e lacunas de pesquisa identificados nos estudos selecionados.

4.1.1 Caracterização do corpus textual

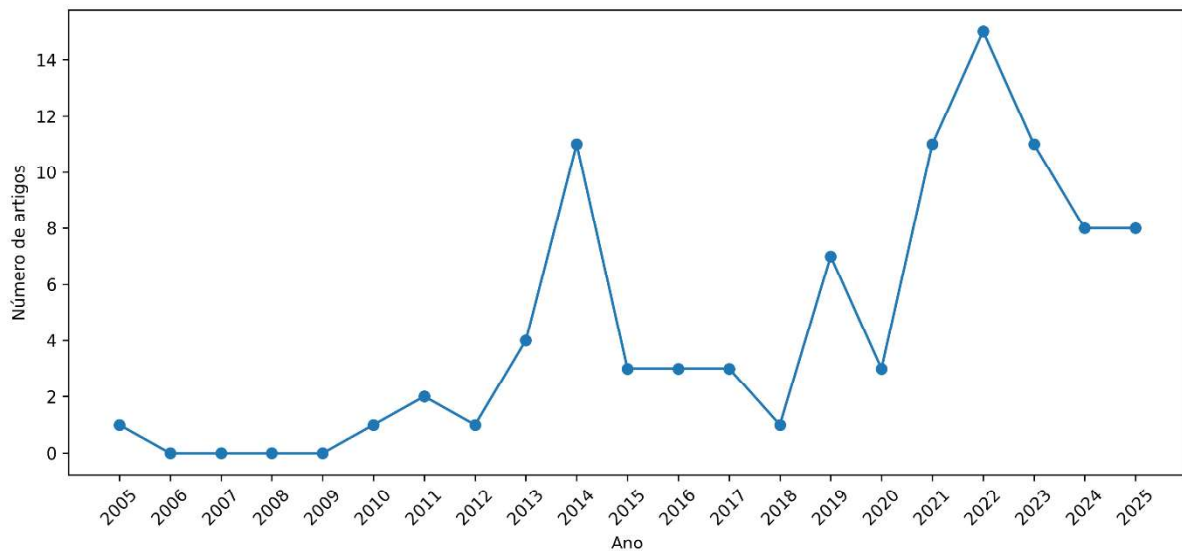
O processo de busca resultou inicialmente em 209 documentos, sendo 81 provenientes da Web of Science e 128 da Scopus. Após os critérios de exclusão e inclusão, analisou-se 93 documentos.

No que se refere à autoria, os dados analisados indicam a participação de 409 autores distintos na produção dos 93 artigos que compõem o corpus da revisão sistemática, evidenciando o envolvimento de um conjunto amplo e diversificado de pesquisadores na consolidação do campo científico sobre violência financeira contra idosos. Adicionalmente, observa-se uma média de 11,16 citações por documento, considerando o número de vezes que os artigos analisados foram citados em outras publicações indexadas nas bases de dados consultadas. Esse indicador sugere que a temática apresenta relevância e impacto acadêmico na literatura internacional, ainda que se trate de um campo relativamente recente e em processo de consolidação.

A distribuição temporal das publicações tem início em 2005, com 1 artigo, marcando a inserção da temática na produção científica indexada. Entre 2006 e 2009, não se registram publicações, evidenciando um período inicial de baixa visibilidade do tema. A partir de 2010, observa-se retomada gradual da produção, com 1 artigo em 2010, 2 em 2011 e 1 em 2012, indicando um estágio ainda incipiente do campo. Em 2013, a produção passa a se intensificar, com 4 artigos, alcançando um primeiro pico em 2014, com 11 publicações.

Nos anos subsequentes, entre 2015 e 2018, a produção apresenta oscilações moderadas, variando entre 1 e 3 artigos por ano, o que sugere um período de consolidação gradual do debate científico. Em 2019, observa-se novo aumento, com 7 publicações, seguido por 3 artigos em 2020. O período mais recente evidencia crescimento significativo da produção, com 11 artigos em 2021, 15 em 2022 e 11 em 2023, reforçando a consolidação do tema na agenda científica internacional. Em 2024 e 2025, registram-se 8 publicações em cada ano, o que pode indicar estabilização do volume de estudos nos anos mais recentes. A Figura 5 apresenta a distribuição temporal das publicações ao longo de todo o período analisado (2005–2025), incluindo os anos sem registros, o que permite visualizar de forma contínua a evolução e a consolidação da produção científica sobre a temática.

Figura 5- Distribuição temporal das publicações sobre violência financeira contra idosos (2005–2025)

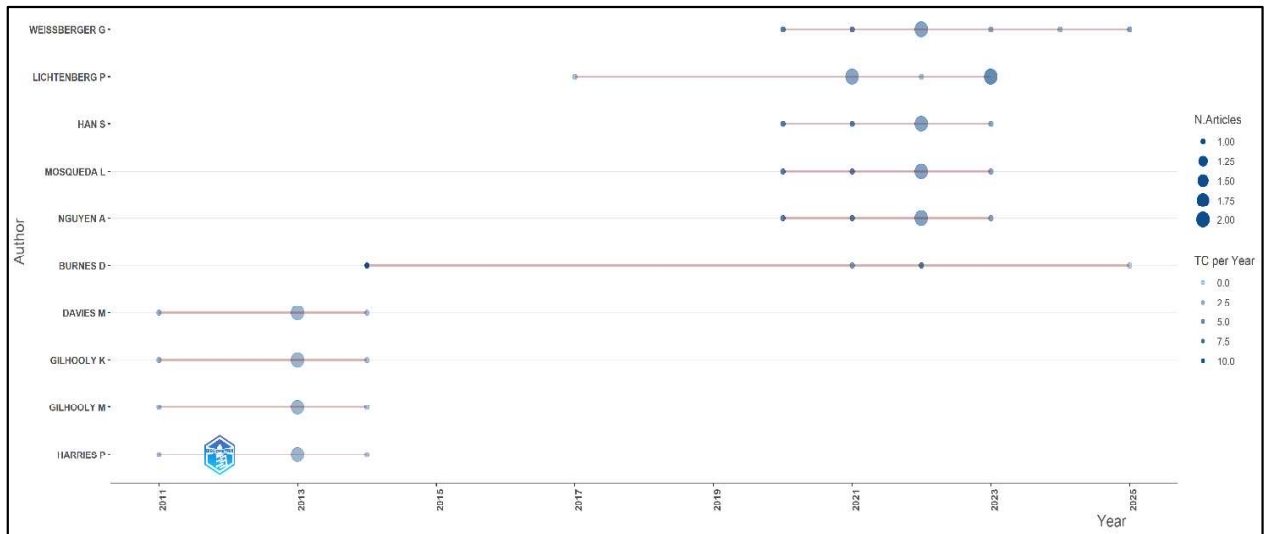


Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Em relação à produtividade dos autores, a análise fundamenta-se na Lei de Lotka (1926), uma das leis clássicas da bibliometria, segundo a qual a produção científica tende a se concentrar em um número reduzido de pesquisadores altamente produtivos, enquanto a maioria dos autores contribui com poucos trabalhos (Guedes; Borschiver, 2005). Os resultados obtidos corroboram esse padrão ao evidenciar a presença de um núcleo restrito de autores com produção recorrente sobre a temática da violência financeira contra idosos.

Nesse contexto, destacam-se pesquisadores que contribuíram de forma mais frequente para o avanço do campo. Entre os mais produtivos, identifica-se Weissberger G., com 7 documentos, seguido por Burnes D., Han S., Lachs M., Lichtenberg P. e Pillemer K., cada um com 6 publicações. Outros autores, como Jordanova-Peshevska D., Mosqueda L., Nguyen A. e Wilber K., apresentam 5 documentos, compondo um grupo relevante de produtores do conhecimento. A Figura 6 ilustra a produtividade dos autores ao longo do período analisado, permitindo visualizar tanto a frequência das publicações quanto a distribuição temporal das contribuições dos pesquisadores mais produtivos.

Figura 6- Autores mais produtivos ao longo do tempo



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Nota: gráfico gerado pelo Bibliometrix.

A partir dos dados bibliométricos analisados, evidencia-se que a maior produtividade das pesquisas ocorre especialmente na última década, período em que se observa um aumento significativo no volume de publicações. Esse movimento indica a ampliação do debate científico e uma crescente sensibilidade da comunidade acadêmica às vulnerabilidades enfrentadas pela população idosa, particularmente no que se refere à violência financeira.

Com base na Lei de Lotka, observa-se que a literatura sobre violência financeira contra idosos apresenta um perfil característico de áreas em desenvolvimento, marcado pela predominância de autores com participação pontual e pela existência de um núcleo restrito de pesquisadores com produção recorrente. Verifica-se que, do total de 409 autores, 353 (86,3%) contribuíram com apenas um artigo sobre o tema, enquanto grupos progressivamente menores concentraram dois, três ou mais estudos. Essa distribuição assimétrica da produtividade autoral, sintetizada no Quadro 7, é típica de campos emergentes ou fortemente interdisciplinares e reforça a concentração da produção científica em um número reduzido de pesquisadores.

Quadro 7- Distribuição da produtividade dos autores segundo a Lei de Lotka

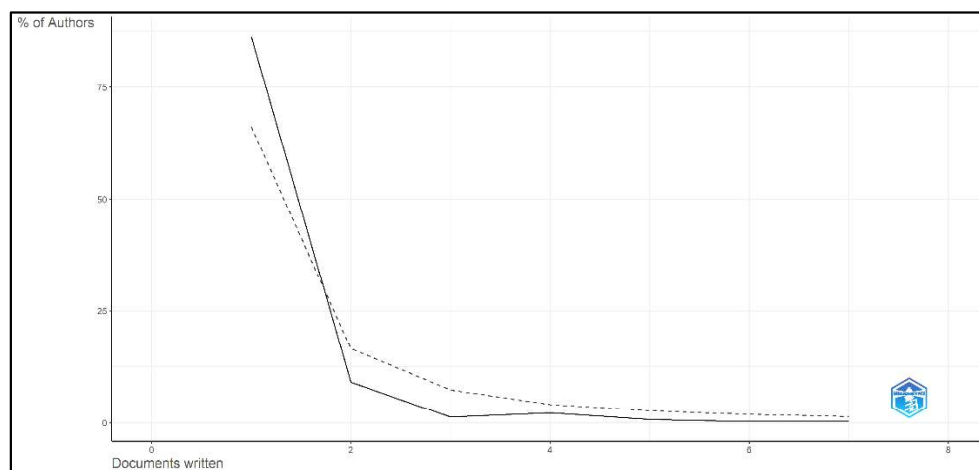
Documentos publicados	Nº de autores	Proporção
1	353	0,863
2	37	0,090
3	5	0,012

4	9	0,022
5	3	0,007
6	1	0,002
7	1	0,002

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A tendência observada no Quadro 7 é visualmente reforçada na Figura 7, que ilustra a distribuição da produtividade dos autores segundo a Lei de Lotka. A inclinação acentuada da curva evidencia a rápida redução no número de autores à medida que aumenta o volume de documentos publicados, confirmando o padrão de concentração da produção científica em um núcleo restrito de pesquisadores.

Figura 7- Produtividade dos autores segundo a Lei de Lotka



Legenda: Documents written = número de documentos publicados; % of authors = proporção de autores.

Nota: gráfico gerado pelo Bibliometrix.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

O comportamento observado sugere que a pesquisa sobre violência financeira contra idosos, embora apresente crescimento recente, ainda não consolidou um núcleo amplo de pesquisadores recorrentes, permanecendo marcada pela fragmentação e pela entrada contínua de novos autores que contribuem de forma pontual.

A distribuição dos periódicos, analisada à luz da Lei de Bradford (1934), corrobora essa interpretação ao indicar a existência de um núcleo restrito de periódicos responsáveis por concentrar a maior parte da produção científica. Ao longo do período analisado, os 93 documentos foram publicados em 66 periódicos científicos, evidenciando elevada dispersão da

2005). Assim, enquanto um conjunto reduzido de periódicos concentra parcela relevante da produção, dezenas de outras revistas respondem pelo restante dos estudos, geralmente com apenas uma publicação por fonte.

Os resultados evidenciam que a pesquisa sobre violência financeira contra idosos está concentrada em periódicos associados principalmente às áreas de gerontologia, saúde, psicogeriatría e proteção ao idoso, os quais desempenham papel estruturante ao funcionarem como principais fóruns de debate e difusão do conhecimento sobre o tema. Esse padrão indica que a produção científica tem sido predominantemente conduzida no campo das ciências da saúde e das ciências sociais aplicadas voltadas à proteção social, enquanto a presença do tema em periódicos da área de Administração ainda se mostra limitada. Tal cenário evidencia uma lacuna relevante, considerando que a violência financeira envolve dinâmicas institucionais, organizacionais e de mercado que também demandam análises sob a perspectiva da gestão e das organizações.

Enquanto as análises baseadas nas Leis de Lotka e Bradford permitiram compreender, respectivamente, a estrutura autoral e a distribuição dos periódicos que concentram a produção científica, torna-se relevante examinar a base conceitual que sustenta esse campo de estudos. Nesse sentido, a aplicação da Lei de Zipf possibilita avançar na compreensão dos termos e conceitos mais recorrentes na literatura sobre violência financeira contra idosos.

Conforme discutem Guedes e Borschiver (2005), a distribuição da frequência das palavras em textos científicos tende a seguir uma função de potência, na qual poucas palavras apresentam elevada incidência, enquanto a maioria ocorre de forma esporádica, configurando um padrão matemático característico que reflete tanto aspectos estruturais da linguagem quanto o núcleo temático do campo estudado.

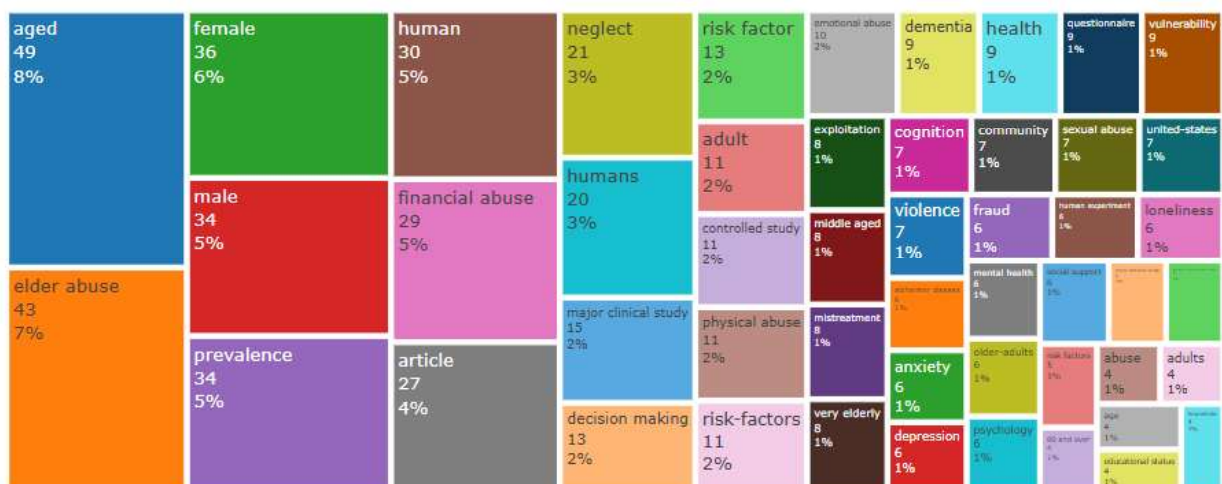
Com o objetivo de identificar o vocabulário conceitual explicitamente mobilizado pelos autores, apresenta-se, na Figura 9, a nuvem de palavras construída a partir das palavras-chave dos artigos analisados. A visualização evidencia a concentração dos conceitos mais recorrentes no corpus, a partir dos termos extraídos das palavras-chave dos 93 documentos analisados. Os termos com maior frequência aparecem representados de forma mais proeminente, indicando sua centralidade na literatura sobre violência financeira contra idosos, enquanto palavras menos frequentes surgem de maneira periférica, sinalizando abordagens complementares ou emergentes no campo de pesquisa.

A Figura 10 revela maior diversidade semântica em comparação à nuvem de palavras-chave, com a emergência de termos associados a contextos institucionais, relações familiares, aspectos psicológicos, condições de vulnerabilidade e mediação tecnológica. Essa ampliação lexical indica que, embora o campo compartilhe um núcleo conceitual relativamente estável, a literatura explora múltiplas dimensões explicativas da violência financeira contra idosos, incorporando diferentes perspectivas teóricas e metodológicas.

A análise comparativa das duas nuvens de palavras confirma o padrão descrito pela Lei de Zipf, segundo o qual poucos termos concentram elevada frequência, enquanto a maioria ocorre de forma esporádica. Observa-se que os termos centrais identificados nas palavras-chave reaparecem nos resumos destacando-se “elder abuse” (abuso contra idosos), “financial abuse” (abuso financeiro), “financial exploitation” (exploração financeira), “risk factors” (fatores de risco), “psychological abuse” (abuso psicológico) e “physical abuse” (abuso físico), ainda que acompanhados por um conjunto mais amplo de expressões que aprofundam e complexificam o debate científico. Essa diferença entre as nuvens evidencia a coexistência de estabilidade conceitual e diversidade analítica, característica típica de campos interdisciplinares em processo de consolidação.

Com o objetivo de aprofundar essa leitura lexical, apresenta-se, na Figura 11, a *Tree Map* (mapa em árvore) dos termos mais frequentes do corpus analisado. Essa representação gráfica permite visualizar a hierarquização dos conceitos centrais da literatura, evidenciando a predominância relativa de determinados termos e a forma como eles se organizam em subtemas, complementando as informações obtidas a partir das nuvens de palavras.

Figura 11- Tree Map dos termos mais frequentes na literatura sobre violência financeira contra idosos



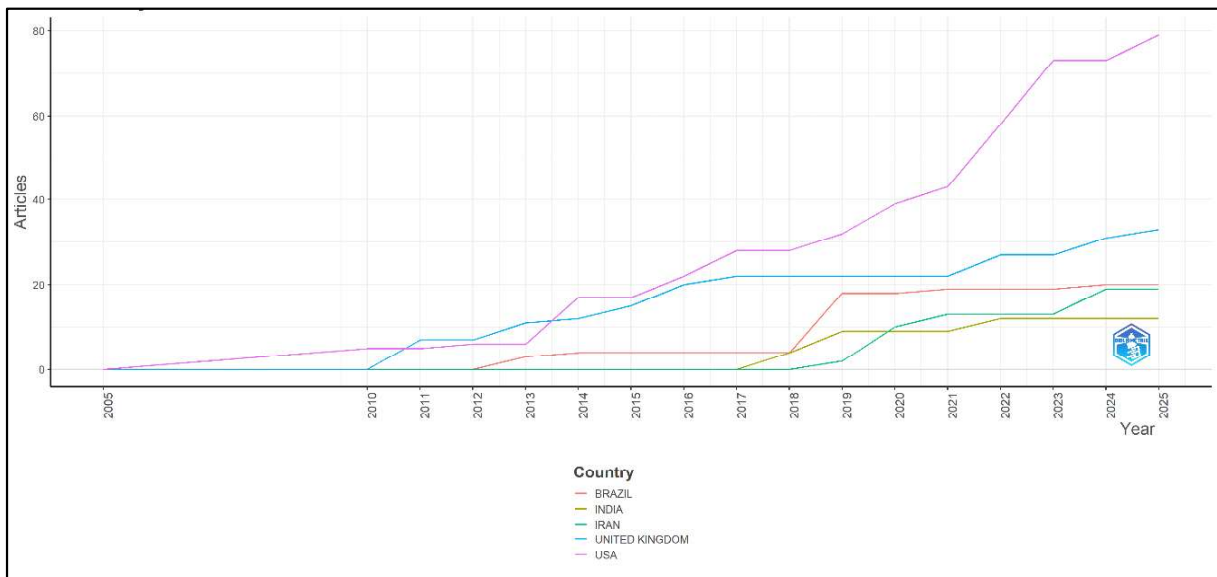
Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Nota: figura gerada pelo Bibliometrix.

A análise da Figura 11 aprofunda a compreensão da estrutura lexical da literatura ao evidenciar a hierarquização dos principais termos que compõem o campo da violência financeira contra idosos. Diferentemente das nuvens de palavras, que enfatizam a frequência relativa dos termos, a Tree Map (mapa em árvore) permite visualizar simultaneamente a centralidade e a representatividade temática, destacando os conceitos que concentram maior volume de produção científica. Observa-se a predominância de termos associados ao abuso financeiro (*financial abuse*), à população idosa (*older adults*) e à violência contra idosos (*elder abuse*), bem como às dinâmicas de exploração econômica, confirmando a consolidação de um núcleo conceitual estável no campo. Ao mesmo tempo, a presença de subtemas relacionados a aspectos institucionais, contextuais e tecnológicos reforça o caráter interdisciplinar da literatura e indica a ampliação gradual das agendas de pesquisa, em consonância com os resultados observados nas análises baseadas na Lei de Zipf.

Para além da dimensão conceitual e temática, a compreensão do campo exige também a análise de sua distribuição geográfica, uma vez que a produção científica reflete contextos institucionais, sociais e econômicos distintos. Nesse sentido, a Figura 12 apresenta a evolução temporal da produção científica por país, permitindo identificar os principais polos de geração de conhecimento e a dinâmica de participação nacional ao longo do período analisado.

Figura 12- Produção científica por país ao longo do tempo



Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Nota: figura gerada pelo Bibliometrix.

A Figura 12 apresenta a evolução temporal da produção científica sobre violência financeira contra idosos segundo os principais países de origem das publicações. Observa-se que a produção internacional é marcada por forte assimetria, com concentração significativa em poucos países, padrão coerente com as análises bibliométricas anteriores. Os Estados Unidos configuram-se como o principal polo produtor ao longo de todo o período analisado, com 21 artigos publicados (22,6% do total), apresentando crescimento contínuo e mais acentuado a partir da década de 2010, o que evidencia a centralidade do país na consolidação e no direcionamento das agendas de pesquisa sobre a temática.

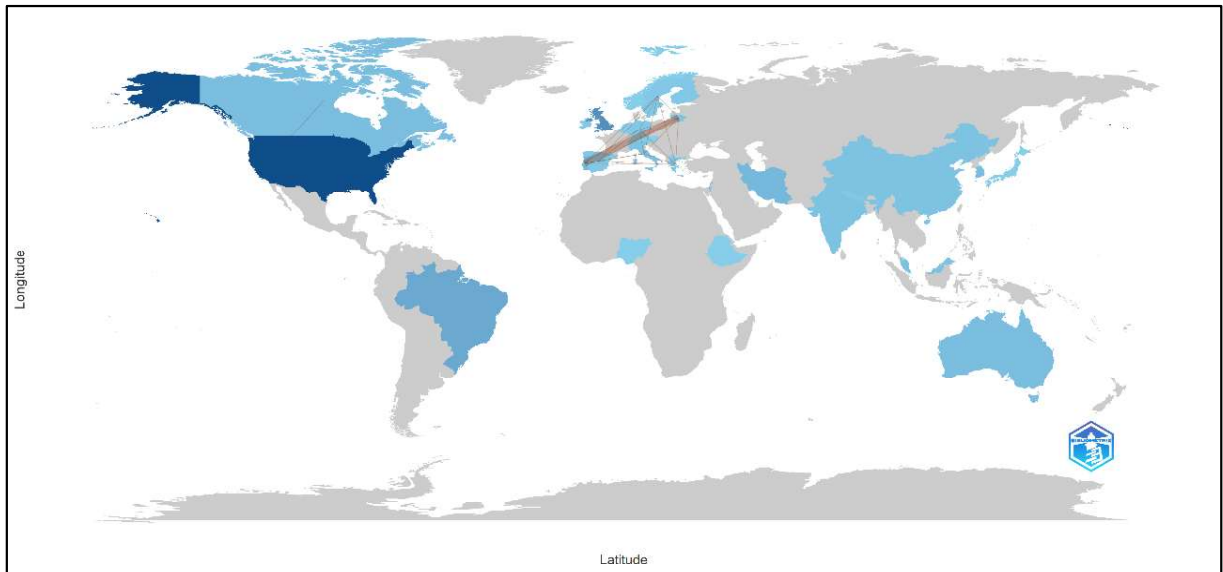
O Reino Unido ocupa posição de destaque como segundo maior produtor, com 11 artigos (11,8%), apresentando trajetória de crescimento progressiva e relativamente estável, indicando a existência de um núcleo consolidado de pesquisas no contexto europeu. A produção britânica acompanha, ainda que em menor escala, o movimento observado nos Estados Unidos, sugerindo alinhamento temático e institucional entre esses países no desenvolvimento do campo.

No que se refere aos países emergentes, observa-se que Brasil (7 artigos; 7,5%), Irã (5 artigos; 5,4%) e Índia (3 artigos; 3,2%) apresentam crescimento mais tardio, intensificando sua participação sobretudo a partir do final da década de 2010. Esse padrão indica um processo de difusão gradual da temática, com incorporação progressiva por diferentes contextos nacionais, muitas vezes associada à ampliação do debate sobre envelhecimento populacional, proteção social e vulnerabilidades financeiras. Embora apresentem volumes absolutos inferiores aos países centrais, esses países contribuem para diversificar os enfoques analíticos e ampliar a compreensão do fenômeno em realidades socioeconômicas distintas.

De forma geral, a distribuição da produção por país reforça o caráter internacional e assimétrico da literatura sobre violência financeira contra idosos, combinando a presença de polos consolidados de pesquisa com a expansão recente do tema em países emergentes.

Para além da distribuição da produção científica por país, a análise bibliométrica permite examinar sua dimensão relacional, evidenciando como essas nações se articulam na construção do conhecimento sobre violência financeira contra idosos. Para esse fim, a Figura 13 apresenta o *Country Collaboration Map* (Mapa de Colaboração entre Países), que representa a distribuição geográfica da produção científica e as redes de coautoria internacional estabelecidas ao longo do período analisado.

Figura 13- Mapa de colaboração internacional na produção científica sobre violência financeira contra idosos



Nota: As tonalidades mais intensas indicam maior volume de produção científica, enquanto as linhas representam vínculos de colaboração entre países. Figura gerada pelo Bibliometrix.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A Figura 13 evidencia uma concentração significativa da produção científica em países do Norte Global, com destaque para os *United States* (Estados Unidos), que se apresentam como o principal polo de produção e articulação internacional no campo. A centralidade norte-americana reflete tanto a robustez dos sistemas de pesquisa quanto a tradição consolidada de estudos sobre *elder abuse* (violência contra idosos), *financial abuse* (violência financeira) e *vulnerability* (vulnerabilidade), temas amplamente explorados na literatura anglófona.

Observa-se também forte presença de países europeus, especialmente United Kingdom (Reino Unido), Spain (Espanha), Italy (Itália), France (França) e Germany (Alemanha), formando um núcleo denso de colaboração transnacional. As conexões entre esses países indicam a existência de redes de pesquisa relativamente consolidadas, frequentemente associadas a estudos comparativos e abordagens interdisciplinares. Esse padrão é coerente com a consolidação da agenda internacional de pesquisa sobre envelhecimento e violência contra idosos (Peterson *et al.*, 2014) e é igualmente evidenciado, nesta análise, pela densidade das conexões e pela posição estratégica desses países na rede de coautoria identificada.

Em contraste, países do Sul Global aparecem de forma mais periférica no mapa de colaboração. O *Brazil* (Brasil), por exemplo, embora apresente produção científica relevante, mostra menor inserção em redes internacionais densas, com vínculos de colaboração mais limitados. Situação semelhante é observada em países da América Latina, África e partes da

Ásia, cuja participação ocorre de maneira pontual e menos integrada. Esse padrão sugere assimetrias estruturais na produção e circulação do conhecimento científico, refletindo desigualdades históricas em financiamento, infraestrutura de pesquisa e acesso a redes internacionais.

Ainda assim, a presença de países como *India* (Índia), *China* (China) e *Australia* (Austrália) indica um processo gradual de diversificação geográfica da produção científica, especialmente em temas relacionados à vulnerabilidade, exploração financeira e envelhecimento populacional. Essas contribuições reforçam o caráter global do fenômeno da violência financeira contra idosos, ainda que sua problematização

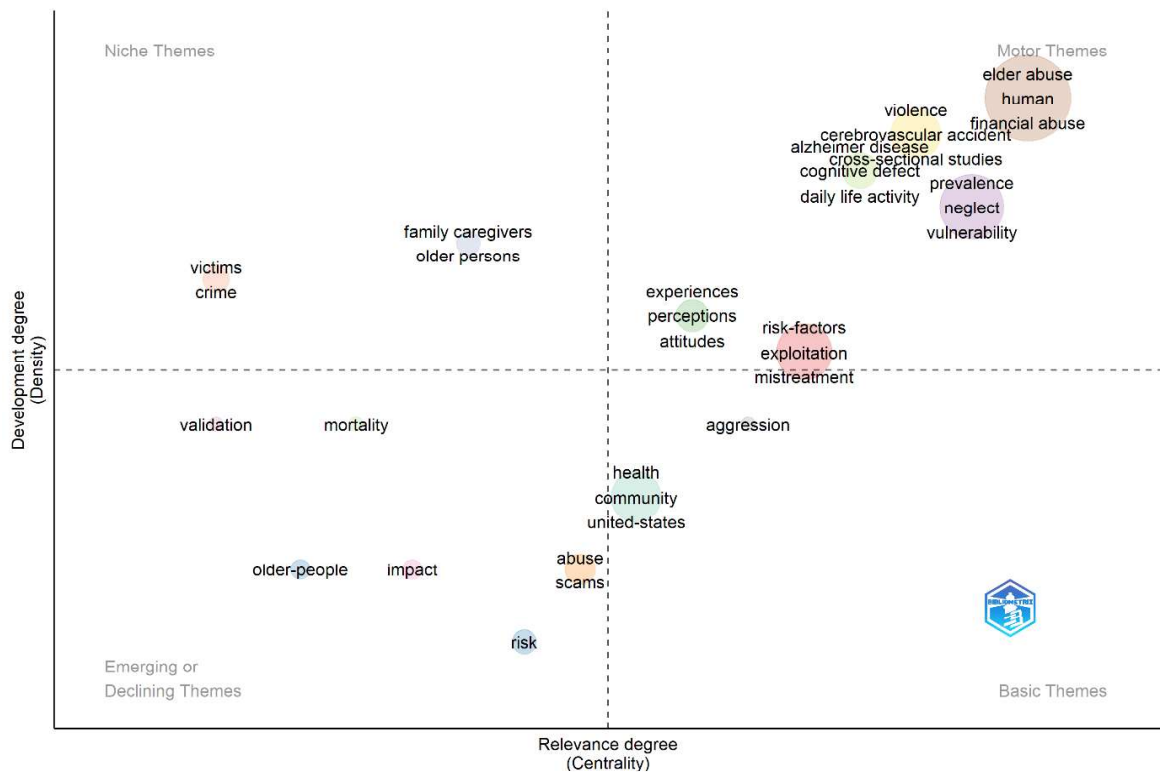
Essa configuração reforça a relevância de pesquisas desenvolvidas em contextos nacionais específicos, como o brasileiro, não apenas para ampliar a base empírica do campo, mas também para tensionar e expandir modelos explicativos construídos predominantemente a partir de realidades do Norte Global. Assim, a análise da colaboração internacional evidencia não apenas como o conhecimento é produzido, mas também quais contextos assumem centralidade na agenda científica sobre violência financeira contra idosos.

4.1.2 Evolução temática sobre Violência Financeira

A análise da evolução temática da literatura sobre violência financeira contra idosos permite compreender como os principais focos de investigação se estruturaram, se consolidaram e se transformaram ao longo do tempo. Para isso, recorreu-se ao mapa temático, instrumento bibliométrico que organiza os temas segundo dois eixos analíticos: a centralidade, que indica a relevância do tema para o campo de pesquisa, e a densidade, que expressa o grau de desenvolvimento interno e coesão conceitual dos estudos associados. Essa abordagem possibilita identificar temas centrais, emergentes, especializados ou periféricos, oferecendo uma visão integrada da dinâmica intelectual da área e de sua evolução ao longo do tempo.

Nesse sentido, a Figura 14 apresenta o mapa temático da literatura analisada sobre violência financeira contra idosos, evidenciando a distribuição dos temas em quatro grandes quadrantes: temas motores (*motor themes*), temas básicos (*basic themes*), temas de nicho (*niche themes*) e temas emergentes ou em declínio (*emerging or declining themes*).

Figura 14- Mapa temático da evolução da literatura sobre violência financeira contra idosos



Nota: O mapa organiza os temas segundo os eixos de centralidade (relevância) e densidade (grau de desenvolvimento), distribuindo-os nos quadrantes: motor themes (temas motores), basic themes (temas básicos), niche themes (temas de nicho) e emerging or declining themes (temas emergentes ou em declínio). Figura gerada pelo Bibliometrix.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Os temas motores (*motor themes*), localizados no quadrante superior direito, caracterizam-se por elevada centralidade e densidade. Essas características indicam tópicos simultaneamente bem desenvolvidos e essenciais para a sustentação intelectual da área.

Nesse quadrante, destacam-se temas relacionados a *elder abuse* (abuso contra idosos), *financial abuse* (violência financeira) e *vulnerability* (vulnerabilidade), que formam o núcleo estruturante da literatura. A presença desses tópicos como temas motores sugere que o campo reconhece a violência financeira como parte de um fenômeno mais amplo de abuso na velhice, articulado a condições de fragilidade social, econômica e funcional. Esses temas funcionam como eixos integradores, conectando diferentes abordagens teóricas e empíricas.

Os temas básicos (*basic themes*), posicionados no quadrante inferior direito, apresentam alta centralidade, porém menor densidade. Isso indica que, embora sejam fundamentais para o campo, esses temas ainda se desenvolvem de forma mais difusa. Entre os tópicos que compõem esse grupo destacam-se *female* (feminino), *prevalence* (prevalência) e *risk factors* (fatores de

risco), que refletem o esforço recorrente da literatura em caracterizar o perfil das vítimas e dimensionar a magnitude do fenômeno. Esses temas cumprem papel introdutório no campo de pesquisa e sustentam diversas análises empíricas, embora ainda apresentem menor integração conceitual.

No quadrante superior esquerdo situam-se os temas de nicho (*niche themes*), caracterizados por alta densidade e baixa centralidade. Esses temas correspondem a áreas de investigação bem desenvolvidas internamente, porém com menor articulação com o núcleo do campo. Exemplos incluem tópicos associados a instrumentos específicos de avaliação, abordagens clínicas ou subgrupos populacionais. Embora relevantes, esses temas apresentam escopo mais restrito e contribuem de forma especializada para a literatura.

Por fim, o quadrante inferior esquerdo reúne os temas emergentes ou em declínio (*emerging or declining themes*), que apresentam baixa centralidade e densidade. Nesse espaço encontram-se tópicos que podem indicar novas agendas de pesquisa em formação ou, alternativamente, linhas investigativas que vêm perdendo relevância ao longo do tempo. A presença de temas relacionados a aspectos específicos de saúde mental ou tipologias menos recorrentes de abuso sugere um campo em constante reconfiguração, sensível a mudanças sociais, tecnológicas e demográficas.

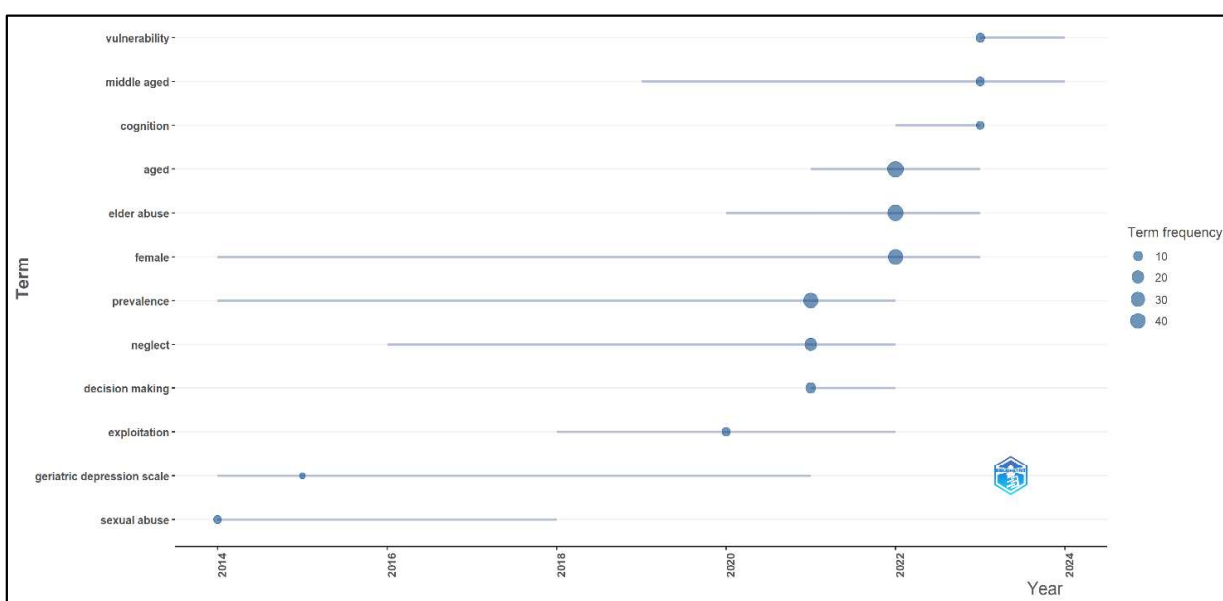
De forma integrada, o mapa temático revela que a literatura sobre violência financeira contra idosos apresenta um núcleo conceitual relativamente consolidado, sustentado por temas motores e básicos, ao mesmo tempo em que mantém espaço para especialização e renovação temática. Essa configuração é compatível com um campo em processo de amadurecimento, no qual coexistem estabilidade conceitual e abertura para novas abordagens analíticas.

Para aprofundar a compreensão das relações entre os temas identificados no mapa temático, procedeu-se à análise da rede de coocorrência de termos (*co-occurrence network*). Esse tipo de visualização permite examinar como os principais conceitos aparecem conjuntamente nos estudos, evidenciando conexões semânticas, proximidade temática e a formação de agrupamentos conceituais que estruturam o campo de pesquisa. Nesse sentido, a Figura 15 apresenta a rede de coocorrência dos termos mais recorrentes na literatura sobre violência financeira contra idosos.

A configuração da rede também evidencia a incorporação progressiva de termos associados à digitalização dos serviços financeiros, sugerindo uma ampliação recente do foco analítico do campo. Embora tais termos não ocupem, ainda, a posição de maior centralidade, sua conexão com o núcleo principal indica um processo de reorientação temática, no qual práticas de exploração mediadas por tecnologias passam a ser compreendidas como extensões ou novas formas da violência financeira tradicional.

Nesse sentido, a Figura 16 apresenta os Trend Topics (tópicos de tendência), permitindo analisar a trajetória temporal dos principais temas da literatura e evidenciar os movimentos de continuidade, renovação e reorientação temática que caracterizam a evolução das pesquisas sobre violência financeira contra idosos.

Figura 16- Evolução temporal dos principais tópicos da literatura sobre violência financeira contra idosos



Nota: O tamanho dos círculos representa a frequência do termo na literatura ao longo do período analisado. Gráfico gerado pelo Bibliometrix.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A análise da Figura 16 revela que o campo de estudos sobre violência financeira contra idosos passou por um processo de ampliação conceitual e refinamento analítico, especialmente a partir da década de 2010. Observa-se, inicialmente, a presença de temas mais gerais e estruturantes, como *elder abuse* (violência contra idosos), *abuse* (abuso) e *neglect* (negligência), que aparecem de forma recorrente ao longo de praticamente todo o período analisado. Esses termos funcionam como categorias guarda-chuva, sustentando a consolidação do campo e servindo de base para o desenvolvimento de investigações mais específicas.

A partir de meados da década de 2010, verifica-se o fortalecimento de temas associados às condições de vulnerabilidade dos idosos, com destaque para o termo *vulnerability* (vulnerabilidade), que se mantém ativo nos anos mais recentes e apresenta elevada frequência relativa. Esse movimento indica um deslocamento da literatura, que passa a compreender a violência financeira não apenas como um evento isolado, mas como um fenômeno estruturalmente vinculado a fragilidades sociais, econômicas, cognitivas e institucionais.

Outro eixo temático que ganha centralidade refere-se às características sociodemográficas das vítimas, especialmente o termo *female* (mulher), que aparece de forma contínua ao longo de um extenso período. A recorrência desse tópico sugere o reconhecimento, pela literatura, da maior exposição das mulheres idosas à violência financeira (Yon *et al.*, 2017; Weissberger *et al.*, 2020).

Esse padrão pode ser compreendido à luz da feminização do envelhecimento e das desigualdades estruturais acumuladas ao longo da vida, como trajetórias laborais marcadas por menor renda e maior dependência previdenciária (Santos *et al.*, 2022). Tais fatores tendem a ampliar a vulnerabilidade econômica na velhice (Pires, 2023; Burnes *et al.*, 2021). Além disso, a violência financeira frequentemente se manifesta em contextos relacionais atravessados por assimetrias de poder e dependência emocional, dimensões que também dialogam com desigualdades de gênero (Phelan; O'Donnell; McCarthy, 2023).

Nesse sentido, a análise do fenômeno demanda uma perspectiva interseccional, capaz de articular envelhecimento, gênero e condições socioeconômicas na compreensão da exposição diferencial ao abuso financeiro.

Além das desigualdades de gênero, a produção científica aponta que a própria heterogeneidade etária no interior da população idosa constitui fator relevante para compreender variações na exposição à violência financeira.

A presença dos termos *aged* (idosos) e *middle aged* (meia-idade) indica, ainda, um interesse crescente em diferenciar faixas etárias no interior do processo de envelhecimento, ampliando a compreensão de que a violência financeira pode se manifestar de formas distintas ao longo do ciclo de vida. Essa diferenciação etária reflete uma sofisticação analítica do campo, que passa a reconhecer heterogeneidades internas à população idosa.

Observa-se também a emergência de temas relacionados às capacidades cognitivas e processos decisórios, como *cognition* (cognição) e *decision making* (tomada de decisão). Esses tópicos reforçam a centralidade das dimensões cognitivas na compreensão da vulnerabilidade financeira, sobretudo em contextos de declínio cognitivo, dificuldades de julgamento ou

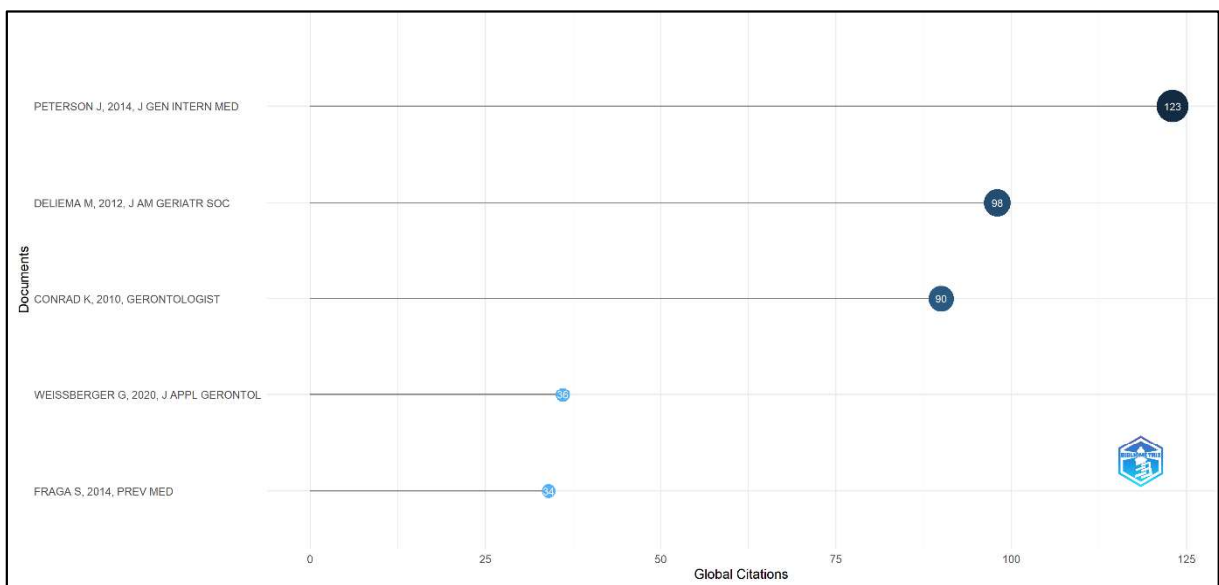
assimetrias informacionais, aspectos frequentemente associados à exploração financeira de idosos.

Adicionalmente, termos como *exploitation* (exploração) e *prevalence* (prevalência) indicam o avanço da literatura em direção a abordagens mais empíricas e quantitativas, voltadas à mensuração do fenômeno e à identificação de padrões de ocorrência. A presença do termo *geriatric depression scale* (escala de depressão geriátrica) sugere, por sua vez, a incorporação de instrumentos clínicos e psicológicos, evidenciando o diálogo interdisciplinar entre áreas como saúde, psicologia e ciências sociais.

A análise temporal dos tópicos permite identificar que, nos anos mais recentes, o campo se orienta progressivamente para uma leitura integrada da violência financeira, combinando fatores individuais (cognição, gênero, saúde mental), relacionais (dependência, tomada de decisão) e estruturais (vulnerabilidade, prevalência). Esse movimento indica um amadurecimento analítico da área, que passa a compreender o fenômeno de forma multifacetada e interdependente.

Em perspectiva complementar, a análise dos documentos mais citados globalmente permite reconhecer trabalhos de referência que estruturam os debates teóricos, metodológicos e empíricos, funcionando como marcos fundacionais da área e orientando a produção científica subsequente. Nesse sentido, a Figura 17 apresenta os documentos mais citados na literatura internacional sobre violência financeira contra idosos.

Figura 17- Documentos mais citados globalmente na literatura sobre violência financeira contra idosos



Nota: O tamanho dos círculos representa o número de citações globais recebidas por cada documento. Figura gerada pelo Bibliometrix.

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

Observa-se uma concentração expressiva de citações em um conjunto relativamente restrito de trabalhos, o que indica a centralidade desses estudos na conformação do campo.

Os documentos mais citados compartilham algumas características centrais: (i) abordagens interdisciplinares, combinando saúde, gerontologia, psicologia e ciências sociais; (ii) forte ênfase na identificação de fatores de risco (*risk factors* – fatores associados à maior probabilidade de ocorrência do abuso); e (iii) preocupação com a mensuração da prevalência (*prevalence* – frequência do fenômeno na população) e com os impactos do abuso sobre o bem-estar físico, cognitivo e emocional da pessoa idosa.

Esse padrão, já antecipado pela estrutura temática do campo, evidencia que a literatura internacional historicamente privilegiou a compreensão diagnóstica do fenômeno, voltada à identificação do abuso e de seus determinantes, em detrimento de abordagens focadas em estratégias de enfrentamento, governança institucional e políticas públicas integradas. Tal constatação reforça a relevância de pesquisas que avancem para além da descrição e da explicação do problema, propondo modelos analíticos e operacionais capazes de orientar intervenções.

Outro aspecto relevante refere-se à centralidade de periódicos da área da saúde e da gerontologia entre os trabalhos mais citados. Essa predominância sugere que a violência financeira contra idosos tem sido tradicionalmente tratada como uma questão associada ao declínio funcional, à vulnerabilidade cognitiva (*cognitive impairment* – comprometimento cognitivo) e à dependência, o que, embora relevante, pode contribuir para uma leitura parcial do fenômeno.

Nesse sentido, a emergência de estudos mais recentes, como o de Weissberger et al. (2020), sinaliza uma inflexão gradual no campo, ao incorporar discussões sobre tomada de decisão financeira (*financial decision making* – tomada de decisão financeira), uso de tecnologias e riscos associados à digitalização dos serviços. Ainda que esses trabalhos apresentem menor volume de citações acumuladas, seu conteúdo aponta para novas fronteiras de pesquisa, alinhadas às transformações econômicas e tecnológicas que afetam diretamente a população idosa.

A coexistência entre um núcleo consolidado de estudos clássicos e uma produção emergente voltada à mediação tecnológica e às dinâmicas contemporâneas reforça a

necessidade de modelos analíticos integradores, capazes de articular dimensões individuais, familiares, institucionais e sistêmicas da violência financeira no envelhecimento.

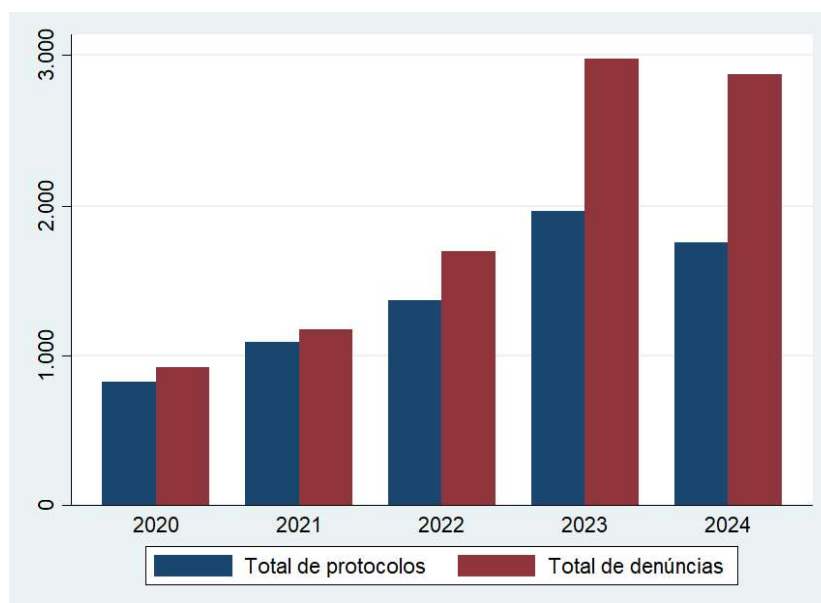
À luz dessas evidências teóricas e bibliométricas, torna-se fundamental examinar como tais dinâmicas se manifestam empiricamente no contexto brasileiro. Dessa forma, o capítulo seguinte desloca o foco da análise da produção científica internacional para a realidade concreta das denúncias registradas, permitindo confrontar os achados da literatura com dados empíricos sobre a ocorrência da violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul.

4.2 Panorama das denúncias de violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul

A presente seção tem como objetivo apresentar o panorama das denúncias de violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul, no período compreendido entre 2020 e 2024. A análise concentra-se na descrição da evolução dos registros ao longo do tempo, permitindo situar empiricamente o fenômeno no contexto estadual e delimitar o recorte empírico adotado neste estudo.

Para fins de contextualização, a Figura 18 apresenta a série histórica do número total de protocolos registrados, das denúncias formalizadas e das violações confirmadas no período analisado. Esses dados oferecem uma visão geral da magnitude e da distribuição temporal das ocorrências, servindo como base para as análises temáticas que serão desenvolvidas nas subseções seguintes.

Figura 18- Evolução anual dos protocolos e denúncias de violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul (2020–2024)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – Disque 100 (2020–2024).

Entre 2020 e 2024, foram registrados, em média, 116 protocolos de atendimento por mês, que deram origem a 161 denúncias relacionadas à violência financeira contra pessoas idosas no estado do Rio Grande do Sul. A partir dessas denúncias, foram identificadas 162 violações confirmadas mensais, uma vez que uma mesma denúncia pode envolver mais de uma forma de violação de direitos. Esse fluxo reflete a dinâmica de registro da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), por meio do canal Disque 100, na qual um protocolo pode originar múltiplas denúncias e cada denúncia pode abarcar diferentes tipos de violações. Os dados indicam que o volume de protocolos se mantém superior ao de denúncias, evidenciando que nem todos os registros iniciais avançam para etapas subsequentes do processo. Por sua vez, observa-se proximidade numérica entre o total de denúncias formalizadas e o de violações confirmadas, o que aponta para um fluxo em que grande parte das denúncias evolui para a caracterização da violação. Essa distribuição entre as três categorias permite compreender o funcionamento dos registros ao longo das diferentes etapas do atendimento, servindo como base para a análise das dinâmicas associadas às denúncias de violência financeira contra pessoas idosas no estado.

Além da evolução temporal, observa-se que os registros não se distribuem de forma homogênea entre os municípios do estado. No recorte municipal, foi possível identificar que, entre os municípios com maior recorrência de registros ao longo de 2020, Porto Alegre ocupou a primeira posição, apresentando ocorrências em todos os meses do ano. Na segunda colocação, destacou-se o município de Pelotas, com registros concentrados nos meses de março, abril, setembro, outubro e novembro. Em terceiro lugar, Caxias do Sul apresentou incidências nos meses de janeiro, abril, maio, julho, setembro, novembro e dezembro. Essa repetição de determinados municípios sugere a existência de fatores locais que podem influenciar tanto a ocorrência quanto a notificação da violência financeira, como densidade populacional, estrutura de acolhimento das denúncias e atuação das redes de apoio.

A partir desse panorama geral, a análise avança para os cenários de ocorrência da violência financeira contra idosos, conforme classificação disponível na base de dados. De modo geral, observa-se a predominância do ambiente doméstico como principal cenário de registro das denúncias ao longo do período analisado, seguido por outros contextos, como ambientes institucionais e situações mediadas por meios digitais. A descrição desses cenários permite situar empiricamente os contextos em que as ocorrências são registradas, fornecendo subsídios para análises interpretativas que serão desenvolvidas posteriormente.

Para fins analíticos, os registros foram classificados em diferentes cenários de ocorrência, considerando o local em que a violência financeira foi registrada. Essa categorização permite compreender os contextos institucionais, domésticos e sociais em que as denúncias são realizadas. O Quadro 8 apresenta a síntese dos cenários considerados na análise:

Quadro 8 - Classificação dos cenários de ocorrência das denúncias de violência financeira contra idosos

Cenário	Caracterização do local de ocorrência
Cenário 1	Ambiente virtual
Cenário 2	Casa de familiar
Cenário 3	Casa do suspeito
Cenário 4	Residência compartilhada entre vítima e suspeito
Cenário 5	Casa da vítima
Cenário 6	Não declarado (N/D)
Cenário 7	Via pública
Cenário 8	Instituição de longa permanência ou instituição financeira
Outros	Loja, metrô, local de trabalho ou outros ambientes

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Painel da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (MDHC, 2024).

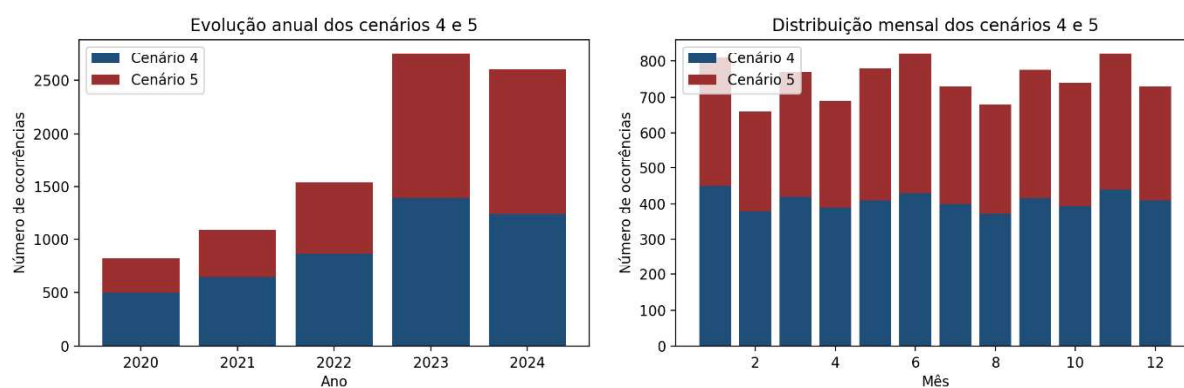
Nesse contexto, destaca-se o cenário 4, correspondente à residência compartilhada entre vítima e suspeito, que concentrou 4.650 registros no período analisado, o que representa aproximadamente 48,2% do total de ocorrências de violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul. Esse volume expressivo evidencia a predominância desse cenário em relação aos demais contextos identificados na base de dados, que, somados, totalizam 4.993 registros distribuídos entre ambientes institucionais, digitais, comerciais e outros cenários. Estudos anteriores apontam que a coabitação entre vítima e agressor tende a intensificar situações de exploração financeira, especialmente quando combinada a relações de dependência afetiva e econômica (Costa *et al.*, 2023). Alencar *et al.* (2024) também destacam que familiares figuram entre os principais responsáveis por casos de apropriação indevida de benefícios, reforçando o papel das dinâmicas familiares na configuração da violência financeira.

Em contraste com esse padrão, o cenário 5, referente à residência exclusiva da vítima, apresenta crescimento ao longo do período analisado, indicando que a violência financeira pode ocorrer mesmo sem coabitação direta entre vítima e agressor. Esses resultados dialogam com Greene (2022) e Crippa e Alen Porto Alegre (2024), que apontam a digitalização dos serviços financeiros como fator emergente de vulnerabilidade. Enquanto tais estudos enfatizam a baixa inclusão digital como barreira à proteção financeira da população idosa, os dados desta pesquisa sugerem que a residência exclusiva da vítima amplia a exposição justamente por facilitar o acesso remoto por parte de agressores externos ou de familiares que não compartilham o

domicílio. Essa configuração amplia os achados de Alarcon et al. (2021), que já haviam observado a predominância de agressores não coabitantes em contextos urbanos, mas que, no presente estudo, assume protagonismo crescente, deslocando o fenômeno do espaço físico doméstico para interações mediadas por tecnologias.

Para visualizar de forma integrada a evolução dessas duas dinâmicas predominantes, a Figura 19 apresenta a distribuição mensal e a evolução anual das ocorrências nos cenários 4 (residência compartilhada) e 5 (residência exclusiva) entre 2020 e 2024, permitindo comparar tendências, inflexões e mudanças relativas ao longo do período analisado.

Figura 19- Ocorrências mensais e evolução anual dos cenários 4 e 5 (2020–2024)



Legenda: O cenário 4 corresponde às ocorrências registradas na residência compartilhada entre vítima e suspeito, enquanto o cenário 5 refere-se às ocorrências registradas na residência exclusiva da vítima. Fonte: Elaboração própria (2026).

Além das ocorrências registradas no ambiente doméstico, os demais cenários evidenciam a diversidade dos contextos em que a violência financeira contra idosos se manifesta no Rio Grande do Sul. O cenário 1 (ambiente virtual) apresentou 37 registros no período analisado, indicando a presença de golpes digitais e fraudes eletrônicas mediadas por tecnologias. Embora numericamente inferior aos cenários domésticos, esse contexto aponta para a ampliação de práticas de exploração financeira associadas à digitalização dos serviços e às interações à distância, conforme discutido na literatura (Yon *et al.*, 2017; Buaes, 2015).

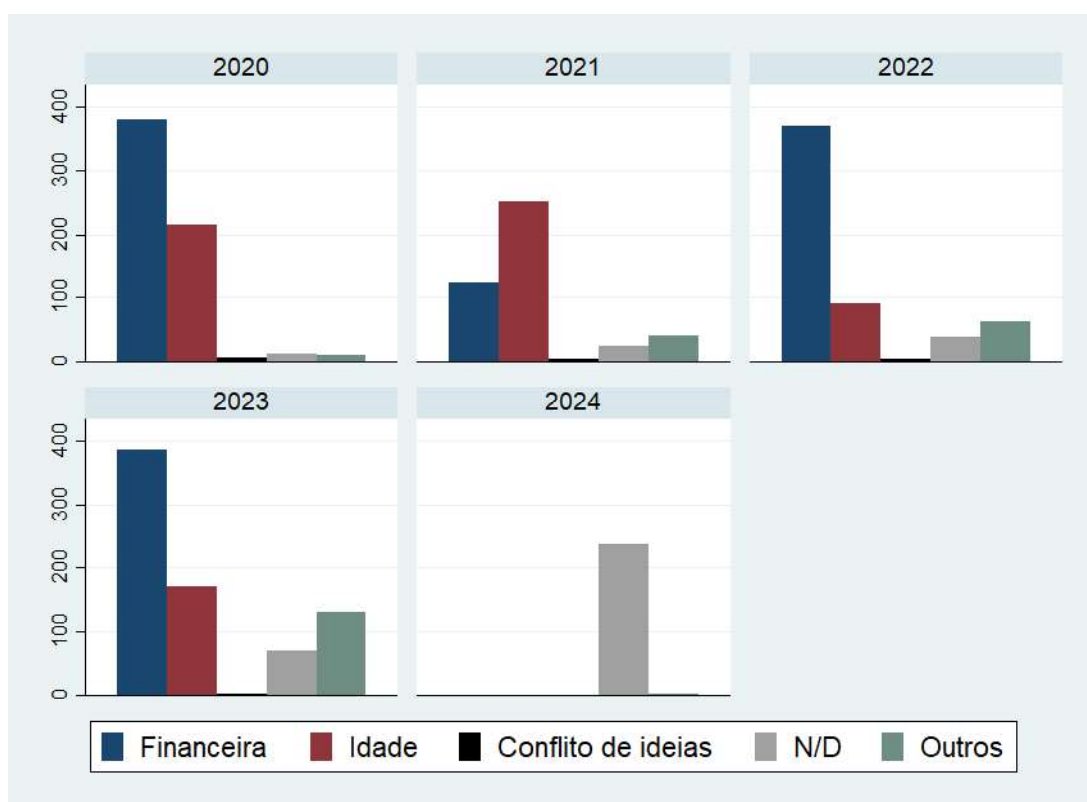
Em síntese, os dados mensais e anuais analisados indicam que a violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul não apenas cresceu ao longo do período de 2020 a 2024, mas também passou por um processo de reconfiguração. Observa-se a transição gradual de um padrão fortemente associado à coabitação entre vítima e suspeito para formas de ocorrência mediadas por tecnologias e interações à distância, especialmente em contextos nos quais a pessoa idosa reside sozinha. Essa transformação amplia os desafios para políticas públicas,

estratégias de prevenção e futuras investigações, ao evidenciar a necessidade de abordagens integradas que considerem simultaneamente vulnerabilidades sociais, familiares e digitais.

4.2.1 Distribuição das motivações de violência financeira

A Figura 20 apresenta a distribuição anual das motivações registradas entre 2020 e 2024, permitindo observar como diferentes fatores associados à violência financeira se comportam ao longo do tempo.

Figura 20- Distribuição anual das motivações de violência financeira contra idosos (2020–2024)



Fonte: Elaboração própria (2026).

A análise revela que, nos anos iniciais da série, as motivações mais frequentemente indicadas nas denúncias concentram-se nas categorias financeira, idade, conflito de ideias e outros. A recorrência dessas categorias sugere que, nesse período, as denúncias estavam predominantemente associadas a fatores econômicos, etários e relacionais, refletindo diferentes formas de vulnerabilidade e tensão no contexto da violência financeira contra idosos. No

entanto, a distribuição dessas motivações ao longo do tempo evidencia variações em sua representatividade, o que indica que não há estabilidade plena nos padrões de classificação, mas sim mudanças na forma como as motivações são registradas e priorizadas nos diferentes anos analisados.

Entre 2020 e 2023, a motivação financeira mantém presença significativa, com valores elevados em todos os anos (380 em 2020; 371 em 2022; 387 em 2023), indicando que práticas como apropriação indevida de recursos, coerção econômica, fraudes e manipulação patrimonial permanecem entre as formas mais recorrentes de violência financeira. Esse movimento é coerente com o que relatam Costa et al. (2023), Barbosa (2017) e Pires (2023), que apontam a exploração financeira como uma das modalidades mais prevalentes e, muitas vezes, mais silenciosas da violência contra a pessoa idosa. Em paralelo, a motivação idade apresenta maior expressão nos anos de 2020 e 2021, refletindo práticas conectadas ao ageísmo e à vulnerabilidade derivada da condição etária, aspectos debatidos por Yon et al. (2017) e Costa et al. (2023). A motivação conflito de ideias, embora menos frequente, aparece de forma regular ao longo dos anos, indicando tensões familiares, divergências sobre o uso de recursos e disputas intergeracionais, elementos que, conforme Santos et al. (2019), podem evoluir para formas sutis ou explícitas de abuso patrimonial.

A categoria “outros” apresenta crescimento diferenciado ao longo do período, passando de 110 registros em 2020 para 1.573 em 2023. Esse aumento sugere que, progressivamente, situações não contempladas pelas tipologias formais têm sido registradas como “outros motivos”, fenômeno compatível com a literatura que aponta para a natureza multifacetada e híbrida da violência financeira, muitas vezes atravessada por combinações complexas de fatores domésticos, emocionais e tecnológicos (Alarcon *et al.*, 2019; Crippa; Alen Porto Alegre, 2024). A ampliação dessa categoria sugere também que os sistemas de registro podem ter dificuldades em capturar nuances específicas dos casos, especialmente quando envolvem situações emergentes, como golpes digitais ou apropriações mediadas por aplicativos bancários.

Entre todas as motivações, N/D (não declarada) merece atenção especial. Embora apresente valores mais moderados entre 2020 e 2022, sua frequência aumenta substancialmente em 2023 e tem seu ápice em 2024, atingindo 2.846 registros classificados como motivação não declarada, o maior valor de toda a série. Esse crescimento sugere que um volume crescente de denúncias deixou de ser classificado nas outras categorias de motivação, evidenciando fragilidades nos processos de registro e na qualidade da informação. Estudos sobre subnotificação qualitativa (Yon *et al.*, 2017; Knight *et al.*, 2016) apontam que esse tipo de padrão pode estar relacionado à sobrecarga dos sistemas de atendimento, à redução de

capacidade técnica das equipes, a falhas nos formulários ou à maior complexidade dos casos, especialmente quando mediada por tecnologia.

A ruptura observada em 2024 constitui um dos achados centrais desta análise. Ao contrário dos anos anteriores, nos quais as categorias específicas se mantiveram relativamente estáveis, em 2024 verifica-se uma queda abrupta das motivações de natureza Financeira, Idade e Conflito de ideias, que praticamente desaparecem dos registros. A categoria “Outros”, que vinha crescendo de forma consistente, despenca para apenas 25 ocorrências. Em contrapartida, a motivação N/D absorve quase a totalidade das denúncias. Esse comportamento não encontra paralelo nos anos anteriores nem se alinha plenamente às tendências nacionais mais recentes, o que demanda cautela na interpretação dos dados.

Embora as informações disponíveis não permitam identificar a causa exata dessa variação, o padrão observado pode estar relacionado a desafios nos processos de identificação, classificação ou registro das ocorrências, bem como a eventuais mudanças operacionais, institucionais ou nos critérios de imputação adotados ao longo do período analisado (Minayo, 2003; Yon *et al.*, 2017). Nesse sentido, a lacuna observada em 2024 não deve ser interpretada exclusivamente como um desvio estatístico, mas como um ponto de atenção metodológica que limita a comparabilidade temporal e exige uma leitura cuidadosa das tendências apresentadas.

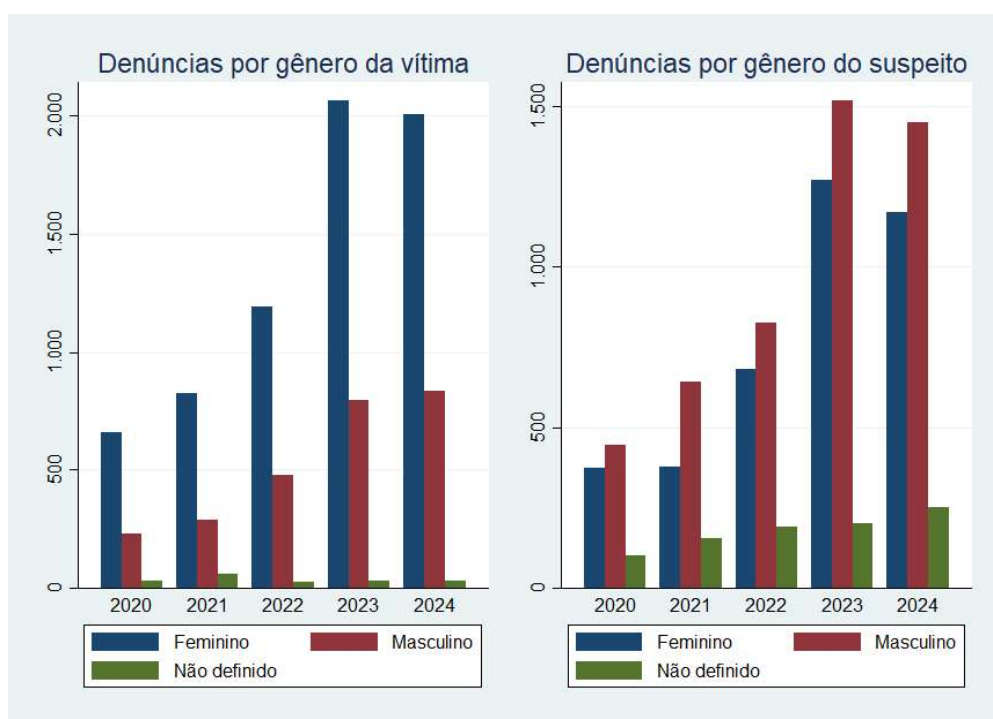
De modo geral, a evolução das motivações revela um fenômeno complexo e dinâmico, que não se restringe a categorias isoladas, mas transita entre formas tradicionais de violência financeira e situações emergentes marcadas por ambiguidade, sobreposição de fatores e crescente mediação tecnológica. A análise sugere que as motivações podem assumir caráter multifacetado, combinando elementos financeiros, étários, relacionais e contextuais, o que nem sempre é plenamente capturado pelos sistemas de classificação disponíveis (Phelan; O’Donnell; McCarthy, 2023; Greene, 2022).

Assim, embora a violência financeira permaneça fortemente associada a dinâmicas familiares e a desigualdades estruturais, sua compreensão analítica depende, em grande medida, da consistência, da padronização e da qualidade dos sistemas de registro, conforme destacado na literatura nacional e internacional sobre violência contra idosos (Minayo, 2003; Organização Mundial da Saúde, 2015). Torna-se, portanto, fundamental o fortalecimento dos mecanismos de classificação, padronização e registro das ocorrências, a fim de ampliar a precisão analítica e subsidiar de forma robusta tanto a produção científica quanto a formulação de políticas públicas no campo do envelhecimento e dos direitos humanos.

4.2.2 Perfil sociodemográfico das denúncias: vítimas, suspeitos e denunciantes

A caracterização do perfil sociodemográfico das denúncias de violência financeira contra idosos permite compreender as dinâmicas relacionais que estruturam esse tipo de violência no Rio Grande do Sul. Para além da evolução temporal, a análise dos cenários de ocorrência, da motivação e das características dos envolvidos, como o gênero e a idade das vítimas e dos suspeitos, bem como o perfil dos denunciantes, contribui para identificar padrões de vulnerabilidade, relações de poder e comportamentos de risco associados especificamente à violência financeira. A Figura 21 apresenta inicialmente a distribuição anual das denúncias de violência financeira segundo o gênero das vítimas e dos suspeitos e, na sequência, são incorporadas informações relativas às idades e ao perfil dos denunciantes.

Figura 21- Denúncias por gênero da vítima e do suspeito no Rio Grande do Sul (2020–2024)



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A partir da caracterização gráfica, observa-se que os suspeitos do sexo masculino representam a maior parte das denúncias em todos os anos analisados, com crescimento entre 2021 e 2023, períodos em que também ocorre o maior número de denúncias. Em 2023, registra-se o pico da série, ultrapassando 1.500 denúncias envolvendo homens. Esses registros são provenientes da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, por meio do canal Disque 100,

serviço público que recebe denúncias de violações de direitos humanos realizadas por vítimas, familiares, profissionais de instituições públicas ou cidadãos em geral, por telefone ou plataformas digitais. Esse padrão confirma achados de estudos nacionais que indicam a predominância masculina em práticas de coerção econômica, fraudes, domínio financeiro dentro do lar e golpes cometidos por terceiros (Santos *et al.*, 2019; Alarcon *et al.*, 2019).

A redução em 2024 não altera a tendência estrutural: os homens permanecem como o principal grupo associado à exploração financeira de idosos, sugerindo que elementos como tomada de decisão financeira, controle patrimonial e posição de autoridade familiar continuam desempenhando papel central na dinâmica do abuso (Alarcon *et al.*, 2019; Phelan; O'Donnell; McCarthy, 2023; Yon *et al.*, 2017)

As denúncias envolvendo suspeitas do sexo feminino apresentam crescimento contínuo e mais pronunciado a partir de 2022. Esse movimento pode estar relacionado a transformações nos arranjos de cuidado e à intensificação do papel de mulheres como responsáveis pela administração das finanças de pais, avós ou idosos sob sua supervisão. A literatura aponta que a feminização do cuidado e a centralidade das mulheres na gestão cotidiana de recursos familiares podem ampliar sua exposição a conflitos patrimoniais, especialmente em contextos de dependência econômica e assimetria relacional (De Farias *et al.*, 2020; Santos *et al.*, 2019). Em alguns casos, a gestão cotidiana evolui para uso indevido de recursos, reforçando o que a literatura descreve como “abuso por proximidade afetiva” (De Farias *et al.*, 2020; Ribeiro *et al.*, 2021), fenômeno caracterizado pela violação de confiança no interior de vínculos familiares ou de cuidado, o que tende a dificultar a identificação e formalização da denúncia.

A categoria “não declarado” também cresce a partir de 2022, fenômeno associado tanto à intensificação de golpes digitais, em que a identidade do agressor não é conhecida, quanto a possíveis inconsistências no preenchimento dos protocolos. Esse aumento reforça a presença de crimes mediados por tecnologia, tendência enfatizada por Costa *et al.* (2023) e Pires (2023) no contexto pós-pandemia.

Além da distribuição por gênero, a compreensão do perfil dos suspeitos exige observar como a idade desses indivíduos se distribui entre os casos registrados. A análise etária permite identificar padrões geracionais de envolvimento na violência financeira e compreender como determinadas faixas etárias se associam a práticas específicas de exploração econômica.

A análise etária dos suspeitos revela dois grupos que se destacam: indivíduos com entre 15 e 39 anos (Idade Suspeito 1), que representam 2.484 ocorrências, e casos em que a idade não foi declarada (Idade Suspeito 7), com 2.165 registros. O primeiro grupo indica que parte significativa dos suspeitos pertence a faixas etárias economicamente ativas, frequentemente

associadas à gestão ou mediação de recursos financeiros familiares, o que pode intensificar situações de abuso quando somadas relações de dependência ou assimetrias de poder (Minayo, 2003; De Farias *et al.*, 2020).

Esse achado dialoga com a literatura internacional, que aponta que indivíduos em idade produtiva tendem a assumir papéis de controle ou intermediação financeira no âmbito familiar, condição que pode ampliar oportunidades de exploração econômica quando há dependência funcional ou financeira da pessoa idosa (Phelan; O'Donnell; McCarthy, 2023; Yon *et al.*, 2017; Weissberger *et al.*, 2020). Já a elevada incidência da categoria “não declarada” pode sugerir tanto falhas nos registros quanto a crescente participação de autores desconhecidos, principalmente em golpes eletrônicos.

Complementarmente, é fundamental analisar o perfil etário das vítimas, uma vez que diferentes fases do envelhecimento apresentam níveis distintos de vulnerabilidade. Observar essas variações permite identificar quais grupos estão mais expostos ao risco de violência financeira e como características do ciclo de vida influenciam tal suscetibilidade.

No que se refere à dimensão etária das vítimas, verifica-se que a violência financeira apresenta maior concentração entre idosos com 80 anos ou mais, totalizando 3.284 ocorrências. Em seguida, destacam-se aqueles entre 60 e 64 anos, com 1.291 registros. A preponderância do grupo mais longevo é coerente com a literatura, que associa fragilidade funcional, dependência e vulnerabilidade cognitiva ao aumento do risco de exploração financeira, uma vez que tais condições comprometem a capacidade de julgamento e de gestão autônoma dos recursos econômicos (Organização Mundial da Saúde, 2015; Minayo, 2003; Lameira Vieira Borges *et al.*, 2024). Por sua vez, casos da faixa inicial da velhice (60–64 anos) sugere que transições no ciclo de vida, como o ingresso na aposentadoria e a reorganização da renda, podem aumentar a suscetibilidade a práticas abusivas, especialmente em contextos de redefinição de papéis familiares, endividamento e maior exposição a decisões financeiras complexas, conforme apontam estudos nacionais sobre vulnerabilidade financeira no envelhecimento (De Farias *et al.*, 2020; Silva *et al.*, 2024; Miranda; Mendes; Silva, 2016).

Por fim, a análise dos denunciantes oferece resultados sobre a dinâmica de revelação do abuso, indicando quem identifica, reconhece e comunica a violência financeira às autoridades. Esse componente é essencial para compreender a visibilidade do fenômeno e a rede de proteção que circunda a pessoa idosa.

A caracterização dos denunciantes revela que a maior parte das notificações é realizada por terceiros (Denunciante 3), que representam 6.794 registros, seguidos pela vítima

(Denunciante 2), com 1.725 registros, e por denunciantes anônimos (Denunciante 1), com 1.240 ocorrências.

O predomínio de terceiros sugere que a violência financeira frequentemente ocorre em contextos de vulnerabilidade silenciosa, nos quais a própria vítima pode não reconhecer, não compreender ou não conseguir denunciar a violação, fenômeno descrito na literatura como “invisibilidade relacional” (Crippa; Alen Porto Alegre, 2024). A participação da vítima como denunciante reforça, por outro lado, a importância da autonomia e da capacidade de percepção individual na busca por proteção institucional. Já o volume de denúncias anônimas indica receio, exposição a conflitos familiares ou medo de retaliação, característicos de ambientes em que vínculos afetivos e dependência emocional coexistem com práticas abusivas.

De forma geral, o perfil sociodemográfico das denúncias evidencia a violência financeira contra idosos como um fenômeno complexo, atravessado por desigualdades geracionais, dependência afetiva, fragilidades de saúde e disputas patrimoniais. A maior incidência de vítimas em idades mais avançadas reforça achados da literatura que associam fragilidade funcional, vulnerabilidade cognitiva e dependência crescente ao aumento do risco de exploração financeira (Organização Mundial da Saúde, 2015; Minayo, 2003).

A predominância masculina entre os suspeitos dialoga com estudos nacionais e internacionais que destacam a centralidade das relações de poder, do controle patrimonial e da posição de autoridade familiar na dinâmica da violência financeira, especialmente em contextos nos quais homens em idade produtiva assumem a mediação dos recursos do idoso (Alarcon *et al.*, 2021; Phelan; O’Donnell; McCarthy, 2023).

Além disso, o protagonismo de terceiros nas denúncias evidencia a recorrente subnotificação desse tipo de violência, uma vez que fatores como dependência emocional, medo de retaliação e vínculos familiares tendem a dificultar a iniciativa da própria vítima em buscar os canais formais de proteção (Yon *et al.*, 2017). Por fim, a ampliação dos riscos associados aos meios digitais reforça a dimensão estrutural e contemporânea da violência financeira, conforme apontado por estudos recentes que relacionam a digitalização dos serviços financeiros à intensificação das práticas abusivas contra a população idosa (Greene, 2022).

4.2.3 Relação suspeito × vítima

A análise das relações entre suspeito e vítima revela um padrão claramente familiar: a categoria Filhos, concentra a maioria absoluta dos registros, com 5.437 ocorrências (56,4%) do total de 9.643 casos. Em segundo lugar aparece a categoria agrupada “Outros”, que inclui

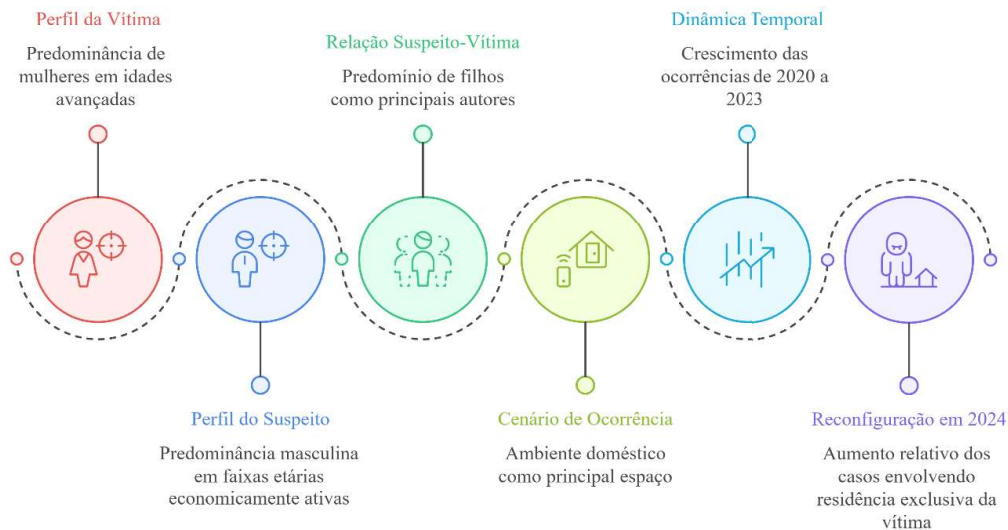
irmãos, sobrinhos, netos, enteados, funcionários e similares, com 3.004 registros (31,2%), evidenciando que atores parentais e parentificados compõem a maior parte dos agressores. As categorias Cônjuge/companheiro/namorado e vizinho, apresentam valores menores, com 456 (4,7%) e 434 (4,5%) ocorrências, respectivamente. Casos sem relação conhecida ou aplicável, somam 235 registros (2,4%), enquanto a categoria Relação N/D registra apenas 77 ocorrências (0,8%), indicando baixa frequência de omissão desta informação na variável relacional.

Esse perfil aponta para duas conclusões: primeiro, a centralidade dos laços familiares na ocorrência da violência financeira, sobretudo por filhos e por outros familiares próximos, reforça que boa parte das situações decorre de relações de confiança e de dependência econômica/afetiva; segundo, a presença da categoria “Outros” indica a necessidade de desagregar ou qualificar melhor esse agrupamento, visto que ele engloba papéis (ex.: netos, empregados, representantes) com responsabilidades e dinâmicas muito distintas.

Por fim, a baixa proporção de registros sem relação declarada (0,8%), em contraste com a elevada frequência de “N/D” observada em outras variáveis, indica que, no que se refere à relação suspeito–vítima, o preenchimento tende a ser mais completo. Ainda assim, é necessário cautela quanto às categorias agregadas, especialmente “Outros”, cujo caráter amplo pode ocultar dinâmicas específicas relevantes para análise e intervenção.

Com o objetivo de sintetizar os principais padrões empíricos identificados ao longo da análise das denúncias de violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul, apresenta-se a Figura 22. A figura resume os achados centrais referentes ao perfil das vítimas e dos suspeitos, à relação estabelecida entre eles, aos cenários predominantes de ocorrência e à dinâmica temporal observada no período de 2020 a 2024, destacando, ainda, a reconfiguração do fenômeno no ano mais recente da série analisada.

Figura 22- Síntese dos principais achados empíricos sobre a violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul (2020–2024)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados do Painel da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (MDHC, 2024).

Em conjunto, os elementos sintetizados na Figura 22 evidenciam que a violência financeira contra idosos no Rio Grande do Sul apresenta um padrão estrutural marcado pela predominância de vítimas do sexo feminino, pela recorrência de suspeitos homens inseridos em relações de proximidade e confiança e pela centralidade do ambiente doméstico como principal espaço de ocorrência. A dinâmica temporal revela crescimento expressivo das denúncias entre 2020 e 2023, seguido, em 2024, por uma reconfiguração do fenômeno, com maior peso relativo de situações em que a vítima reside sozinha, indicando a ampliação de práticas mediadas por tecnologias e interações à distância. Essa síntese reforça a compreensão da violência financeira como um fenômeno complexo e multifacetado, que articula dimensões familiares, sociais e tecnológicas, oferecendo base integrada para as discussões analíticas e proposições apresentadas nos capítulos subsequentes.

4.2.4 Síntese teórico-empírica da violência financeira contra idosos

A análise integrada do panorama das denúncias de violência financeira contra idosos no estado do Rio Grande do Sul, apresentada nas seções anteriores, permite identificar padrões recorrentes relacionados aos contextos de ocorrência, aos perfis das vítimas e dos suspeitos e às dinâmicas relacionais envolvidas nesses casos. Quando articuladas às evidências identificadas na Revisão Sistemática da Literatura, essas informações possibilitam a construção

de uma síntese teórico-empírica que evidencia os principais fatores estruturantes da violência financeira contra idosos. Essa integração entre literatura e dados empíricos permite compreender o fenômeno de forma mais abrangente, considerando tanto os fatores de vulnerabilidade quanto os contextos institucionais e relacionais em que essas situações ocorrem.

Quadro 9 - Framework teórico-empírico da violência financeira contra idosos

Dimensão	Evidências da literatura	Evidências empíricas (RS)	Implicações
Vulnerabilidade financeira	Dependência econômica, baixa alfabetização financeira	Vítimas com benefícios previdenciários	Necessidade de educação financeira
Contexto relacional	Exploração por familiares	Predominância de suspeitos próximos	Fortalecimento das redes de proteção
Cenários de ocorrência	Ambiente doméstico e digital	Maior incidência em residência compartilhada	Ações de conscientização
Mecanismos de exploração	Fraudes e manipulação financeira	Crescimento de denúncias digitais	Orientação sobre golpes financeiros
Resposta institucional	Canais de denúncia	Disque 100 e COMDECON/PROCON	Articulação institucional

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

O framework apresentado sintetiza a articulação entre os elementos teóricos discutidos na literatura e as evidências empíricas observadas no contexto analisado. Essa estrutura analítica permite compreender de forma integrada os fatores que contribuem para a ocorrência da violência financeira contra idosos e oferece subsídios para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e enfrentamento. A partir dessa síntese teórico-empírica, a seção seguinte apresenta a proposta de enfrentamento desenvolvida nesta pesquisa, materializada na cartilha educativa.

4.3 Enfrentamento da violência financeira contra idosos

Embora materiais educativos frequentemente sejam direcionados à própria pessoa idosa, neste estudo a cartilha foi concebida como um instrumento de apoio institucional ao atendimento e à orientação prestada pelos agentes públicos vinculados à rede de proteção.⁴ Essa decisão está alinhada às evidências discutidas na literatura, que indicam que o enfrentamento da violência financeira contra idosos depende da atuação articulada de instituições,

⁴ Exemplos de materiais institucionais disponíveis incluem a cartilha “**Enfrentamento à violência patrimonial e financeira contra a pessoa idosa**”, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-idosa/publicacoes/cartilha-de-apoio-a-pessoa-idosa-enfrentamento-a-violencia-patrimonial-e-financeira>

profissionais e canais formais de proteção. Nesse sentido, o material busca apoiar os profissionais no processo de identificação, orientação e encaminhamento de situações de violência financeira, ao mesmo tempo em que utiliza linguagem acessível, permitindo que seu conteúdo também seja demonstrado diretamente a população idosa durante o atendimento.

A proposta de enfrentamento da violência financeira contra idosos desenvolvidas neste estudo foi construído com base na abordagem metodológica da Design Science Research (DSR), visando à proposição de uma solução aplicada, fundamentada em evidências científicas e empíricas. Essa proposta materializa-se na forma de uma cartilha educativa, concebida como instrumento de prevenção, identificação e enfrentamento da violência financeira.

No contexto desta dissertação, a cartilha educativa configura-se como o artefato central da proposta de enfrentamento da violência financeira contra idosos. Sua concepção não se restringe à elaboração de um material informativo, mas corresponde à materialização de uma solução aplicada, estruturada a partir da integração entre diagnóstico teórico e evidência empírica.

A escolha da cartilha educativa como formato do artefato decorre da necessidade de produzir um instrumento acessível e aplicável ao contexto institucional analisado. Embora existam iniciativas institucionais voltadas à orientação sobre violência financeira contra pessoas idosas, parte desses materiais apresenta limitações relacionadas à extensão, formato ou dificuldade de acesso, o que pode reduzir sua utilização prática por profissionais e pela população idosa. Nesse sentido, optou-se pelo desenvolvimento de uma cartilha educativa com linguagem acessível, organização sintética das informações e foco na orientação prática, visando facilitar a disseminação de informações, apoiar a identificação de situações de violência financeira e orientar o encaminhamento adequado dos casos no âmbito das redes de proteção à pessoa idosa.

Nesse sentido, a proposta apresentada ultrapassa a lógica descritiva e assume caráter interventivo, organizando dimensões preventivas, orientativas e institucionais. A cartilha emerge como instrumento estruturador desse arranjo, articulando conhecimento acadêmico, dados institucionais e princípios de comunicação acessível voltados à população idosa.

A concepção do artefato foi orientada por decisões fundamentadas tanto nos resultados da Revisão Sistemática da Literatura (RSL) quanto na análise empírica das denúncias registradas no estado do Rio Grande do Sul. A RSL permitiu identificar os principais conceitos, tipologias de abuso financeiro e fatores associados à violência financeira contra idosos, além de evidenciar lacunas na literatura quanto à proposição de instrumentos práticos de enfrentamento. Paralelamente, a análise dos dados empíricos possibilitou compreender os

contextos de ocorrência das denúncias, os perfis envolvidos e as dinâmicas institucionais relacionadas ao registro e encaminhamento dos casos. A integração desses resultados orientou a escolha por uma cartilha educativa como artefato, concebida para traduzir evidências científicas e empíricas em orientações práticas voltadas à prevenção, identificação e encaminhamento de situações de violência financeira.

A definição da linguagem, da organização temática e dos elementos visuais buscou reduzir assimetrias informacionais, favorecer o reconhecimento de situações de risco e estimular a autonomia da pessoa idosa. O design visual priorizou cores, ícones e elementos gráficos associados à confiança e à segurança, reforçando a credibilidade institucional do material e sua adequação ao campo da proteção social.

Dessa forma, a proposta de enfrentamento desenvolvida demonstra a aplicabilidade da *Design Science Research* na construção de soluções socialmente relevantes, integrando rigor científico e intervenção prática.

4.3.1 Identificação do problema e definição dos requisitos do artefato

A etapa de identificação do problema constitui um dos pilares centrais da Design Science Research, pois é a partir dela que se delineiam os objetivos do artefato e os critérios que orientam sua construção (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015). No contexto deste estudo, o problema investigado emerge da convergência entre evidências teóricas e empíricas que revelam a persistência e a complexidade da violência financeira contra idosos, bem como a insuficiência de instrumentos preventivos acessíveis e orientados às especificidades desse público.

Os resultados da RSL evidenciaram que a violência financeira contra idosos é frequentemente invisibilizada, subnotificada e de difícil identificação, sobretudo quando ocorre em contextos de proximidade relacional, como no ambiente doméstico ou familiar (Weissberger *et al.*, 2020; Phelan; O'Donnell; McCarthy, 2023; Yon *et al.*, 2017). A literatura aponta que fatores como dependência afetiva, assimetrias de poder, fragilidades cognitivas e baixa literacia financeira contribuem para a dificuldade de reconhecimento do abuso, tanto pela própria vítima quanto por familiares e cuidadores (Lichtenberg *et al.*, 2021; Alarcon *et al.*, 2021). Adicionalmente, estudos recentes destacam que a crescente digitalização dos serviços financeiros ampliou as possibilidades de exploração econômica, introduzindo novas formas de violência mediadas por tecnologias digitais, como golpes eletrônicos, uso indevido de senhas e apropriação remota de recursos financeiros, que tendem a escapar aos mecanismos tradicionais

de prevenção e controle (Greene, 2022; Weissberger *et al.*, 2020; Organização Mundial da Saúde, 2015).

Essas constatações foram corroboradas pelos dados empíricos analisados neste estudo, provenientes do Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. A análise do panorama das denúncias no Rio Grande do Sul revelou a centralidade do ambiente doméstico como principal cenário de ocorrência da violência financeira, ao mesmo tempo em que evidenciou um crescimento expressivo de situações em que a vítima reside sozinha, mas permanece exposta a riscos associados ao acesso remoto a recursos financeiros. Resultados semelhantes são discutidos na literatura internacional, que aponta a expansão de formas de exploração praticadas por agressores não coabitantes, especialmente em contextos urbanos e tecnologicamente mediados (Alarcon *et al.*, 2021; Phelan; O'Donnell; McCarthy, 2023).

Os dados também indicaram padrões recorrentes relacionados ao perfil das vítimas e dos suspeitos, bem como limitações nos registros institucionais, como categorias não declaradas ou pouco detalhadas, que dificultam a compreensão plena do fenômeno e reforçam a necessidade de estratégias preventivas baseadas em informação clara e acessível (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024).

A partir dessa articulação entre literatura e dados empíricos, o problema central identificado nesta pesquisa pode ser sintetizado como a ausência de instrumentos educativos acessíveis, claros e confiáveis, capazes de apoiar a prevenção e a identificação da violência financeira contra idosos, considerando tanto as dinâmicas tradicionais de exploração quanto as novas configurações mediadas por tecnologias digitais. Trata-se, portanto, de um problema que envolve não apenas a ocorrência da violência em si, mas também a dificuldade de reconhecimento, compreensão e enfrentamento por parte das pessoas idosas e de suas redes de apoio, conforme amplamente discutido na literatura internacional (Yon *et al.*, 2017; Greene, 2022).

Diante desse diagnóstico, a definição dos requisitos do artefato constituiu etapa fundamental para orientar sua concepção. No âmbito deste estudo, o artefato materializa-se na forma de uma cartilha educativa voltada ao enfrentamento da violência financeira contra idosos.

Cabe destacar que foram identificados materiais institucionais previamente elaborados por órgãos públicos e instituições voltadas à proteção da pessoa idosa, os quais também utilizam o formato de cartilhas informativas para orientar sobre situações de violência. No entanto, muitos desses materiais apresentam caráter predominantemente informativo, com foco na divulgação de direitos ou na descrição geral das formas de violência, além de, em alguns casos, apresentarem extensão elevada ou formato digital de difícil acesso para parte do público-alvo.

Diferentemente dessas iniciativas, a cartilha desenvolvida neste estudo foi concebida a partir da integração entre evidências científicas provenientes da literatura e dados empíricos sobre denúncias de violência financeira no contexto regional, incorporando orientações práticas voltadas à identificação de sinais de risco, prevenção e encaminhamento institucional de casos.

Em primeiro lugar, deveria adotar linguagem clara, direta e não técnica, adequada ao público idoso, evitando termos jurídicos ou financeiros excessivamente complexos que pudessem reforçar barreiras informacionais (Lichtenberg *et al.*, 2021).

Em segundo lugar, o conteúdo precisaria priorizar a identificação de sinais de risco e situações recorrentes de violência financeira, com exemplos contextualizados e próximos da realidade cotidiana, conforme sugerido por estudos que enfatizam o papel da educação financeira e da conscientização como estratégias preventivas (Weissberger *et al.*, 2020; Alencar *et al.*, 2024). Outro requisito central foi a necessidade de acessibilidade visual e cognitiva. Considerando limitações frequentemente associadas ao envelhecimento, o artefato deveria apresentar estrutura organizada, uso de elementos gráficos intuitivos, tipografia legível e cores que transmitissem confiança, segurança e acolhimento, características recomendadas para materiais educativos voltados à população idosa (Organização Mundial da Saúde, 2015).

Além disso, o material deveria contemplar tanto situações de violência ocorridas no ambiente doméstico quanto aquelas mediadas por tecnologias digitais, refletindo as transformações observadas no padrão das denúncias e discutidas na literatura recente (Greene, 2022). Por fim, definiu-se como requisito que a cartilha fosse orientada à ação, não se restringindo à informação, mas estimulando a autonomia da pessoa idosa e de sua rede de apoio, por meio da indicação de canais institucionais de proteção e denúncia, alinhados ao contexto brasileiro e às políticas públicas vigentes (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2024).

Esses requisitos estruturam a base conceitual e funcional do artefato desenvolvido, assegurando que a cartilha responda de maneira consistente ao problema identificado e se alinhe aos princípios da Design Science Research. Os critérios de avaliação e validação do artefato foram operacionalizados por meio de formulários específicos aplicados em duas rodadas junto à coordenadora do órgão, apresentados nos (Apêndices B e C).

A Figura 23 apresenta uma síntese do encadeamento lógico entre a identificação do problema, a definição dos requisitos e as etapas subsequentes da Design Science Research adotadas neste estudo.

Figura 23- Etapas da Design Science Research aplicadas ao desenvolvimento da cartilha educativa



Fonte: Elaboração própria, com base na Design Science Research (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015).

A Figura 23 sintetiza o encadeamento metodológico adotado neste estudo, evidenciando que a identificação do problema não se constituiu como etapa isolada, mas como fundamento estruturante para a definição dos requisitos do artefato.

Com base nesses fundamentos, passa-se à etapa de desenvolvimento do artefato propriamente dito, na qual se detalha a concepção, estrutura e decisões projetuais que materializaram a proposta de enfrentamento apresentada neste estudo.

4.3.2 Concepção e desenvolvimento do artefato: cartilha educativa

A concepção e o desenvolvimento da cartilha educativa constituíram a etapa de materialização da proposta de enfrentamento da violência financeira contra idosos propostos neste estudo. Em consonância com a DSR, essa fase corresponde à construção do artefato propriamente dito, orientada pelos requisitos definidos a partir da identificação do problema e

sustentada por fundamentos teóricos, empíricos e de design (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015).

O conteúdo conceitual da cartilha foi estruturado com base na definição de violência financeira contra idosos adotada na literatura internacional, em especial a proposta por Pillemer et al. (2016), que compreendem o abuso financeiro como a exploração ilegal ou imprópria dos recursos financeiros de pessoas idosas, frequentemente associada à violação de confiança e a relações assimétricas de poder. Essa conceituação permitiu delimitar o fenômeno de forma clara e operacional, orientando a seleção dos exemplos, sinais de alerta e situações recorrentes apresentados no material educativo.

A linguagem adotada na cartilha foi definida como um dos elementos centrais do artefato. Considerando as evidências da RSL, que apontam a baixa literacia financeira e a dificuldade de reconhecimento do abuso como fatores críticos para a subnotificação da violência financeira (Lameira Vieira Borges *et al.*, 2024; Weissberger *et al.*, 2020), optou-se por uma comunicação clara, direta e não técnica. Foram evitados termos jurídicos ou financeiros complexos, priorizando-se frases curtas, vocabulário acessível e explicações contextualizadas, com exemplos próximos do cotidiano da população idosa. Essa escolha buscou reduzir assimetrias informacionais e favorecer a compreensão autônoma do conteúdo, em consonância com recomendações da Organização Mundial da Saúde (2015) para materiais educativos voltados ao envelhecimento.

A estrutura dos conteúdos da cartilha foi organizada de modo progressivo, contemplando: (i) explicação simples do que é violência financeira; (ii) principais sinais de alerta e situações de risco; (iii) exemplos de práticas abusivas recorrentes, tanto no ambiente doméstico quanto em contextos mediados por tecnologias; e (iv) orientações práticas sobre como buscar ajuda e denunciar. Essa organização reflete diretamente os padrões identificados nos dados empíricos analisados, que evidenciaram a centralidade do ambiente doméstico e o crescimento de situações de exploração associadas ao uso remoto de recursos financeiros.

No que se refere ao design visual, as decisões foram orientadas por princípios de acessibilidade, confiança e acolhimento. A escolha predominante da cor azul fundamenta-se em estudos sobre psicologia das cores, que associam essa tonalidade à sensação de calma, segurança, confiança e credibilidade, sendo amplamente utilizada em contextos ligados à saúde, tecnologia e proteção social (Elliot; Maier, 2014). Tons de azul mais claros foram empregados para transmitir tranquilidade e proximidade, enquanto tonalidades mais escuras foram utilizadas de forma pontual para reforçar seriedade e confiabilidade institucional. Essa escolha dialoga com a necessidade de criar um ambiente visual que estimule a leitura e reduza resistências

emocionais ao tema, especialmente considerando que a violência financeira envolve, muitas vezes, sentimentos de vergonha e medo.

Além da paleta de cores, o uso de ícones, ilustrações e elementos gráficos simples teve como objetivo facilitar a leitura, orientar a navegação pelo material e apoiar a compreensão do conteúdo, especialmente para leitores com possíveis limitações cognitivas ou visuais. A tipografia foi selecionada priorizando legibilidade, com tamanho adequado e espaçamento confortável, em conformidade com boas práticas de design inclusivo para a população idosa.

Outro aspecto central no desenvolvimento da cartilha foi sua orientação à ação. Em alinhamento com a abordagem prescritiva da DSR, o artefato não se limita à transmissão de informações, mas busca estimular o reconhecimento de situações de risco e o fortalecimento da autonomia da pessoa idosa e de sua rede de apoio. Para isso, foram incluídas orientações claras sobre canais institucionais de denúncia e apoio, estruturados no âmbito das políticas públicas brasileiras e operacionalizados no contexto do Rio Grande do Sul, reforçando o papel do Estado e das redes de proteção no enfrentamento da violência financeira.

Dessa forma, a cartilha educativa configura-se como um artefato que integra conhecimento científico, evidências empíricas e decisões de design orientadas ao usuário, materializando a proposta de enfrentamento proposto neste estudo. Ao traduzir conceitos acadêmicos e dados governamentais em uma linguagem acessível e visualmente confiável, o artefato contribui para a prevenção, a identificação e o enfrentamento da violência financeira contra idosos, reafirmando o potencial da Design Science Research como abordagem metodológica aplicada a problemas sociais complexos.

A cartilha educativa desenvolvida no âmbito deste estudo encontra-se apresentada na íntegra no (Apêndice D), tendo sido elaborada com o auxílio da plataforma de design gráfico Canva. Na sequência, apresentam-se os procedimentos realizados para a avaliação e validação do artefato.

4.3.3 Avaliação do artefato e perspectivas de validação

A etapa de avaliação e validação constitui momento decisivo no ciclo da Design Science Research, pois é nesse estágio que se examina a utilidade, a consistência interna e a aderência prática do artefato desenvolvido. No âmbito desta pesquisa, esse processo foi estruturado em duas fases complementares, uma avaliação qualitativa inicial, voltada ao refinamento da cartilha educativa, e uma validação formal subsequente, orientada à verificação de sua aplicabilidade institucional. Tal encadeamento assegura rigor metodológico e consolida o

caráter iterativo do artefato, reforçando sua coerência com o problema empírico que motivou sua construção.

4.3.3.1 Avaliação do artefato

A avaliação do artefato desenvolvido neste estudo constitui etapa central da abordagem metodológica da DSR (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015). Diferentemente de abordagens exclusivamente explanatórias ou experimentais, a DSR compreende a avaliação como um processo iterativo e contextualizado, no qual o feedback de atores institucionais diretamente envolvidos com o fenômeno investigado desempenha papel fundamental no refinamento do artefato.

No contexto desta pesquisa, essa etapa teve como objetivo examinar a adequação do conteúdo, da linguagem, da estrutura e da aplicabilidade prática do material, considerando sua possível utilização no âmbito institucional e seu potencial contributivo para a prevenção e o enfrentamento da violência financeira contra pessoas idosas.

A primeira rodada de avaliação ocorreu de forma presencial junto à Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON), vinculada às atividades do PROCON no município de Sant'Ana do Livramento, no estado do Rio Grande do Sul. A escolha desse órgão como espaço de avaliação fundamenta-se na atuação direta de seus profissionais no atendimento cotidiano a demandas relacionadas a conflitos de consumo e violações de direitos, incluindo um volume significativo de casos envolvendo pessoas idosas em situações de exploração financeira. A cartilha foi apresentada à coordenadora do órgão, profissional com experiência prática no acolhimento dessas demandas e com conhecimento aprofundado da realidade local.

Durante a avaliação, realizada por meio de entrevista semiestruturada com a coordenadora do órgão, registrada em áudio para fins de análise, os principais pontos destacados referem-se à relevância social da temática abordada. Foi enfatizado que uma parcela expressiva do público atendido pela instituição é composta por pessoas idosas, muitas das quais relatam situações recorrentes de golpes digitais e outras formas de violência financeira. Também foi ressaltada a ausência de políticas públicas municipais específicas e estruturadas voltadas ao enfrentamento desse tipo de violência, o que reforça a pertinência da cartilha como instrumento educativo e de conscientização.

Como resultado da avaliação, foram apresentadas contribuições e sugestões de natureza operacional, institucional e técnica, voltadas ao aprimoramento do artefato. Essas recomendações foram incorporadas ao processo de refinamento da cartilha, caracterizando o

ciclo iterativo preconizado pela *Design Science Research*. O Quadro 10 sintetiza os principais ajustes sugeridos na primeira rodada de avaliação e as respectivas modificações implementadas no artefato (cartilha).

Quadro 10 - Síntese da avaliação do artefato e ajustes incorporados

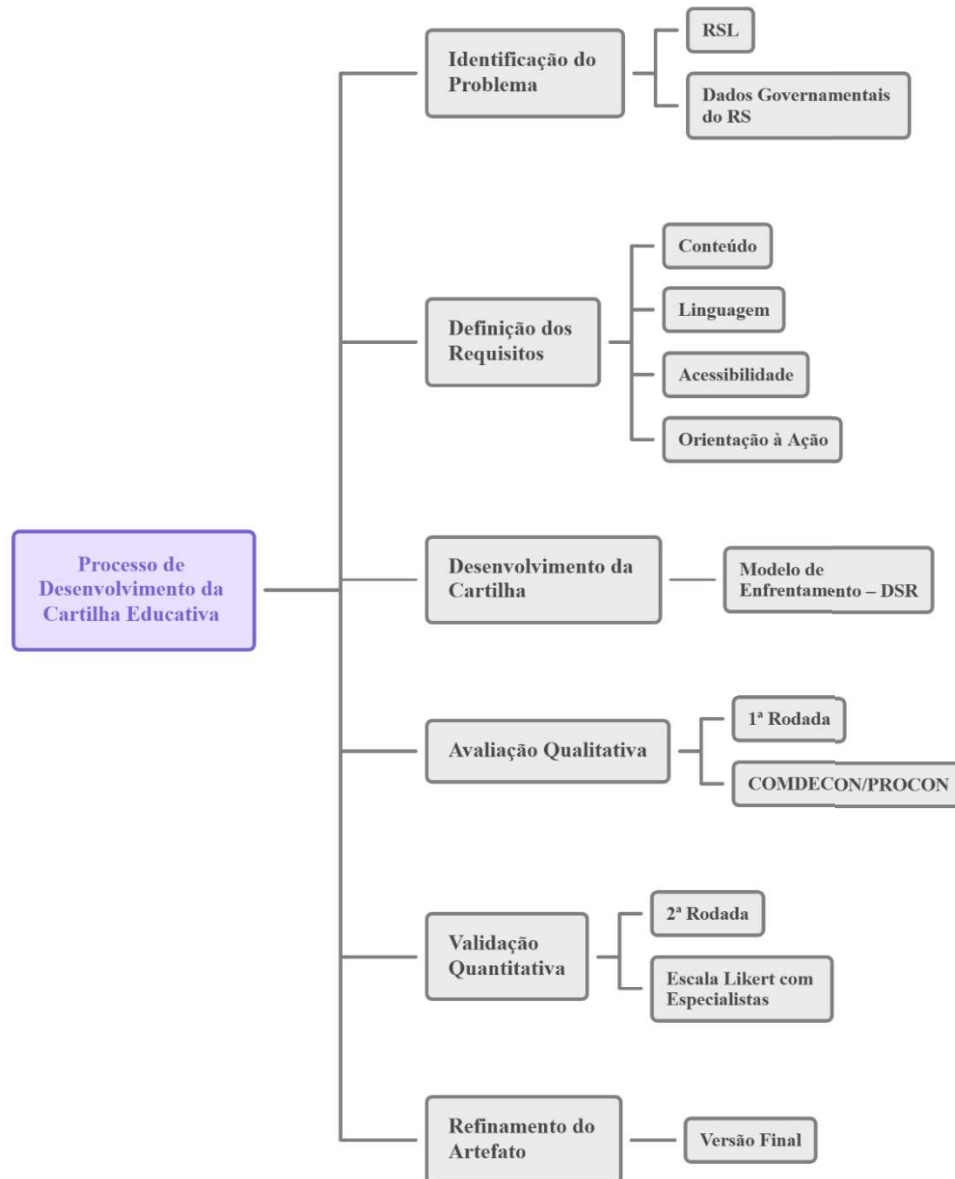
Critério Avaliado	Ajuste Solicitado	Ação Implementada	Contribuição ao Artefato
Adequação institucional	Ajuste da nomenclatura institucional	Substituição de “PROCON” por “COMDECON/PROCON	Maior precisão institucional e aderência ao contexto local
Atualização de informações	Inclusão de e-mail institucional	Inserção de canal de contato atualizado	Ampliação da funcionalidade prática
Fluxo de encaminhamento	Inserir orientação para procurar inicialmente a Defensoria Pública	Inclusão do fluxo: Defensoria Pública → Encaminhamento ao COMDECON	Maior alinhamento com práticas locais de atendimento
Precisão técnica do conteúdo visual	Correção do posicionamento no mapa ilustrativo	Ajuste da representação geográfica	Aumento do rigor informacional e da confiabilidade do material

Fonte: Dados da pesquisa (2026).

A análise sistematizada das contribuições apresentadas no Quadro 10 permite compreender que os ajustes sugeridos não alteraram a estrutura conceitual do artefato, mas fortaleceram sua aderência institucional e operacional ao contexto real de aplicação. Sob a perspectiva da *Design Science Research*, essa etapa evidencia a dimensão pragmática da avaliação, na qual o artefato é confrontado com o ambiente organizacional concreto, possibilitando sua adaptação às especificidades normativas e procedimentais locais (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015).

Além disso, o processo avaliativo revelou um aspecto central para o campo da violência financeira contra idosos: a existência de lacunas estruturais nas políticas públicas municipais voltadas especificamente a essa temática. O reconhecimento, por parte da coordenação do COMDECON/PROCON, de que uma parcela significativa das demandas envolve pessoas idosas vítimas de golpes digitais reforça a relevância social do artefato desenvolvido. Sob a lógica da DSR, essa constatação amplia a compreensão do problema inicialmente identificado, demonstrando que o artefato não apenas responde a um diagnóstico acadêmico, mas dialoga com uma necessidade institucional concreta. Assim, a avaliação não se limita à verificação da clareza ou da linguagem da cartilha, mas confirma seu potencial de contribuição como instrumento de apoio às redes locais de proteção, fortalecendo o alinhamento entre rigor científico e relevância prática.

Figura 24- Síntese do processo de avaliação e validação do artefato



Fonte: Elaborado pela autora com base em Dresch, Lacerda e Antunes Júnior (2015).

A representação apresentada na Figura 24 evidencia o caráter cíclico e iterativo da Design Science Research, destacando a interdependência entre identificação do problema, definição de requisitos, construção do artefato, avaliação institucional e refinamento. No contexto deste estudo, observa-se que a avaliação realizada junto ao COMDECON/PROCON não constitui etapa terminal do processo, mas momento estratégico de retroalimentação do artefato, permitindo o aperfeiçoamento do artefato antes de sua consolidação final. Essa dinâmica reforça o princípio central da DSR segundo o qual o conhecimento é produzido por

meio da interação contínua entre teoria e prática, assegurando simultaneamente rigor metodológico e relevância social.

Em consonância com a lógica iterativa da Design Science Research, esse momento não representou a finalização do artefato, mas sua maturação inicial, incorporando ajustes operacionais e fortalecendo sua aderência contextual. Superada essa etapa de aprimoramento qualitativo, tornou-se metodologicamente necessário avançar para um procedimento estruturado de validação, capaz de examinar de forma sistemática a percepção da gestora responsável quanto à clareza, relevância e aplicabilidade do artefato. É nesse contexto que se insere a rodada de validação do artefato, apresentada a seguir.

4.3.3.2 Validação do artefato

A etapa de validação do artefato constitui um momento distinto da avaliação inicial, pois tem como finalidade examinar, de forma mais estruturada e sistematizada, o grau de aderência da proposta apresentada aos critérios de utilidade, clareza, aplicabilidade e potencial contributivo para o contexto institucional em que se insere. No âmbito da DSR, a validação representa um movimento de consolidação do artefato, no qual se busca evidenciar não apenas sua pertinência teórica, mas sua robustez prática frente a atores do domínio (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015). Após a incorporação dos ajustes decorrentes da primeira rodada de avaliação junto ao COMDECON/PROCON, procedeu-se à validação do artefato por meio da aplicação de um instrumento estruturado, apresentado no (Apêndice C). O formulário de validação foi construído com base em escala do tipo Likert de cinco pontos, variando de “discordo totalmente” a “concordo totalmente”, contemplando afirmações relacionadas à clareza estrutural da solução proposta, aplicabilidade institucional, relevância prática dos elementos propostos, contribuição para formulação de políticas públicas e adequação para apoio à tomada de decisão em casos de denúncias de violência financeira contra idosos.

A escolha da escala Likert justifica-se por sua ampla utilização em processos de validação de instrumentos e soluções aplicadas em pesquisas, permitindo captar o grau de concordância da participante de forma objetiva e comparável, sem desconsiderar a complexidade do fenômeno analisado. A validação foi realizada na mesma instituição, em momento posterior à etapa de avaliação inicial, junto à coordenadora da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant’Ana do Livramento. Após a incorporação dos ajustes sugeridos na primeira rodada de avaliação, realizou-se um novo encontro presencial na instituição, ocasião em que foram entregues as versões impressas

da cartilha revisada. O formulário de validação, estruturado em escala do tipo Likert, foi aplicado individualmente à coordenadora, que realizou a leitura do material e registrou suas respostas. Posteriormente, as marcações atribuídas às dimensões avaliadas foram examinadas com base no nível de concordância indicado, permitindo verificar a adequação, a clareza e a aplicabilidade do artefato no contexto institucional.

Os resultados da validação indicaram concordância total em todas as afirmações avaliadas pela especialista participante, evidenciando elevado nível de aceitação institucional da proposta de enfrentamento apresentada no contexto analisado. Tal resultado sugere que o artefato apresenta coerência interna, clareza conceitual e aplicabilidade prática no âmbito do atendimento a denúncias de violência financeira contra idosos, considerando a percepção da gestora responsável pela condução dessas demandas na instituição.

Do ponto de vista metodológico, a concordância total nas dimensões avaliadas pode ser interpretada como indício de alinhamento entre os requisitos definidos na fase de identificação do problema e a solução materializada na cartilha educativa. Essa convergência reforça a consistência do percurso metodológico adotado, no qual diagnóstico empírico, fundamentação teórica e construção do artefato foram articulados de maneira integrada.

Com vistas a sistematizar os resultados da validação à luz da Design Science Research, apresenta-se o Quadro 11, que sintetiza as dimensões avaliadas, os indicadores correspondentes e sua interpretação metodológica.

Quadro 11-Síntese da validação do artefato à luz da Design Science Research

Dimensão da DSR	Indicador avaliado	Evidência empírica	Resultado	Interpretação metodológica
Utilidade prática	Aplicabilidade institucional da cartilha	Respostas do formulário (Likert)	100% “concordo totalmente”	O artefato responde de forma adequada ao problema identificado
Clareza e acessibilidade	Linguagem compreensível ao público idoso	Avaliação institucional	100% “concordo totalmente”	Adequação comunicacional confirmada
Relevância social	Contribuição para prevenção e orientação	Manifestação institucional	100% de concordância	Potencial de impacto social reconhecido
Aderência institucional	Alinhamento aos fluxos locais	Validação do órgão	100% de concordância	Potencial de impacto social reconhecido

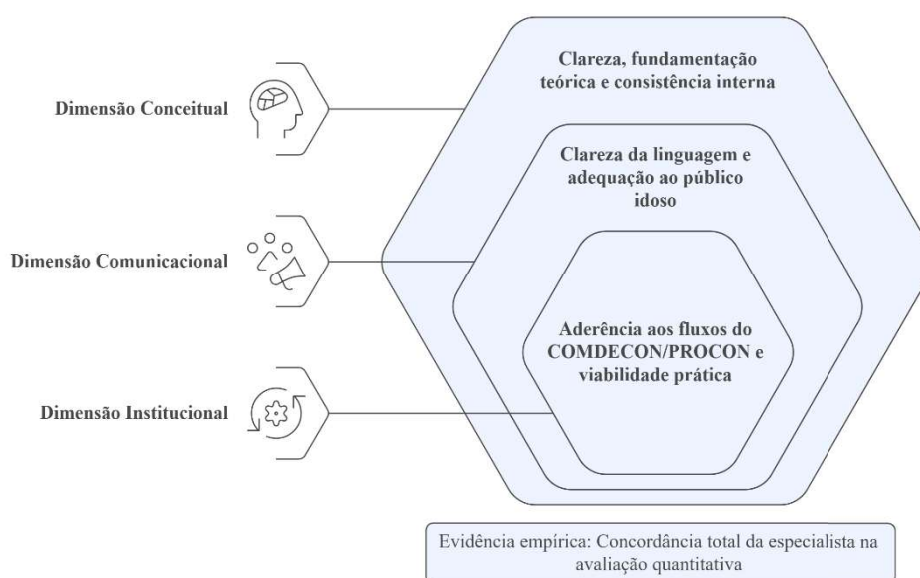
Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A partir do Quadro 11, reporta-se a validade prática, pois a cartilha foi reconhecida como aplicável no contexto institucional real, especialmente no âmbito da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant'Ana do Livramento/RS. Esse aspecto é particularmente relevante em pesquisas orientadas pela Design Science Research, cuja legitimidade depende da capacidade de produzir soluções socialmente úteis.

Embora a validação tenha ocorrido em contexto local, os fundamentos conceituais do artefato, baseados na literatura internacional sobre violência financeira contra idosos (Pillemer *et al.*, 2016; Yon *et al.*, 2017) e nos dados empíricos analisados no estado do Rio Grande do Sul, indicam potencial de replicabilidade em outros contextos institucionais, respeitadas as especificidades regionais.

Para consolidar visualmente o ciclo metodológico que articula concepção, avaliação e validação do artefato, apresenta-se a Figura 25, que sintetiza o processo de validação na perspectiva da Design Science Research.

Figura 25- Dimensões analíticas da validação do artefato segundo a Design Science Research



Fonte: Elaborado pela autora (2026).

A Figura 25 sintetiza as dimensões analíticas mobilizadas na validação do artefato, evidenciando a convergência entre rigor conceitual, adequação comunicacional e aplicabilidade institucional. A dimensão conceitual refere-se à coerência entre o conteúdo da cartilha e o problema identificado na fase diagnóstica, incluindo a fundamentação teórica adotada e a consistência interna das categorias estruturadas. Essa dimensão dialoga diretamente com o critério de rigor científico preconizado por Hevner et al. (2004), segundo o qual um artefato em Design Science Research deve estar ancorado em bases teóricas consolidadas e apresentar consistência lógica entre problema, objetivos e solução proposta.

A dimensão comunicacional, por sua vez, diz respeito à clareza da linguagem, à adequação ao público idoso e à capacidade do material de reduzir assimetrias informacionais. Essa dimensão revela a preocupação com a usabilidade e com o design centrado no usuário, aspectos fundamentais para que o artefato transcenda o plano conceitual e se torne efetivamente aplicável no contexto social ao qual se destina (Dresch; Lacerda; Antunes Júnior, 2015).

Já a dimensão institucional contempla a aderência do artefato aos fluxos operacionais do COMDECON/PROCON, sua viabilidade prática no atendimento às denúncias e seu potencial de apoio às decisões institucionais. Essa dimensão materializa o critério de relevância prática, também destacado por Hevner et al. (2004), ao evidenciar que a solução proposta está alinhada às rotinas e às necessidades reais do ambiente organizacional analisado.

A concordância total da especialista em todas as assertivas avaliadas indica não apenas aceitação do material, mas alinhamento estrutural entre diagnóstico, requisitos definidos e desempenho do artefato. À luz da Design Science Research, esse resultado sinaliza que o artefato atende simultaneamente aos critérios de utilidade, rigor e relevância, consolidando-se como solução metodologicamente consistente e empiricamente fundamentada.

Do ponto de vista metodológico, a condução da avaliação e validação neste estudo aproxima-se de experiências aplicadas em pesquisas orientadas ao design, como as desenvolvidas por Winkler (2022) e Molling (2019), nas quais a interação iterativa com atores do domínio constitui elemento central para o refinamento do artefato. De modo semelhante ao que propõem Gregor e Hevner (2013), a contribuição científica não se restringe à proposição do artefato, mas emerge da demonstração empírica de sua aplicabilidade e adequação ao contexto organizacional.

Esse percurso reafirma o potencial da DSR como estratégia de produção de conhecimento aplicado em contextos sociais complexos, especialmente no campo das políticas de proteção à pessoa idosa, em que a distância entre diagnóstico acadêmico e implementação prática frequentemente compromete a efetividade das respostas institucionais. No próximo capítulo, tem-se as conclusões.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como propósito identificar os fatores relevantes para o enfrentamento da violência financeira contra idosos. Com isso, buscou-se desenvolver e validar uma proposta de enfrentamento da violência financeira contra idosos, materializada em um artefato educativo, dados empíricos e a lógica interventiva da Design Science Research (DSR). Ao longo da investigação, buscou-se não apenas compreender o fenômeno, mas propor uma solução aplicada, metodologicamente fundamentada e institucionalmente aderente ao contexto analisado.

A Revisão Sistemática da Literatura evidenciou que a violência financeira contra idosos constitui um fenômeno multifacetado, marcado por lacunas conceituais, diversidade terminológica e ausência de modelos operacionais consolidados. Destacaram-se elementos como violação de confiança, assimetria de poder, vulnerabilidade cognitiva e crescente mediação tecnológica nas práticas de exploração econômica. Tais achados indicam que o problema ultrapassa a dimensão patrimonial, configurando-se como violação de autonomia, dignidade e direitos fundamentais.

A análise das denúncias registradas no estado do Rio Grande do Sul entre 2020 e 2024 permitiu caracterizar empiricamente o fenômeno, evidenciando a predominância do ambiente doméstico como espaço de risco, a recorrência de pessoas próximas como potenciais agressores e o crescimento de práticas associadas a golpes digitais e interações financeiras à distância. Destaca-se, contudo, como limitação, a instabilidade observada nos dados referentes ao ano de 2024, cujas variações atípicas podem estar associadas a mudanças nos critérios de registro, subnotificação ou atualizações sistêmicas na base governamental utilizada. Essa circunstância recomenda cautela na interpretação longitudinal dos dados mais recentes e reforça a necessidade de aprimoramento na padronização e transparência dos registros oficiais.

A convergência entre literatura e evidências empíricas possibilitou a construção de um framework teórico-empírico da violência financeira contra idosos, que sintetiza as principais dimensões estruturantes do fenômeno, incluindo fatores de vulnerabilidade, contextos de

ocorrência e dinâmicas relacionais associadas às situações de exploração econômica. Esse framework representa a principal contribuição teórica do estudo, ao integrar produção científica internacional, evidências empíricas regionais e princípios de design aplicado, oferecendo uma estrutura analítica capaz de orientar tanto futuras pesquisas quanto iniciativas institucionais de enfrentamento da violência financeira contra idosos.

A partir dessa síntese teórico-empírica, foi possível avançar para a construção de uma proposta aplicada de enfrentamento da violência financeira contra idosos. No contexto brasileiro, observa-se que a maior parte das pesquisas se concentra na descrição do fenômeno, na caracterização de perfis e na identificação de fatores associados, com menor ênfase na formulação de estratégias interventivas. Ao avançar para o desenvolvimento e validação de uma solução aplicada, materializada na forma de uma cartilha educativa, o estudo amplia o escopo da literatura nacional, contribuindo para suprir lacunas relacionadas à operacionalização de ações concretas de enfrentamento.

Sob a perspectiva metodológica, a adoção da Design Science Research mostrou-se adequada à natureza do problema investigado. O ciclo iterativo de identificação do problema, definição de requisitos, desenvolvimento, avaliação qualitativa e validação quantitativa possibilitou não apenas a construção de uma solução aplicável, mas também a produção de conhecimento sobre o próprio processo de intervenção. A consolidação do artefato após rodadas de refinamento evidencia o potencial da DSR para articular rigor científico e relevância prática, especialmente no enfrentamento de problemas sociais complexos.

Em termos práticos, a proposta materializada na cartilha educativa oferece subsídios concretos para o fortalecimento das redes institucionais de proteção à pessoa idosa. Ao ser avaliada e validada pela coordenadora da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant'Ana do Livramento, a cartilha demonstrou aderência aos fluxos institucionais, aplicabilidade no atendimento às denúncias e potencial de apoio à capacitação de agentes públicos. Diferentemente de propostas meramente informativas, a solução desenvolvida organiza diretrizes de prevenção, identificação e encaminhamento de casos, contribuindo para a qualificação da atuação institucional no enfrentamento da violência financeira contra idosos.

Não obstante suas contribuições, o estudo apresenta limitações. A análise empírica concentrou-se em dados de um estado específico, o que pode restringir a generalização dos achados. Ademais, observa-se a ausência de relatórios globais mais recentes da Organização Mundial da Saúde especificamente voltados à violência financeira contra idosos, o que limita comparações internacionais atualizadas e evidencia uma lacuna na sistematização global do

fenômeno. Além disso, a validação institucional contou com a participação de uma única gestora, indicando a possibilidade de ampliação futura do processo avaliativo para diferentes contextos organizacionais e múltiplos atores da rede de proteção.

Como agenda de pesquisa futura, sugere-se a ampliação da análise empírica para outros estados brasileiros, possibilitando comparações inter-regionais e a construção de um panorama nacional da violência financeira contra idosos. Investigações em nível nacional poderão contribuir para identificar padrões estruturais, variações institucionais e especificidades socioeconômicas, fortalecendo a formulação de estratégias integradas de enfrentamento. Recomenda-se ainda o aprofundamento de estudos sobre a mediação tecnológica do abuso financeiro, bem como a adaptação e aplicação da proposta desenvolvida em diferentes contextos institucionais, incluindo delegacias especializadas, Defensorias Públicas e instituições financeiras. Também se sugere que pesquisas futuras explorem a aplicação e o refinamento do framework teórico-empírico proposto, testando sua validade em diferentes contextos regionais e institucionais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALARCON, Miriam Fernanda Sanches *et al.* Financial abuse: circumstances of occurrences against older adults. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 22, n. 6, p. e190182, 2019.
- ALARCON, Miriam Fernanda Sanches *et al.* VIOLENCE AGAINST THE OLDER ADULT: PERCEPTIONS OF THE BASIC HEALTH CARE TEAMS. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 30, p. e20200099, 2021.
- ALARCON, Miriam Fernanda Sanches *et al.* Elderly victims of violence: family assessment through the Calgary model. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 43, p. e20200218, 2022.
- ALENCAR, Rosemary Fernandes Correa *et al.* ABUSO FINANCEIRO E DIFICULDADE SOCIOFAMILIAR DO IDOSO. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 2, p. e4345, 21 fev. 2024.
- ARIA, Massimo; CUCCURULLO, Corrado. bibliometrix : An R-tool for comprehensive science mapping analysis. **Journal of Informetrics**, v. 11, n. 4, p. 959–975, nov. 2017.
- ARIA, Massimo; MISURACA, Michelangelo; SPANO, Maria. Mapping the Evolution of Social Research and Data Science on 30 Years of Social Indicators Research. **Social Indicators Research**, v. 149, n. 3, p. 803–831, jun. 2020.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de estabilidade financeira: proteção do consumidor bancário e prevenção de abusos financeiros contra idosos**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/content/publicacoes/ref/202310/RELESTAB202310-refPub.pdf>
- BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. **Cartilha de apoio à pessoa idosa: enfrentamento à violência patrimonial e financeira**. Brasília, DF: MDHC, 2024.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Violências contra a pessoa idosa: saiba quais são as mais recorrentes e o que fazer nesses casos**. Brasília, 15 jun. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/junho/violencias-contra-a-pessoa-idosa-saiba-quais-sao-as-mais-recorrentes-e-o-que-fazer-nesses-casos>
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Painel de dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos – Disque 100**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/ondh/painel-de-dados>.
- BARBOSA, Keylla Talitha Fernandes *et al.* AGING AND INDIVIDUAL VULNERABILITY: A PANORAMA OF OLDER ADULTS ATTENDED BY THE FAMILY HEALTH STRATEGY. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 26, n. 2, 2017.
- BATISTA, Rafaela Lopes. **IDOSO ECONOMICAMENTE ATIVO E AS SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA**: um estudo sobre sua existência e relações. 2021. 81 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa - Minas Gerais, 2021.

BOLDY, Duncan *et al.* Addressing elder abuse: Western Australian case study. **Australasian Journal on Ageing**, v. 24, n. 1, p. 3–8, mar. 2005.

BRADFORD, S.C., Sources of Information on Specific Subjects, **Engineering**, 137, 1934, 85-86.

BUAES, Caroline Stumpf. Educação Financeira com Idosos em um Contexto Popular. **Educação & Realidade**, v. 40, n. 1, p. 105–127, mar. 2015.

BURNES, David *et al.* Estimated Incidence and Factors Associated With Risk of Elder Mistreatment in New York State. **JAMA Network Open**, v. 4, n. 8, p. e2117758, 12 ago. 2021.

BURNES, David *et al.* Risk factors for elder abuse severity: findings from the Canadian longitudinal study on aging. **Innovation in Aging**, v. 9, n. 10, p. igaf101, 27 out. 2025.

COSTA, Fabrício Veiga; MOTTA, Ivan Dias Da; ABAGGE, Yasmine De Resende. POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE À VIOLÊNCIA PATRIMONIAL E FINANCEIRA AO IDOSO EM TEMPOS DE PANDEMIA. **Revista de Estudos Jurídicos UNESP**, v. 25, n. 42, 22 jun. 2023.

COSTA, Iluska Pinto Da *et al.* Qualidade de vida de idosos e sua relação com o trabalho. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, n. 0, 3 set. 2018.

CRIPPA, Anelise; ALEN PORTO ALEGRE, Camila. Violência financeira contra pessoas idosas: revisão sistemática. **KAIRÓS-GERONTOLOGIA**, v. 27, n. 1, 24 jul. 2024.

ELLIOT, Andrew J.; MAIER, Markus A. Color Psychology: Effects of Perceiving Color on Psychological Functioning in Humans. **Annual Review of Psychology**, v. 65, n. 1, p. 95–120, 3 jan. 2014.

FORGIARINI, Deivid Ilecki *et al.* Coop innovation framework: An artifact for innovation in Brazilian cooperatives. **Journal of Co-operative Organization and Management**, v. 10, n. 2, p. 100185, dez. 2022.

FRAGA DOMINGUEZ, Silvia *et al.* Elder Abuse Vulnerability and Risk Factors: Is Financial Abuse Different From Other Subtypes? **Journal of Applied Gerontology**, v. 41, n. 4, p. 928–939, abr. 2022.

FREITAS, Lucas Guimarães. **DENÚNCIAS DE VIOLÊNCIA CONTRA IDOSOS NO BRASIL: 2011 a 2018**. 2020. 24 f. TCC (Graduação) - Curso de Enfermagem, Centro Universitário de Brasília Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Brasília, 2020.

GALVÃO, Taís Freire; TIGUMAN, Gustavo Magno Baldin; SARKIS-ONOFRE, Rafael. A declaração PRISMA 2020 em português: recomendações atualizadas para o relato de revisões sistemáticas. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, n. 2, p. e2022364, 2022.

GARCIA, Alexandre de Souza. **Technology Roadmapping para startups**: um método para a elaboração de estratégias de negócio. 2019. 193 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos., Porto Alegre, 2019.

GIL, Ana Paula *et al.* Estudo sobre pessoas idosas vítimas de violência em Portugal: sociografia da ocorrência. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 31, n. 6, p. 1234–1246, jun. 2015.

- GIL, Antonio Carlos. **Métodos E Técnicas De Pesquisa Social**. [S.l.]: Atlas, 2008.
- GREENE, Aaron J. Elder Financial Abuse and Electronic Financial Instruments: Present and Future Considerations for Financial Capacity Assessments. **The American Journal of Geriatric Psychiatry**, v. 30, n. 1, p. 90–106, jan. 2022.
- GREGOR, Shirley; HEVNER, Alan R. Positioning and Presenting Design Science Research for Maximum Impact1. **MIS Quarterly**, v. 37, n. 2, p. 337–355, 1 jun. 2013.
- GUEDES, Vânia L. S.; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. In: CINFORM – **Encontro Nacional de Ciência da Informação**, 2005, Salvador. Anais [...]. Salvador, 2005. p. 1–18.
- HEVNER, Alan R. *et al.* Design Science in Information Systems Research1. **MIS Quarterly**, v. 28, n. 1, p. 75–106, 1 mar. 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: resultados preliminares. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.
- IRIGARAY, Tatiana Quarti *et al.* Maus-tratos contra idosos em Porto Alegre, Rio Grande do Sul: um estudo documental. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 33, n. 3, p. 543–551, set. 2016.
- JAKOBSSON, Markus. **The death of the internet**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2012.
- KNIGHT, Bob G. *et al.* Influences on the perception of elder financial abuse among older adults in Southern California. **International Psychogeriatrics**, v. 28, n. 1, p. 163–169, jan. 2016.
- LAMEIRA VIEIRA BORGES, Paola *et al.* Caracterização da Violência Contra Idosos Em Belém, Pará. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 18, n. 2, p. 144–161, 1 ago. 2024.
- LICHTENBERG, Peter A. *et al.* Examining the Validity of the Financial Exploitation Vulnerability Scale. **Clinical Gerontologist**, v. 44, n. 5, p. 585–593, 20 out. 2021.
- LOTKA, Alfred J. The frequency distribution of scientific productivity. **Journal of the Washington Academy of Sciences**, v. 16, n. 12, p. 317–323, 1926.
- MINAYO, Maria Cecília De Souza. Violência contra idosos: relevância para um velho problema. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 3, p. 783–791, jun. 2003.
- MIRANDA, Gabriella Morais Duarte; MENDES, Antonio Da Cruz Gouveia; SILVA, Ana Lucia Andrade Da. Population aging in Brazil: current and future social challenges and consequences. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 19, n. 3, p. 507–519, jun. 2016.
- MOHIDEEN, Fadhila Ahamed; KHOKHLOVA, Olga. Elder financial abuse based on victim–perpetrator relationship as perceived by Asian young adults. **Family Relations**, v. 71, n. 4, p. 1731–1746, out. 2022.
- MOLLING, Graziela. **VALOR 4.0**: um framework para propostas de valor para produtos e serviços baseados em internet das coisas. 2019. 284 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-

Graduação em Administração, Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos., Porto Alegre, 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Relatório mundial sobre o envelhecimento e saúde*. Genebra: OMS, 2015

PATRICIA DO EGITO CAVALCANTI DE FARIAS, Ana *et al.* VIOLÊNCIA FINANCEIRA CONTRA IDOSOS NO ÂMBITO FAMILIAR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA. *Revista interdisciplinar em saúde*, v. 7, n. Único, p. 261–275, 9 abr. 2020.

PEFFERS, Ken *et al.* Design Science Research Methodology for Information Systems Research. *Journal of Management Information Systems*, v. 24, n. 3, p. 45–77, dez. 2007.

PETERSON, Janey C. *et al.* Financial Exploitation of Older Adults: A Population-Based Prevalence Study. *Journal of General Internal Medicine*, v. 29, n. 12, p. 1615–1623, dez. 2014.

PHELAN, Amanda; O'DONNELL, Deirdre; MCCARTHY, Sandra. Financial abuse of older people by third parties in banking institutions: a qualitative exploration. *Ageing and Society*, v. 43, n. 9, p. 2135–2156, set. 2023.

PILLEMER, Karl *et al.* Elder Abuse: Global Situation, Risk Factors, and Prevention Strategies. *The Gerontologist*, v. 56, n. Suppl 2, p. S194–S205, abr. 2016.

RIBEIRO, Maria De Nazaré De Souza *et al.* Evidências científicas da prática da violência contra a pessoa idosa: revisão integrativa. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 34, p. eAPE00403, 29 jun. 2021.

RODRIGUES, João Gaspar. Violência patrimonial e financeira contra a pessoa idosa. *Revista CNJ*, v. 8, n. 2, p. 165–180, 12 dez. 2024.

RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani *et al.* Report of multiple abuse against older adults in three Brazilian cities. *PLOS ONE*, v. 14, n. 2, p. e0211806, 8 fev. 2019.

SANTOS, Ana Maria Ribeiro Dos *et al.* Economic-financial and patrimonial elder abuse: a documentary study. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 53, p. e03417, 2019a.

SANTOS, Ana Maria Ribeiro Dos *et al.* Financial-patrimonial elder abuse: an integrative review. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 72, n. suppl 2, p. 328–336, 2019b.

SANTOS, Maria Angélica Bezerra Dos *et al.* Fatores associados à violência contra o idoso: uma revisão sistemática da literatura. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 6, p. 2153–2175, jun. 2020.

SANTOS, Maria Angélica Bezerra Dos *et al.* A violência contra pessoas idosas no Brasil: fatores associados segundo o tipo de agressor. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, v. 25, n. 4, p. e220186, 2022.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 25, n. 4, p. 585–593, dez. 2008.

SILVA, Chesil Batista *et al.* Endividamento na terceira idade: um estudo sobre a influência da educação financeira na adesão de empréstimos consignados por aposentados do inss no

município de São João da Barra – RJ. **Brazilian Journal of Development**, v. 10, n. 6, p. e70926, 28 jun. 2024.

SOBRAL, Jordânia Paixão; MARINHO, Marcella Lima; ROCHA, Bruno Miranda Da. CHALLENGES FACED BY NURSES IN CARING FOR ELDERLY VICTIMS OF DOMESTIC VIOLENCE: A QUALITATIVE APPROACH. **Cogitare Enfermagem**, v. 28, p. e86295, 2023.

SOUSA, Girliani Silva De; PERRELLI, Jaqueline Galdino Albuquerque; BOTELHO, Everton Sougey. Diagnóstico de enfermagem Risco de Suicídio em idosos: revisão integrativa. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 39, n. 0, 2 ago. 2018.

TRANFIELD, David; DENYER, David; SMART, Palminder. Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review. **British Journal of Management**, v. 14, n. 3, p. 207–222, set. 2003.

WEISSBERGER, Gali H. *et al.* Elder Abuse Characteristics Based on Calls to the National Center on Elder Abuse Resource Line. **Journal of Applied Gerontology**, v. 39, n. 10, p. 1078–1087, out. 2020.

WILBER, Kathleen H.; REYNOLDS, Sandra L. Introducing a Framework for Defining Financial Abuse of the Elderly. **Journal of Elder Abuse & Neglect**, v. 8, n. 2, p. 61–80, 1 set. 1996.

WINKLER, Marione. UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NÍVEL MESTRADO. 2022.

YON, Yongjie *et al.* Elder abuse prevalence in community settings: a systematic review and meta-analysis. **The Lancet Global Health**, v. 5, n. 2, p. e147–e156, fev. 2017.

ZIPF, G. K., Human Behavior and the Principle of Least Effort. Addison-Wesley, 1949.

APÊNDICE A - LEGENDA DE CATEGORIZAÇÃO E CODIFICAÇÃO DA BASE DE DADOS

Este apêndice apresenta a legenda de codificação utilizada para a classificação e quantificação das variáveis analíticas da base de dados da pesquisa.

Categoria analítica	Código	Variáveis associadas na base de dados	Descrição operacional
Caracterização temporal dos registros	T1	Mês	Mês de registro da denúncia/protocolo
	T2	Ano	Ano de registro da denúncia/protocolo
Volume de registros	V1	Protocolo	Número de protocolos registrados no período.
	V2	Denúncias	Quantidade total de denúncias registradas
	V3	Violações	Número de violações associadas às denúncias.
Cenários de violência financeira	C1	Cenário1	Ambiente virtual
	C2	Cenário2	Casa de familiar
	C3	Cenário3	Casa do suspeito
	C4	Cenário4	Casa onde reside vítima e suspeito
	C5	Cenário5	Casa da vítima
	C6	Cenário6	N/D – Não declarado
	C7	Cenário7	Via pública
	C8	Cenário8	Instituição de longa permanência/ Instituição Financeira
Motivações associadas à violência	C9	Outros	Loja, metrô, outros, local de trabalho
	M1	Motivação1	Financeira
	M2	Motivação2	Idade
M3	Motivação3	Conflito de ideias	

	M4	Motivação4	N/D – Não declarado
	M5	Motivação5	Outros- Não especificados
Localização geográfica	LG1	Município1	Município de maior ocorrência
	LG2	Município2	Município de maior ocorrência
	LG3	Município3	Município de maior ocorrência
Perfil do denunciante	D1	Denunciante1	Anônimo
	D2	Denunciante2	A própria vítima
	D3	Denunciante3	Terceiro
Gênero da vítima	GV1	Gênero da vítima1	Gênero feminino
	GV2	Gênero da vítima2	Gênero masculino
	GV3	Gênero da vítima3	Gênero N/D – Não declarado
Gênero do suspeito	GS1	Gênero do suspeito1	Gênero feminino
	GS2	Gênero do suspeito2	Gênero masculino
	GS3	Gênero do suspeito3	Gênero N/D – Não declarado
Faixa etária da vítima	IV1	Idade da vítima1	80 anos ou mais
	IV2	Idade da vítima2	70 a 74 anos
	IV3	Idade da vítima3	75 a 79 anos
	IV4	Idade da vítima4	60 a 64 anos
	IV5	Idade da vítima5	65 a 69 anos
	IV6	Idade da vítima6	Idade N/D – Não declarado
Faixa etária do suspeito	IS1	Idade do suspeito 1	15 a 39 anos
	IS2	Idade do suspeito2	40 a 49 anos
	IS3	Idade do suspeito3	50 a 59 anos
	IS4	Idade do suspeito4	60 a 69 anos
	IS5	Idade do suspeito5	70 a 74 anos
	IS6	Idade do suspeito6	75 ou mais
	IS7	Idade do suspeito7	Idade N/D – Não declarado
Relação entre suspeito e vítima	RSXV1	Relação entre suspeito e vítima1	Filhos (as)
	RSXV2	Relação entre suspeito e vítima2	Cônjuge (marido/esposa/ companheiro/ namorado)
	RSXV3	Relação entre suspeito e vítima3	Sem relação / desconhecido/ não se aplica/ não sabe informar
	RSXV4	Relação entre suspeito e vítima4	Vizinho (a)
	RSXV5	Relação entre suspeito e vítima5	Outros- irmão, sobrinho, neto, membro, vizinho mãe, pai, enteado, funcionário.
	RSXV6	Relação entre suspeito e vítima6	Relação N/D – Não declarado

APÊNDICE B - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DO ARTEFATO I

Formulário de Avaliação do Artefato (1ª Rodada com Especialista da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant'Ana do Livramento)

Este formulário tem como objetivo avaliar, de forma qualitativa, a estrutura inicial do artefato desenvolvido para o enfrentamento da violência financeira contra idosos. As respostas auxiliarão no refinamento do artefato antes de sua validação.

1. A cartilha sobre violência financeira é clara em sua proposta e objetivos? Justifique sua resposta

2. Os elementos abordados refletem a realidade dos atendimentos realizados pela Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON)? Discorra sua resposta.

3. Há algum elemento importante que não foi contemplado?

Sim ()

Não ()

Se sim, qual(is)? _____

4. Quais pontos você acredita que poderiam ser aprimorados em conteúdo e formato? Você pode indicar na cartilha as melhorias.

5. A cartilha pode auxiliar no aprimoramento das ações de proteção aos idosos no atendimento das denúncias? Explique.

6. Considerações finais e sugestões gerais:

APÊNDICE C - FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DO ARTEFATO II

Formulário de Validação do Artefato (2ª Rodada com Especialista da Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor (COMDECON/PROCON) de Sant'Ana do Livramento)

Após os ajustes realizados com base nas contribuições da especialista, este formulário visa validar a versão final do artefato, utilizando uma abordagem quantitativa (escala do tipo Likert).

Por favor, assinale sua concordância com as afirmações abaixo:

Nº	Afirmação	Discordo totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo totalmente
1	A cartilha apresenta estrutura clara e compreensível.	()	()	()	()	()
2	A cartilha é aplicável à rotina de atendimento do Procon.	()	()	()	()	()
3	Os elementos da cartilha são relevantes para a atuação prática na proteção dos idosos.	()	()	()	()	()
4	A cartilha pode contribuir para a formulação de políticas públicas.	()	()	()	()	()
5	A cartilha está adequada para apoiar decisões em casos de denúncias de violência financeira.	()	()	()	()	()

6. Comentários ou sugestões adicionais:

APÊNDICE D - CARTILHA EDUCATIVA – VERSÃO SUBMETIDA À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O QUE FAZER DIANTE DE UMA SUSPEITA

- Evitar o enfrentamento direto e isolado
- Preservar documentos, extratos e registros de comunicação
- Buscar orientação especializada
- Registrar a ocorrência quando houver indícios de crime
- Acionar a rede de proteção e apoio institucional



E SE A VIOLÊNCIA FINANCEIRA FOR PELO MEIO DIGITAL?

A violência financeira pode ocorrer de forma rápida e invisível, por meio de telefonemas, mensagens, aplicativos e internet.

DICAS IMPORTANTES:

- Desconfie de pedidos urgentes
- Não compartilhe senhas ou códigos
- Confirme informações em canais oficiais
- Evite decisões sob pressão
- Guarde mensagens e comprovantes
- Na dúvida, pare e busque orientação



ONDE BUSCAR ORIENTAÇÃO E PROTEÇÃO

PROCON DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO:
Orientação sobre contratos, empréstimos, práticas abusivas e mediação com instituições financeiras.
Fone: 08000902050
WhatsApp: (55) 99221-1924

DELEGACIA DE PRONTO ATENDIMENTO DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO:
Registro de ocorrência e apuração dos fatos.
Fone: (55) 3242-1860 OU (55) 3244-2129

Cartilha elaborada pela Mestranda Camila de Aguiar dos Santos, no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), sob orientação da Prof^a Dr^a Sílvia Amélia Mendonça Flores
Material em fase de validação técnica.




VIOLÊNCIA FINANCEIRA CONTRA PESSOAS IDOSAS: COMO IDENTIFICAR, PREVENIR E AGIR

Um guia prático para idosos, familiares e profissionais de atendimento



VIOLÊNCIA FINANCEIRA

A violência financeira contra a pessoa idosa constitui uma das formas mais recorrentes e silenciosas de violação de direitos no Brasil.

A violência financeira ocorre quando há uso ilegal ou inadequado dos recursos financeiros ou bens da pessoa idosa, sem seu consentimento, ou por meio de manipulação, coerção ou engano.¹

Dados do Disque 100 indicam que, em 2024, o Rio Grande do Sul registrou **2.871** denúncias de violência financeira contra pessoas idosas.

Municípios do Rio Grande do Sul com maior número de denúncias de violência financeira contra idosos



¹ Lachs, M. S.; Pillemer, K. A. Elder abuse. New England Journal of Medicine, 2015.
Fonte dos dados: Painel de Dados da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos - Disque 100 / MDHC (2024).


COMO E ONDE A VIOLÊNCIA FINANCEIRA SE MANIFESTA:

Geralmente ocorre no ambiente doméstico e familiar, envolvendo pessoas próximas ou de confiança.

PODE SE MANIFESTAR POR MEIO DE:

- Uso do dinheiro ou benefícios sem autorização;
- Empréstimos consignados não solicitados;
- Controle de cartões, documentos ou senhas;
- Pressão para assinatura de documentos;
- Golpes e fraudes, inclusive em meios digitais.

Relações de confiança também podem ser espaços de violação.



SINAIS DE ALERTA IDENTIFICADOS NOS REGISTROS

SINAIS FINANCEIROS

- Redução inesperada da renda ou endividamento não reconhecido;
- Movimentações bancárias incomuns.

SINAIS COMPORTAMENTAIS

- Dificuldade ou resistência para falar sobre dinheiro;
- Dependência excessiva de terceiros;
- Relatos confusos sobre decisões financeiras.

SINAIS DIGITAIS

- Contatos suspeitos em nome de bancos ou órgãos públicos;
- Pedido de senhas, códigos ou transferências;
- Ofertas com promessas financeiras irreais.

CANAIS DE APOIO

- Disque 100 – Direitos Humanos
- Defensoria Pública
- Ministério Público
- CRAS e CREAS



APÊNDICE E – CARTILHA EDUCATIVA – VERSÃO FINAL DO ARTEFATO

O QUE FAZER DIANTE DE UMA SUSPEITA

- Evitar o enfrentamento direto e isolado
- Preservar documentos, extratos e registros de comunicação
- Buscar orientação especializada
- Registrar a ocorrência quando houver indícios de crime
- Acionar a rede de proteção e apoio institucional

E SE A VIOLÊNCIA FINANCEIRA FOR PELO MEIO DIGITAL?

A violência financeira pode ocorrer de forma rápida e invisível, por meio de telefonemas, mensagens, aplicativos e internet.

DICAS IMPORTANTES:

- Desconfie de pedidos urgentes
- Não compartilhe senhas ou códigos
- Confirme informações em canais oficiais
- Evite decisões sob pressão
- Guarde mensagens e comprovantes
- Na dúvida, pare e busque orientação

ONDE BUSCAR ORIENTAÇÃO E PROTEÇÃO

COMDECON/PROCON DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO:

Orientação sobre contratos, empréstimos, práticas abusivas e mediação com instituições financeiras.

Fone: 08000902050
WhatsApp: (55) 99221-1924
Email: livramento.procon2020@gmail.com

CARTILHA DE APOIO

VIOLÊNCIA FINANCEIRA CONTRA PESSOAS IDOSAS: COMO IDENTIFICAR, PREVENIR E AGIR

GUIA PRÁTICO

Cartilha elaborada pela Mestranda Camila de Aguiar dos Santos, no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), sob orientação da Profª Drª Sílvia Amélia Mendonça Flores

VIOLÊNCIA FINANCEIRA

A violência financeira ocorre quando há uso ilegal ou inadequado dos recursos financeiros ou bens da pessoa idosa, sem seu consentimento, ou por meio de manipulação, coerção ou engano.¹

Dados do Disque 100 indicam que, em 2024, o Rio Grande do Sul registrou **2.871** denúncias de violência financeira contra pessoas idosas.

Municípios do Rio Grande do Sul com maior número de denúncias de violência financeira contra idosos

A violência financeira contra a pessoa idosa constitui uma das formas mais recorrentes e silenciosas de violação de direitos.

¹ Sachs, M. S.; Pilmer, R. A. Elder abuse. New England Journal of Medicine, 2005.
Fonte: do doctor: Fórum de Direito da Qualidade Nacional de Direitos Humanos - IDHAC / MEC/2020A.

COMO E ONDE A VIOLÊNCIA FINANCEIRA SE MANIFESTA

Geralmente ocorre no ambiente doméstico e familiar, envolvendo pessoas próximas ou de confiança.

PODE SE MANIFESTAR POR MEIO DE:

- Uso do dinheiro ou benefícios sem autorização;
- Empréstimos consignados não solicitados;
- Controle de cartões, documentos ou senhas;
- Pressão para assinatura de documentos;
- Golpes e fraudes, inclusive em meios digitais.

Relações de confiança também podem ser espaços de violação.

CANAIS DE APOIO

- Disque 100 – Direitos Humanos
- Ministério Público
- CRAS e CREAS

SINAIS DE ALERTA IDENTIFICADOS NOS REGISTROS

SINAIS FINANCEIROS

- Redução inesperada da renda ou endividamento não reconhecido;
- Movimentações bancárias incomuns.

SINAIS COMPORTAMENTAIS

- Dificuldade ou resistência para falar sobre dinheiro;
- Dependência excessiva de terceiros;
- Relatos confusos sobre decisões financeiras.

SINAIS DIGITAIS

- Contatos suspeitos em nome de bancos ou órgãos públicos;
- Pedido de senhas, códigos ou transferências;
- Ofertas com promessas financeiras irrealistas.

ONDE BUSCAR ORIENTAÇÃO

- 1º passo – Defensoria Pública de Santana do Livramento: Orientação inicial e encaminhamento ao Procon.
- Procon de Santana do Livramento: Mediação de conflitos, contratos, empréstimos e práticas abusivas.
- Delegacia de Pronto Atendimento: Registro de ocorrência quando houver indícios de crime.